Reestruturação
Conselho da Tok&Stok, controlada pela gestora Carlyle, decide afastar Ghislaine Dubrule da presidência executiva B1

Inteligência artificial
Meta inicia retirada de ferramenta de IA do WhatsApp após decisão da Autoridade Nacional de Proteção de Dados B7

Regulação
Arminio Fraga defende proposta para reorganização do BC e da CVM. "Evolução muito positiva" C5

Quinta-feira, 18 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6046 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO 25 ANOS

Setor varejista negocia R$ 56 bi em dívidas

Finanças Quase metade dos débitos das redes listadas que reestruturam os passivos vence em até um ano

Fernanda Guimarães e Adriana Mattos
De São Paulo

O setor varejista, pressionado por juros altos e demanda fraca, está debruçado em renegociações de cerca de R$ 56 bilhões em dívidas, em torno de 30% do total de crédito concedido ao setor. A restrição a novas linhas e o risco maior do segmento já se refletem, há meses, em pedidos de recuperação judicial e extrajudicial no segmento.

O cálculo, da consultoria Virtus, considerou obrigações de curto prazo — até um ano — das companhias e que podem ser alvo de reperfilamento, a depender das condições financeiras dos grupos. Foi usada a métrica de alavancagem na relação entre dívida líquida e o valor do Ebitda. A partir disso, levou-se em conta também empresas não listadas. Para não distorcer dados, o levantamento não considera os mais de R$ 43 bilhões em dívida concursal da Americanas e a renegociação da Casas Bahia, que pediu recuperação extrajudicial. Quase a metade (45%) do total de créditos das redes listadas que vêm reestruturando seus passivos vence em até um ano.

Analistas dizem que, desde a última recessão no varejo, entre 2015 e 2016, não se via, em um ano, tantos grupos de grande porte recorrendo à proteção judicial ou abrindo acordos para alongar dívidas. Desde janeiro, Dia, Polishop, Artex, M.Martan e Casa Moysés entraram com pedidos na Justiça. De 2023 para cá, pediram recuperação judicial ou extrajudicial o grupo M5 (M.Officer), Amaro e Ri Happy. Daniel Carnio, da consultoria Íntegra, diz que a economia decepcionou, mas parte das empresas tem reagido, cortando custos. **Página B1**

Expansão

GABRIEL REIS/VALOR

A Marriott International avança com o plano de entrar nos segmentos econômico e de médio padrão no país com a marca City Express, disse a diretora no Brasil, Vanessa Martins, ao repórter Cristian Favaro. B4

Lira estabelece prioridades e quer definir sua sucessão em agosto

Marcelo Ribeiro e Fernando Exman
De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), já tem seu plano traçado para os próximos meses. Além de concluir a regulamentação da reforma tributária do consumo, inclusive participando da sanção dessas propostas, pretende dar tração a uma pauta com três vetores: a agenda ambiental, um projeto de fomento ao turismo no país e propostas na área da segurança pública. Em entrevista ao **Valor**, disse que ainda não discutiu com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) o envio da segunda parte da reforma, sobre a renda.

Com o objetivo de assegurar que as eleições municipais não atrapalhem seu cronograma, Lira já estabeleceu os períodos em que a Câmara fará esforços concentrados, nos meses de agosto e setembro. Nesse meio tempo, sua própria sucessão estará em pauta, e ele pretende encaminhá-la no mês que vem. "Se puder ajudar para que a gente escolha um perfil adequado (...) a função é procurar consenso." **Página A8**

Cresce pressão pela desistência de Biden

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

A pressão para que o presidente dos EUA, Joe Biden, desista de concorrer à reeleição voltou a se intensificar. Líderes do Partido Democrata adiaram para a primeira semana de agosto o início de uma chamada virtual nominal — passo prévio para a indicação de Biden como candidato. Em um desafio adicional, ele contraiu covid-19 e teve que cancelar evento de campanha em Las Vegas. Segundo a Casa Branca, Biden está em isolamento. "Acho que seria melhor que os democratas tivessem outro candidato. Não pelas questões econômicas, mas por causa da capacidade dele de debater e de ganhar a eleição", diz José Alexandre Scheinkman, professor da Universidade de Columbia. Ontem, na Convenção Republicana, era muito aguardado o discurso do senador J.D. Vance, escolhido para ser vice na chapa de Donald Trump. *(Com agências internacionais)* **Páginas A10 e A14**

Indicadores

Ibovespa	17/jul/24	0,26 % R$ 35,5 bi
Selic (meta)	17/jul/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	17/jul/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	17/jul/24	5,4664/5,4670
Dólar comercial (mercado)	17/jul/24	5,4827/5,4833
Dólar turismo (mercado)	17/jul/24	5,5130/5,6930
Euro comercial (BC)	17/jul/24	5,9759/5,9776
Euro comercial (mercado)	17/jul/24	5,9960/5,9966
Euro turismo (mercado)	17/jul/24	6,0603/6,2403

INÊS 249

Atributos de Bacha para convencer políticos da democracia monetária. Por **Carlos Alberto Sardenberg**, de São Paulo

Ameaça ao Real, os bancos quebrados

Edmar Bacha tinha uma boa imagem para convencer os políticos (deputados, senadores e governantes) da democracia monetária, digamos assim, que surgiria com o Plano Real.

Na hiperinflação brasileira, dizia ele, há duas moedas em circulação, a dos ricos e a dos pobres. A moeda dos ricos é indexada diariamente e assim não perde valor. A dos pobres, não indexada ou indexada em prazos mais longas, perde valor todo dia. Ou seja, os ricos ficavam mais ricos e os pobres, mais pobres.

Com a introdução da nova moeda e a desindexação, ficariam todos na mesma moeda.

O argumento fazia todo sentido. E, como se viu depois, já no processo de consolidação do Real, apontava para uma grande ameaça: a crise do sistema bancário, onde se operava a indexação.

É o tema do quinto episódio do podcast Plano Real – Histórias Não Contadas, que entra hoje no ar pela CBN e nos principais tocadores de podcast.

Gustavo Loyola, presidente do Banco Central em 1995, conta como foi a difícil aplicação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer).

O Programa dava ao BC o poder de intervir em bancos quebrados e assumir o controle temporário para reestruturar, vender (inclusive para bancos estrangeiros) ou liquidar.

Nada menos que 54 instituições financeiras fecharam suas portas em 1995 — o que dá bem a ideia do tamanho da crise. E do seu custo político.

O Proer foi mal recebido. Hoje com a vantagem da visão retrospectiva, pode-se dizer que a maior parte das críticas estava equivocada. Mesmo no momento, entretanto, dava para desconfiar dessas críticas. Traziam uma contradição.

De um lado, os donos dos bancos acusavam o BC de confiscar a sua propriedade de modo ilegítimo. De outro lado, na imprensa e nos meios políticos, se acusava o governo de usar dinheiro público para resgatar os banqueiros.

Não era possível, claro, que as duas críticas estivessem corretas ao mesmo tempo. Na verdade, estavam ambas erradas.

O Proer tinha o objetivo, realizado, de resgatar os correntistas de bancos em dificuldades e assim, evitar uma crise de confiança que arrastasse todo o sistema financeiro. Para isso, usou-se dinheiro público, é verdade, mas o custo para o país seria muito maior se os bancos entrassem em colapso.

No final, correntistas tiveram seus recursos garantidos, banqueiros perderam seus bancos. Resultou um sistema financeiro mais sólido, aberto à competição internacional e que, imaginem!, passou a emprestar dinheiro.

Isso era impossível na hiperinflação. Como emprestar e tomar empréstimo se não se sabia qual a moeda do dia seguinte?

A coragem política do presidente FHC garantiu o Proer. Três exemplos. A primeira grande instituição a sofrer intervenção foi o Banco Econômico, tradicional da Bahia. Era um banco privado, mas os políticos baianos consideravam a instituição um patrimônio baiano.

Antônio Carlos Magalhães, líder do PFL, partido que dava sustentação ao governo FHC, comandou uma verdadeira marcha sobre o Palácio do Planalto, levando deputados e senadores.

Foi um evento político de proporções. Deu em nada. O Econômico continuou sob intervenção e depois viria a ser vendido.

Em 1996, foi preciso intervir no Banco Bamerindus, do Paraná. Detalhe: o fundador e dono era o senador José Eduardo de Andrade Vieira, financiador da campanha de FHC e seu ministro da Agricultura.

O tradicional Banco Nacional, da família Magalhães Pinto, de forte atuação política, também caiu sob intervenção.

Eram bancos, como outros, que viviam da hiperinflação. Por exemplo: aplicando no overnight, em títulos do governo, com remuneração diária, o dinheiro dos clientes que ficava parado na conta.

Ou cobrando juros altíssimos, em empréstimos de alto risco, de difícil recebimento. Os bancos recebiam os juros. Os empréstimos ficavam sempre como ativos no balanço. Eram os ativos podres.

Na moeda estável, o truque foi desmascarado.

Ou, como diz Gustavo Loyola, é quando a maré baixa que você vê quem está nadando nu.

A edição e produção do podcast é de Laura Capelhuchnik.

Carlos Alberto Sardenberg é colunista de "O Globo" e âncora da Rádio CBN. Este é o segundo de uma série de seis textos sobre os podcasts apresentados pelo autor na CBN sobre os bastidores do Real

Governo estuda MP para pente-fino do corte de gasto

Jéssica Sant'Ana, Fabio Murakawa, Renan Truffi e Mariana Assis
De Brasília

O governo estuda editar uma medida provisória (MP) para viabilizar o pente-fino que será realizado nos benefícios previdenciários e assistenciais, além de fechar brechas na legislação do Cadastro Único que facilitam fraudes e judicializações em programas sociais.

Inicialmente, o plano do governo era inserir essas medidas no relatório do senador Jaques Wagner (PT-BA) sobre medidas de compensação da desoneração da folha de pagamentos. Com o adiamento da questão, a edição da MP ganhou força, afirmou uma fonte ao **Valor**.

Além disso, o governo precisa antecipar o efeito de parte dessas medidas para 2024, de modo a reduzir o impacto do bloqueio mais contingenciamento de gastos que deve ser anunciado na segunda-feira, 22.

Segundo o Valor apurou, o assunto será discutido nesta quinta-feira (18) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelos ministros das áreas envolvidas.

O pente-fino está previsto para ser realizado em benefícios previdenciários temporários, como o auxílio-doença; em aposentadorias por invalidez; benefícios unipessoais do Bolsa Família; Benefício de Prestação Continuada (BPC); e seguro-defeso, pago a pescadores em época de pesca proibida.

Esses benefícios estão entre as principais despesas do governo e, segundo fontes, há muitas pessoas recebendo indevidamente. Essas pessoas serão o foco da ação. Nenhum benefício regular será cortado ou suspenso, disse uma fonte.

Brechas na legislação também devem ser fechadas para reduzir fraudes e benefícios concedidos judicialmente.

Há também uma ideia na mesa para tirar do papel uma espécie de "inteligência previdenciária" para combater fraudes feitas com ajuda de servidores do próprio INSS. Casos já estão sendo identificados, e essa ação, segundo o **Valor** apurou, envolve os órgãos de investigação do governo federal.

O pente-fino é a principal aposta do governo para cortar R$ 25,9 bilhões em gastos e viabilizar o Orçamento de 2025, com receitas equilibradas com as despesas. O anúncio desse corte foi feito no começo do mês pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), mas, até o momento, o governo não detalhou como serão as ações nem confirmou exatamente quais rubricas serão afetadas.

O **Valor** também apurou que o presidente Lula será informado nesta quinta-feira (18) sobre esse detalhamento do pente-fino, as medidas que serão antecipadas para 2024 e também sobre o próximo relatório bimestral de reavaliação do Orçamento deste ano, documento que será divulgado na próxima segunda-feira (22) e informará se haverá bloqueio ou congelamento de gastos.

Presidente foi orientado por Janja a ler o discurso e evitar o improviso

Além disso, Lula deve tratar com seus auxiliares nesta quinta sobre a Nova Carteira de Identidade Nacional, com o objetivo de massificar a adoção do novo documento pela população.

Cinco dias antes de o governo decidir o corte de despesas necessário para cumprir a meta fiscal deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender gastos sociais para que a sociedade não perca a crença nas suas instituições. Lula falou sobre o assunto ao mencionar um caso de uma mulher que foi flagrada, no ano passado, em condições análogas à escravidão em Santa Catarina. Após a denúncia, porém, a vítima teve de voltar a morar na mesma residência onde estava por decisão do STF.

O caso mencionado pelo presidente é o de Sônia Maria de Jesus. Em 2023, o STF manteve decisão do STJ que autorizou o desembargador Jorge Luiz Borba, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a voltar a ter contato com Sônia — mesmo após o Ministério Público do Trabalho ter acusado a família dele de mantê-la em situação análoga à escravidão.

Lula falou sobre o assunto após participar da solenidade de encerramento da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em Brasília. O presidente admitiu que foi orientado pela primeira-dama Janja da Silva a ler o discurso para não cometer nenhuma gafe capacitista.

Mais sobre o corte de gastos nas páginas A4 e A5

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva: "Quanto custou para esse país não pagar as coisas certas no tempo certo?"

Atacado perde força e IGP-10 desacelera

Alessandra Saraiva
Do Rio

A inflação apurada pelo Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10) diminuiu de 0,83% para 0,45%, menor taxa desde fevereiro (-0,33%), informou ontem a Fundação Getulio Vargas (FGV). Desacelerações de preços no atacado e no varejo, principalmente em alimentos, levaram ao resultado, explicou André Braz, economista da FGV. Porém, ele faz ressalva. A taxa em 12 meses do índice até julho ficou em 3,38%, maior desde janeiro de 2023 (4,27%). "Em igual período no ano passado, a taxa em 12 meses do IGP-10 era queda de 7,89%", acrescentou.

No entendimento do técnico, o indicador sinaliza bom comportamento para inflação dos Índices Gerais de Preços (IGPs), no curto prazo. Entretanto, a trajetória de longo prazo, principalmente de preços livres, precisa ser acompanhada com cautela, afirmou o especialista.

Ao comentar evolução do IGP-10 de junho para julho, o técnico detalhou que houve desaceleração tanto no Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-10), de 0,88% para 0,49%; quanto no Índice de Preços ao Consumidor (IPC-10), de 0,54% para 0,24%. Esses sub-indicadores representam, respectivamente, o atacado e o varejo no IGP-10, com pesos respectivos de 60% e de 30%.

"Tivemos folga dos preços dos alimentos in natura no IGP-10 de julho, no atacado", afirmou ele. Os preços desses produtos ficaram 3,99% mais baratos após subirem 3,30% em junho.

Os alimentos não ficaram mais baratos somente no varejo. No IPC-10, a variação de preços do grupo Alimentação saiu de 0,97% para -0,12% entre junho e julho. Dos cinco produtos com quedas mais expressivas no varejo, quatro eram alimentos. É o caso dos recuos em mamão papaya (-21,08%); aves (-8,50%); tomate (-14,52%) e mandioca – aipim (-5,40%). "Temos aí impacto dos alimentos in natura mais baratos no varejo também, além do atacado", afirmou o técnico.

Ao ser questionado se o IGP-10 menor antecipa cenário de inflação mais baixa, nos próximos meses, o especialista foi cauteloso. Ele ponderou que o índice sinaliza inflação bem comportada no curto prazo; mas não no longo prazo. "Temos inflação baixa, agora, mas a conviver com ambiente de inflação persistente", notou.

Na prática, os preços dos alimentos estão a oferecer " trégua" para avanço da inflação, afirmou Braz. Mas, salientou, isso não significa que fim de preocupação com os preços livres, que continuam a pressionar indicadores inflacionários, notou ele.

Entretanto, para julho, o IGP-10 é aproximação razoável do desempenho dos outros Índices Gerais de Preços (IGPs) para o mês, disse. Ele lembrou que o IGP-M e o IGP-DI devem refletir mais o aumento de preços de gasolina, nas refinarias, anunciado pela Petrobras no dia 8 de julho. O período de coleta do IGP-10 vai apenas até o dia 10 do mês corrente. Portanto, o índice não absorveu muito o impacto da gasolina mais cara, explicou. "Mas podemos dizer que o IGP-10 de julho é boa aproximação do que vai acontecer com outros IGPs no mês", disse.

A FGV informou ainda que o Índice Nacional de Custo da Construção -10 (INCC-10) desacelerou de 1,06% para 0,54%, entre junho e julho. No ano, o IGP-10 acumula ala de 1,63%, detalhou ainda a fundação.

Curta

Dívida dos Estados

O governador do Rio, Claudio Castro, sugeriu mudanças no projeto de renegociação de dívidas dos Estados apresentado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Ele propôs que o futuro Fundo de Desenvolvimento Regional sirva como abatimento da dívida; que a diminuição da taxa de juros em até 3% seja com contrapartida flexível, com entrega de ativos ou investimentos; que investimentos obrigatórios em saúde e educação contem para o abatimento da dívida; e defendeu que a nova indexação valha para todas renegociações.

valor.com.br

Assis Moreira excepcionalmente não escreve hoje

www.valor.com.br

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Conjuntura Equipe econômica age com parcimônia, diz fonte, e Boletim Macrofiscal deve referendar projeção oficial de crescimento de 2,5% para este ano

Antes do corte de gastos, Fazenda mantém previsão de crescimento

Estevão Taiar
De Brasília

O Ministério da Fazenda não deve realizar grandes mudanças em suas novas projeções macroeconômicas, de acordo com uma fonte ouvida nesta quarta-feira, 17, pelo **Valor**. Os números serão divulgados nesta quinta pela pasta no Boletim Macrofiscal.

O Boletim Macrofiscal é importante porque serve como baliza para a elaboração do Orçamento federal e os cálculos de contingenciamento e bloqueio de recursos — necessários para a União cumprir o limite de gastos estabelecido pelo arcabouço fiscal e a meta de resultado primário.

Conforme publicou o **Valor**, a equipe econômica trabalhava com bloqueio e contingenciamento somados de R$ 10 bilhões. O número oficial será divulgado na segunda-feira no relatório de avaliação de receitas e despesas.

Segundo a fonte, a tendência é que o documento não traga "grandes novidades" e siga um "cenário mais parcimonioso". Atualmente, o Ministério da Fazenda projeta crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,5% para este ano e 2,8% para o ano que vem.

Na terça-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que, "se o dinheiro que colocamos em circulação nesse país estiver rodando, a gente vai crescer mais do que 2,5%" em 2024. A afirmação foi feita em reunião com representantes da indústria alimentícia no Palácio do Planalto, na qual os executivos anunciaram investimentos de R$ 120 bilhões até 2026. Desse total, R$ 23 bilhões já foram investidos no ano passado.

Equipe econômica chegou a sinalizar uma revisão para cima do crescimento do PIB

No mesmo evento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também afirmou que é "provável" que a projeção oficial da pasta para o crescimento do PIB deste ano seja revisada para cima.

"Nós sempre somos parcimoniosos, porque a gente não quer sofrer revés. Mas tudo indica que, mesmo com a calamidade do Rio Grande do Sul, que afetou um Estado que responde por quase 8% do PIB brasileiro, a economia não parou de crescer. Mesmo com a trava externa, as preocupações com o Fed (Federal Reserve, banco central americano), a repercussão no nosso BC (Banco Central) aqui, a economia continua crescendo", disse.

Na manhã de terça-feira, depois de reunião com o próprio Haddad, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, também afirmou que o Ministério da Fazenda precisaria recalcular para cima as suas projeções.

"Pelo BNDES, nós vamos ter um crescimento maior do que o que está projetado até agora", disse, citando a expansão tanto das aprovações quanto dos desembolsos de operações de crédito realizados pela instituição.

No caso dos indicadores de inflação, as respectivas projeções do Ministério da Fazenda para 2024 e 2025 são: Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,7% e 3,2%; Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 3,5% e 3,1%; Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) de 3,5% e 3,4%.

LEO PINHEIRO/VALOR

Fernando Haddad: avaliação do governo é que enchentes do Rio Grande do Sul não afetarão o crescimento

Queda na economia gaúcha em maio foi de 9%, indica BC

Gabriel Shinohara
De Brasília

A economia do Rio Grande do Sul registrou queda de 9% em maio, em relação ao mês anterior, segundo o Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBCR), divulgado na quarta-feira (17). O resultado, que considera dados dessazonalizados, mostra o impacto do desastre climático que afetou o Estado naquele mês.

No mesmo período, a economia brasileira cresceu 0,25%, segundo outro indicador da autoridade monetária, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). A estimativa é considerado uma prévia do PIB por ter frequência mensal, diferente do número calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é publicado trimestralmente.

Especialistas aguardavam uma parada mais "brusca" da economia gaúcha, avalia João Piccioni, gestor de fundos da Empiricus Gestão. "Era de se esperar que houvesse sim uma dinâmica pior da economia ali, mas me parece que olhando para frente esse momento mais difícil já ficou para trás", disse.

Apesar da queda de 9% no mês, o Rio Grande do Sul registrou alta de 0,2% no indicador considerando o trimestre encerrado em maio na comparação com os três meses anteriores, de dezembro, janeiro e fevereiro.

As estatísticas calculadas pelo IBGE mensalmente mostram que a receita nominal das empresas de serviços registrou queda de 13,6%. Já a produção da indústria caiu 26,2% no mês, a maior queda da série histórica do IBGE. Por outro lado, as vendas de varejo restrito cresceram 1,8%, acima da média brasileira de 1,2% por conta da corrida aos supermercados e as doações. A receita teve alta de 1,2% contra variação de 1,3% no país.

Segundo o BC, o IBCR divulgado ontem permite uma primeira avaliação da economia do estado, em termos agregados, após as enchentes. Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do fim de junho, o colegiado ainda ressaltava uma "grande incerteza" sobre os efeitos econômicos.

Nesse sentido, a atividade no Estado gaúcho já vem sendo tema de estudos do BC. Um deles, publicado no Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de junho, quantificou os efeitos do desastre climático na atividade do Estado. Com informações da indústria, confiança do consumidor, comércio, agricultura, comércio exterior e pecuária, a conclusão foi de que houve uma "queda expressiva" da atividade em maio, com heterogeneidade entre setores, mas com alguns sinais de retomada em andamento.

Piccioni, da Empiricus Gestão, avalia que há um esforço grande do governo estadual e federal, além de estímulo dos bancos com linhas de financiamento, que devem levar a uma recuperação mais acelerada. "Olhando para os próximos seis meses, as chances são grandes de uma retomada que recoloque pelo menos a região em uma dinâmica mais favorável, mais perto do que está acontecendo com o restante do país", afirmou.

O IBCR também trouxe a variação da atividade para a região Sul, com queda de 3,3%. Em conjunto com a redução do Rio Grande do Sul, Santa Catarina registrou queda de 1,1% e o Paraná de 0,2%. No entanto, considerando o trimestre, há alta de 1,4%.

Mineração em terra indígena volta ao debate

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

No lugar de garimpos ilegais em terras indígenas, mineradoras que operam legalmente. Essa é ideia que há anos causa controvérsia e que reapareceu na pauta de integrantes do governo Lula, na agenda Supremo Tribunal Federal (STF) e em conversas no setor mineral.

A exploração em terras indígenas é atividade proibida no país, seja por garimpeiros que acessam camadas mais superficiais do solo, seja por mineradoras que atingem áreas mais profundas. Embora a Constituição preveja a possibilidade de exploração de recursos minerais nos territórios demarcados para indígenas, nesses 36 anos desde a promulgação da Carta o tema nunca foi regulamentado pelo Congresso. E, portanto, a atividade permanece vetada.

Desde o ano passado, no entanto, a ideia de regulamentar o parágrafo 3º. do artigo 231 passou a circular com mais intensidade no Ministério da Defesa.

O gatilho foi a crise vivida pelos yanomami, povo de recente contato e cujas terras se estendem por Roraima e Amazonas. A presença de garimpos de ouro, que veio à tona no início de 2023, espalhou doenças, contaminou rios e expôs principalmente idosos, mulheres e crianças da etnia a mortes e a um quadro de desnutrição e problemas de saúde.

O governo lançou uma ampla operação com o envio soldados do Exército, policiais federais, agentes do Ibama e de outros órgãos de para retirada dos invasores.

A pressão exercida pelos garimpeiros perdeu força, mas meses depois a movimentação ilegal estava de volta. Terras dos caiapó, dos munduruku (ambas no Pará) e dos cinta-larga (Rondônia) são algumas das que têm também um longo e conhecido histórico de presença destrutiva de garimpeiros de ouro (no caso dos caiapó e dos munducuru) e de diamantes (cinta-larga).

No ministério da Defesa, segundo o **Valor** apurou, uma visão que tem sido repetida por alguns de seus integrantes é que há décadas o Estado brasileiro não tem se mostrado capaz de manter uma estrutura de segurança ampla e ininterrupta nas proximidades de terras indígenas para impedir o garimpo. O argumento usado é que seria mais eficaz permitir que empresas privadas de mineração se instalassem nas terras indígenas ricas em minérios e que fizessem a exploração de forma legal com partilha institucionalizada dos ganhos com os indígenas.

O ministério não deu detalhes sobre como o assunto está sendo discutido. Por meio de nota, disse "que apoiará as decisões de governo que venham a ser tomadas para por fim, de forma definitiva, às invasões de terras indígenas".

É um tema sensível que provoca divergências. Consultados pelo **Valor** sobre suas posições, Funai, Ministério da Justiça, Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Minas e Energia não se manifestaram até o fechamento desta edição. O Ministério dos Povos Indígenas, criado pelo presidente Lula em 2023, no entanto, expôs em detalhes sua contrariedade à ideia da regulamentação do texto legal.

DIVULGAÇÃO

"A extração de minerais tem fomentado muita violência"
Dinamam Tuxá

"Cogitar a regularização de mineração em Terras Indígenas atende apenas aos interesses da indústria da mineração e não da população brasileira como um todo, que necessita do meio ambiente preservado para ter qualidade de ar, dos solos e das águas para evitar mais eventos extremos que são consequências da crise climática fruto da ação indiscriminada do homem", disse por nota a assessoria da ministra Sonia Guajajara.

Dinamam Tuxá, coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), reforça o argumento. "A extração de minerais tem fomentado muita violência", diz referindo-se aos garimpos ilegais. "Mesmo na sua legalidade, a atividade minerária traria diversos danos. O que nós precisamos neste momento é criar mecanismo de proteção das terras indígenas", diz. E acrescenta: "13% do território nacional é demarcado como terras indígenas. Por que o interesse em explorar essas áreas? A exploração não pode ser feita nos 87% do território nacional?" A solução, diz, não é garimpo nem mineração. "A solução é pensar em uma política de fiscalização permanente e de retirada desses garimpeiros."

Em março a polêmica chegou ao ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. O partido Progressista deu entrada em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) que trata indiretamente do tema. Mendes convocou uma série de encontros que começam em agosto para tratar de questões que afetam os povos indígenas. Entre elas, garimpo e a eventual mineração em terras demarcadas. No início do mês, o ministro disse em entrevista à rádio BandNews FM que "é preciso ter algum tipo de regulação" caso contrário autoridades poderão continuar a "enxugar gelo", como no caso dos yanomami.

"Isso não está na nossa agenda", diz Raul Jungmann, presidente do Ibram, associação que congrega grandes mineradoras com operações no país. A entidade, no entanto, acompanha o assunto e Jungmann diz que se entidades indígenas estiverem dispostas a debater a regulamentação, "estaremos abertos para discutir, sempre respeitando o consentimento indígena, empoderamento, o respeito."

Justiça autoriza uso da Força Nacional para atuar em aldeias do MS

Folhapress, de Brasília

O Ministério da Justiça autorizou o uso da Força Nacional em Mato Grosso do Sul em ações para preservar a ordem e a integridade em aldeias indígenas e nas regiões de fronteira, em meio a um quadro de escalada da violência fundiária no Estado.

No sábado (13) e no domingo (14), indígenas guarani-kaiowá foram alvos de tiros nos municípios de Douradina e Caarapó, ambos em Mato Grosso do Sul.

Conforme publicado nesta quarta-feira (17) no "Diário Oficial da União", a tropa atuará pelos próximos 90 dias, oferecendo apoio às ações da Polícia Federal e em articulação com os órgãos de segurança pública do Estado.

O número de agentes que serão enviados ao estado não foi divulgado. Serão repassados cerca de R$ 13,4 milhões para ações a serem realizadas em um prazo de 180 dias.

Na segunda-feira (15), o Ministério dos Povos Indígenas disse que começará um trabalho de mediação dos conflitos em Mato Grosso do Sul e no Paraná, em conjunto com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Desde o início deste mês também foram registrados conflitos de terra envolvendo indígenas no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Em nota divulgada na segunda, a pasta afirmou que "a instabilidade gerada pela lei do marco temporal (lei 14.701/2023), além de outras tentativas de se avançar com a pauta, como a PEC 48, tem como consequência não só a incerteza jurídica sobre as definições territoriais que afetam os povos indígenas, mas abre ocasião para atos de violência que têm os indígenas como as principais vítimas".

De acordo com o ministério, os ataques do fim de semana teriam ocorrido durante a retomada de territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas. Em Douradina, um grupo de dez pessoas foi atacado por cerca de 50 homens armados no sábado, e indígenas foram alvos de tiros em Caarapó no domingo.

A pasta acrescentou que, de acordo com informações preliminares, ao menos duas pessoas foram baleadas, entre elas um cacique de 52 anos.

A Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica, em Douradina, foi delimitada pela Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) em 2011, mas três ações judiciais impedem o avanço da demarcação, diz o ministério.

Já a Terra Indígena Amambaipegua I, em Caarapó, foi delimitada em 2016, e atualmente a Funai "analisa as contestações relativas à demarcação deste território".

Brasil

VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

José Múcio: "Nós mostramos como está nossa situação; estamos com nosso orçamento represado há dez anos"

Contas públicas Ministro revela que pediu a Haddad para que pasta seja excluída do bloqueio ou contingeciamento previsto para a próxima semana

Múcio diz crer que Defesa não entrará no corte de despesas

Renan Truffi e Estevão Taiar
De Brasília

Às vésperas da divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas, o ministro da Defesa, José Múcio, disse ao **Valor** acreditar que sua pasta e as Forças Armadas não deverão entrar no esforço de contingenciamento da equipe econômica, que deve ser anunciado na próxima segunda-feira (22).

Múcio falou sobre o assunto após se reunir, no Palácio do Planalto, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e da Casa Civil, Rui Costa. O objetivo do encontro foi discutir um incremento no orçamento da Marinha, Exército e Aeronáutica. Isso porque, segundo Múcio, as Forças não têm conseguido sequer "honrar seus compromissos".

"Nós mostramos como está nossa situação. Estamos com nosso orçamento represado há dez anos. Temos projetos estratégicos, que é necessário investimento. Temos fragatas em Itajaí (SC) e estamos precisando de dinheiro. Chegamos num ponto que precisamos honrar compromissos", disse Múcio.

O governo trabalha em duas frentes para controle das despesas neste ano e no próximo. Para cumprir a meta de zerar o déficit primário em 2024, a equipe econômica deve anunciar contingenciamento e bloqueio de recursos entre R$ 10 bilhões e R$ 20 bilhões. A medida pode ser revertida ao longo do ano, caso os indicadores de receita e despesa melhorem.

Já para 2025, estão previstos cortes de até R$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias dos ministérios. Essa revisão de gastos foi anunciada no início do mês por Haddad como forma de garantir que a elaboração de uma proposta orçamentária equilibrada para o ano que vem, quando a meta fiscal também é de déficit zero.

O ministro não quis detalhar, por enquanto, qual seria o volume necessário de recursos para que a estrutura consiga bancar custeio e investimento. A pasta tem, para este ano, previsão de R$ 11,8 bilhões em despesas discricionárias (não obrigatórias), incluindo os recursos de emendas parlamentares ao Orçamento.

"É muito [recurso necessário], então depende. Tem também nosso orçamento do dia a dia, e a gente não tem pago nossas situações. Ficamos dependendo de boa vontade [dos parlamentares]. Na PEC da Transição, fomos os mais prejudicados", argumentou.

Questionado sobre se, diante dos pedidos, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teria lhe garantido que a Defesa ficará de fora das restrições previstas pela equipe econômica, Múcio defendeu que este cenário seria o ideal.

> "Estar preparado para o futuro envolve aprimorar o valor do soldado por meio do treinamento eficaz"

"Eu tive vontade de fazer essa pergunta [para o ministro da Fazenda], mas não fiz. O que nós mostramos [de contas] acho que foi suficiente para entender. Ele não prometeu, mas imagino que não entraremos [no contingenciamento]", emendou. Múcio disse, ainda, que Haddad ficou de avaliar a situação.

A Defesa tem discutido o cenário orçamentário com a cúpula do governo desde a semana passada. Na terça-feira (16), por exemplo, Múcio levou os chefes das Forças Armadas para um encontro com Lula especificamente por conta desse cenário.

Participaram do encontro os comandantes da Marinha, almirante Marcos Olsen, do Exército, general Tomás Paiva, do chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, tenente-Brigadeiro do Ar Sérgio Roberto de Almeida, e também o secretário de Orçamento e Organização Institucional do Ministério da Defesa, José Roberto Fernandes Júnior.

Em abril, o comandante do Exército, general Tomás Miguel Paiva, defendeu, em evento público, a importância de uma "previsibilidade orçamentária" para a instituição, como forma de "fortalecer a Base Industrial de Defesa" e aumentar a capacidade das Forças Armadas, num momento em que "os conflitos bélicos são uma realidade". A afirmação foi feita durante cerimônia alusiva ao Dia Do Exército, na qual estavam presentes tanto Múcio como Lula.

"Estar preparado para o futuro envolve, sobretudo, aprimorar o valor do soldado por meio do treinamento eficaz e da dotação de materiais de emprego militar modernos. Dessa forma, a previsibilidade orçamentária é fundamental para fortalecer a Base Industrial de Defesa e aumentar a capacidade de dissuasão em um mundo multipolar, no qual os conflitos bélicos são uma realidade", disse o general, na ocasião.

Apesar das demandas, o governo vem sendo cobrado a conter o crescimento das despesas. O anúncio de que o Orçamento do ano que vem teria cortes de R$ 25,9 bilhões foi feito por Haddad após Lula ter dado declarações questionando a necessidade de ajustes nos gastos públicos. Na ocasião, o ministro da Fazenda também afirmou que o presidente havia instruído seus auxiliares a fazer tudo o que fosse necessário para cumprir as regras do arcabouço fiscal, discurso que tem sido reforçado nos últimos dias pela equipe econômica.

Curtas

Leilão de petróleo

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) informou que dez empresas foram habilitadas para participar do 4º Leilão de Petróleo da União, em 31 de julho: Petrobras, Refinaria de Mataripe, CNOOC Petroleum Brasil, ExxonMobil Exploração Brasil, Equinor Brasil, Galp Energia Brasil, PetroChina International, Prio Comercializadora, Shell Trading Brasil e TotalEnergies EP Brasil. A expectativa da PPSA é que o leilão arrecade R$ 15 bilhões.

Empregos no RS

O desastre climático que assolou o Rio Grande do Sul em maio atingiu diretamente 334,6 mil postos de trabalho e 420,1 mil domicílios em todos os 418 municípios que decretaram estado de calamidade. A estimativa consta em duas notas técnicas publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e não contabiliza efeitos indiretos das chuvas, apenas a área de impacto das enchentes e deslizamentos.

Mina Casa, Minha Vida

O governo discute limitar a compra de imóveis usados pela faixa 3 do Minha Casa, Minha Vida, que atende famílias com renda entre R$ 4.400 e R$ 8 mil. O objetivo é permitir que o orçamento do FGTS (fundo de garantia) seja direcionado principalmente para a aquisição de imóveis na planta, em construção ou recém-construídos, que têm maior geração de empregos, e evitar imóveis usados.

INÊS 249

O duelo político da regulação financeira

Maria Cristina Fernandes

Tratorado na tramitação, ao longo de oito meses, da Proposta de Emenda Constitucional 65/2023 que confere autonomia financeira e administrativa ao Banco Central, o governo acordou e conseguiu adiar a votação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A ambição governista não é apenas adiar indefinidamente, mas colocar, em seu lugar, a discussão de uma proposta, não necessariamente com mudança constitucional, de uma nova repartição de atribuições entre Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários.

A ideia em gestação, como antecipou o **Valor**, é entregar para a CVM tudo aquilo que disser respeito à regulação dos produtos bancários, de seguros e até de previdência para a proteção de investidores e consumidores. Com o BC ficaria a regulação prudencial do sistema financeiro. A solidez advinda do lucro dos bancos seria assunto do BC, mas se esta solidez advir da exploração abusiva de seus produtos bancários, o xerife seria a CVM.

A ideia pode ser boa, mas enfrentará um paredão no Senado. Na sessão do adiamento, o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP), incluiu entre os atributos da PEC 65 sua "amizade pessoal" com o presidente do BC, Roberto Campos Neto. O texto da PEC decolou do BC em novembro de 2023 e pousou no colo do senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), que assumiu sua autoria, com relatório do senador Plínio Valério (PSDB-AM), os mesmos que já haviam sido protagonistas na autonomia operacional conferida ao BC no início do governo Jair Bolsonaro.

A tramitação da proposta atravessou os tempos mais trepidantes da relação entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o BC. Foi esta trepidação, e não seu mérito, que aumentou a determinação oposicionista de levá-la adiante. O ponto mais polêmico é sua transformação em "empresa pública", uma excepcionalidade na atividade regulatória do país. Com agravantes.

A PEC foi impulsionada pelo argumento de que o BC vive com um orçamento tão apertado que não tem como investir na segunda fase do PIX. Parte dessa queixa poderia começar a ser resolvida pelo próprio BC, que é uma das únicas instâncias reguladoras que não cobra de seus regulados, os bancos. A CVM, por exemplo, tem uma receita de R$ 1 bilhão ante custos de R$ 300 milhões.

A ideia tanto dos senadores quanto do próprio BC, é de que, como empresa pública, o banco administraria o orçamento advindo da "senhoriagem", termo com o qual se define a receita proveniente do monopólio da emissão da moeda. Acontece que esta receita, assim como a das demais instâncias reguladoras, não é do BC mas do Tesouro.

Na audiência pública do mês passado sobre a PEC, André Lara Resende, ex-dirigente do banco, levantou um problema nada desprezível. Esta taxa de "senhoriagem" é tanto mais elevada quanto maior a taxa de juros, o que empurraria o Banco Central, como empresa pública que precisa produzir lucro, a manter a taxa de juros artificialmente alta.

O que sepultou a ideia de "empresa pública", porém, foi a perspectiva de, a cada aporte do Tesouro — porque esta atividade do BC de lastrear o mercado monetário nem sempre "dá lucro" —, a conta deixar de ser financeira e passar a ser primária, com evidente impacto fiscal.

Ao longo da negociação ficou patente que funcionários e uma parte da diretoria do BC exercem estreita observância sobre a manutenção do arcabouço fiscal na condução da política monetária, mas ignoram a pressão fiscal decorrente do atendimento de suas demandas e a necessidade de se submeterem às regras fiscais vigentes.

Na negociação com o relator, chegou a ser apresentada uma cláusula para que a reposição de pessoal fosse feita até que todas as necessidades do banco estivessem atendidas, condição inexistente num serviço público submetido à Lei de Responsabilidade Fiscal. Como o último concurso é de 2013, há, de fato, uma carência de pessoal que não será preenchida pelas 100 vagas autorizadas em seleção a ser realizada em agosto. A insatisfação levou a que os funcionários do Banco Central fossem os únicos a fazer greve ao longo do governo Jair Bolsonaro.

A ausência de penduricalhos, como aqueles obtidos pelos funcionários da Receita e da AGU, fez com que parte do funcionalismo se encantasse com a possibilidade de virar celetista para ganhar bônus como os do mercado financeiro com o qual seria possível ultrapassar o teto do funcionalismo público. A ideia enfrentou resistência, principalmente, dos aposentados, que, atrelados a uma carreira a ser extinta, perderiam a chance de ter reajuste em seus benefícios.

O relator fez tantas concessões ao longo de negociações tão acirradas, que parece improvável que todos abram mão daquilo que já parecia garantido, mas a ambição da Fazenda é de reformular o projeto. Não apenas para evitar a "balcanização" do Orçamento com a porteira que esta PEC escancararia. Há também resistências à celetização dos funcionários do BC pelo entendimento de que um regulador do mercado não pode ser demitido.

Na tentativa de cativar o Congresso para a proposta está a ideia de que um sistema de regulação com maior proteção para o consumidor de produtos bancários, de seguros e de previdência tem mais apelo popular do que a PEC 65. Das quatro instâncias reguladoras — BC, CVM, Previc e Susep — apenas as duas primeiras sobreviveriam.

No pano de fundo da disputa em torno da regulação financeira há uma queda de braço entre Congresso e Executivo pela supervisão da autoridade monetária. No projeto original, mantido pelo relator, o BC passaria a ficar submetido ao Congresso qualquer tutela do Executivo. É uma ideia que converge com a percepção, que chegou a ser expressa por dirigentes de instituições financeiras ao longo da campanha de 2022, de que a permanência de um Congresso sob o comando do Centrão, seria a garantia contra mudanças indesejadas na sucessão presidencial.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Governo Presidente elogia 'correções' feitas pelos parlamentares em projetos enviados pelo Executivo

Lula afaga Congresso e minimiza 'jabutis'

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou a sanção de dois projetos de lei, na quarta-feira (17), para distribuir afagos aos parlamentares e presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Numa comparação com seus dois primeiros mandatos, Lula disse que nunca teve uma relação "tão boa" com os congressistas e amenizou as mudanças feitas em projetos enviados pela gestão petista.

"Eu acho que tem acontecido essa coisa extraordinária. Sei que sempre posso falar com o presidente Pacheco e o presidente Lira. Faço questão de dizer isso publicamente porque quando tomamos posse achávamos que seria uma briga degradante com o Congresso. E, sinceramente, nunca tive uma relação tão boa com o Congresso quanto tivemos agora porque nós voltamos mais maduros", disse Lula.

O presidente analisou a relação com o Parlamento durante evento fechado, no Palácio do Planalto, no qual recebeu apenas ministros, deputados e senadores. Na ocasião, ele sancionou um projeto de lei que prorroga os prazos para estudantes concluírem cursos de graduação ou programas de pós-graduação em virtude de parto, de nascimento da criança, de obtenção de guarda judicial para fins de adoção ou de adoção.

Num aceno ao Congresso, Lula também minimizou os "jabutis", como são chamados, no jargão político, os artigos estranhos ao objeto principal da matéria. Para Lula, apesar de fazerem essas modificações, os congressistas também "corrigem" textos governistas. Neste sentido, o presidente sinalizou que o Executivo precisa estar "preparado" para quando os parlamentares decidirem flexibilizar as propostas em tramitação.

> "Nunca tive uma relação tão boa com os congressistas"
> *Presidente Lula*

"Ninguém é obrigado a votar do jeito que o governo quer . Temos que estar preparados para a flexibilização do projeto de lei que parece perfeito, mas não é perfeito. É verdade que [os parlamentares] colocam jabutis, mas, por outro lado, corrigem coisas que fazemos, esse é o outro lado da moeda", afirmou em tom elogioso.

O presidente, por outro lado, criticou a polarização na política brasileira, que, segundo ele, pode levar Legislativo e Executivo a serem "achincalhados" junto à opinião pública. Como exemplo, o chefe do Palácio do Planalto citou a troca de socos que aconteceu, recentemente, numa comissão da Câmara.

"Esses dias liguei pro presidente da Câmara [Arthur Lira] depois de uma briga, sei que houve pontapé, tapa, soco, liguei pro Lira e falei: 'Olha, acho o seguinte, cara, você precisa conversar com os deputados e senadores, porque nós estamos promovendo um processo de degradação na função política'. Todo mundo xinga todo mundo. A gente tem comportamento que nos leva, nos induz, a cometer erros e ser achincalhado, como muitas vezes é o Congresso Nacional, o Senado, a Câmara, o Executivo, a Suprema Corte", afirmou o presidente.

Por fim, Lula comparou sua terceira gestão com a do ex-presidente dos Estados Unidos Barack Obama. Na avaliação do petista, Obama não aprovou "quase nenhum" projeto de lei em oito anos de mandato.

"O Obama foi presidente dos Estados Unidos por oito anos, vocês têm noção de quantos projetos de lei o Obama conseguiu aprovar? Quase nenhum. O problema principal dele, que era questão da saúde, demorou um mandato inteiro. Aqui no Brasil, mesmo com essa coisa ideológica, nós não tivemos um projeto significativo recusado pelo Congresso Nacional", disse.

PF questiona encontro entre Ramagem e atual diretor da Abin

Flávia Maia e Camila Zarur
De Brasília e do Rio

A Polícia Federal apura um encontro extraoficial do ex-diretor da Agência Brasileira de Informações (Abin) e pré-candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro, Alexandre Ramagem, com o atual diretor da agência, o delegado federal Luiz Fernando Corrêa. A reunião, que teria ocorrido dentro da Abin em junho do ano passado, foi um dos assuntos tratados no depoimento que Ramagem prestou nesta quarta-feira (17) à Polícia Federal, no Rio, de acordo com fontes consultadas pelo **Valor**.

O deputado federal do PL foi chamado para depor no âmbito do inquérito que investiga monitoramento ilegal feito pela Abin para espionar autoridades e opositores durante o governo de Jair Bolsonaro (PL). Foi a primeira vez que Ramagem depôs sobre o caso. Na quinta-feira (11), a PF realizou mais uma operação, dessa vez mirando subordinados do parlamentar na época que comandou a Abin. Apesar de não ter sido alvo da ação, foi citado pela PF como um dos mandantes do esquema.

Ramagem chegou de carro à sede da PF no Rio por volta de 15h, com apenas um acompanhante. O deputado não falou com a imprensa. Nas mãos, segurava pasta com o brasão da República. Procurado pela reportagem, Luiz Fernando Corrêa não atendeu às ligações. O depoimento de Ramagem durou quase sete horas.

Segundo aliados, Ramagem foi à PF "disposto a responder tudo, a colaborar e a esclarecer todos os fatos". Interlocutores afirmam que o deputado defendeu o ex-presidente no depoimento, pois ele "nunca pediu nada que fosse contra as leis". A oitiva é vista pelo entorno de Ramagem como uma "possibilidade de explicar tudo que foi construído de forma negativa" contra Bolsonaro e seu grupo político. O deputado nega que tenha cometido qualquer tipo de monitoramento ilegal na gestão dele na Abin.

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

Ramagem chega à PF: deputado foi ao depoimento disposto a "esclarecer todos os fatos", segundo aliados

Entrevista Presidente da Câmara quer encerrar mandato entregando a regulamentação da reforma tributária para a sanção presidencial

Agenda ambiental, turismo e segurança são prioridades de Lira

Marcelo Ribeiro e Fernando Exman
De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), tem um plano traçado para os próximos meses. Além de concluir a regulamentação da reforma tributária do consumo, inclusive participando da sanção dessas propostas, pretende dar tração a uma pauta com três vetores: a agenda ambiental, um projeto que fomente o turismo no Brasil e propostas na área de segurança pública.

Com o objetivo de assegurar que as eleições municipais não atrapalhem seu cronograma, Lira estabeleceu os períodos em que a Câmara fará esforços concentrados: 12, 13 e 14 de agosto; 26, 27 e 28 do mesmo mês; e 9, 10 e 11 de setembro. Ele demonstrou ser contra a retirada da reforma do regime de urgência constitucional pelo governo. "Na Câmara, levou em torno de 50 dias o debate todo. O Senado não consegue fazer em 45 dias? Consegue", disse.

Nesse meio tempo, Lira terá que administrar as articulações para a própria sucessão. Ele pretende encaminhar a questão em agosto e, perguntado se considerou muito precoce o início das movimentações dos interessados em seu cargo, rebateu dizendo que os alertou sobre os riscos de acabarem se desgastando. "Todo mundo que está no sol pega queimadura."

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *Quais são as entregas que o senhor prevê para o segundo semestre?*

Arthur Lira: Tem alguns vetores. A gente tem que terminar a tributária na parte da Câmara, então tem o 108 [projeto que cria o comitê gestor do IBS] e tem, por certo, o que pode vir, que é do Fundo de Desenvolvimento Regional. Com certeza vão vir algumas demandas na área econômica e vão entrar na linha de discussão. Mas, se eu puder dar dois ou três assuntos, eu penso turismo — arrumar maneiras de se fomentar, com equilíbrio, o aumento e a perspectiva de pessoas fazendo turismo interno e externo no Brasil. Também tem a questão de uma pauta ambiental, pois a gente está às vésperas do P 20 [grupo de presidentes dos Parlamentos dos países do G 20] e às vésperas do G 20, e a questão de segurança pública.

Valor: *O senhor fala da PEC da Segurança Pública feita pelo Ministério da Justiça e que ainda está no Palácio do Planalto?*

Lira: Um combo. A gente tem um país gigantesco, com dimensões continentais, com problemas sérios de monitoramento, de ostensividade de polícia, de fiscalização, violência urbana e combate às facções criminosas.

Valor: *E o que o senhor está prevendo na agenda ecológica?*

Lira: Na nossa visão, o [projeto do] mercado de carbono precisa de um ajuste fino. A Câmara votou e penso que a legislação ficou muito bem negociada, bem trabalhada. No Senado, estão tentando encontrar um texto para que as versões de quem iniciou, quem manda, quem é a casa originadora, não tenha discussão. Se houver [essa discussão de quem é a Casa originadora], vai ser judicializado e o Brasil fica sem o crédito de carbono às vésperas de uma COP, o que não vai ser o melhor dos mundos.

Valor: *Sobre a reforma tributária do consumo, o que achou da trava para evitar que a alíquota-padrão supere 26,5%? O texto precisa ser aperfeiçoado? Do jeito que está, especialistas dizem que o governo precisa mandar uma proposta para garantir que o teto não seja superado, mas o Congresso não teria obrigação de aprovar.*

Lira: O Congresso, por certo, vai aprovar, porque ninguém é contra a diminuição de carga tributária. Acho que é uma coisa automática. Não dá para a gente ficar especulando e falando em cima de hipóteses, mas pode ser que alterações no Senado possam contribuir. Eu fabrico proteína. Eu sou vendedor de proteína. Eu não trabalhei nunca contra nenhuma pauta do agro e não trabalhei contra proteína [na cesta básica com alíquota zerada]. Eu só deixei claro que o custo de se colocar toda a proteína na cesta básica era de uma alíquota irracional para todos os brasileiros. A trava foi colocada para [evitar] isso.

Valor: *Há a expectativa de mudanças na regulamentação pelos senadores. Com o calendário apertado, em função das eleições municipais, acha que dá para matar esse tema ainda este ano?*

Lira: O Senado, com todo o respeito que a Casa possui, tem um debate que pode ser mais efetivo. Não tem a quantidade de membros que a Câmara tem, não tem a quantidade de partidos que a Câmara tem no plenário. Os líderes são um colégio menor do que o nosso. O Senado pode fazer o que achar que deve. Tem autonomia bicameral para isso. Mas, sinceramente, eu espero que corrijam alguma coisa, que melhorem alguma coisa, que produzam alguma coisa e que não venha mais nada que afete a rigidez da alíquota máxima. Na Câmara, levou em torno de 50 dias o debate todo. O Senado não consegue fazer em 45 dias? Consegue.

> "O Congresso vai aprovar, porque ninguém é contra a diminuição de carga tributária"

Valor: *O que o senhor está dizendo é que não retiraria a urgência constitucional se fosse o governo?*

Lira: Não seria justo o governo retirar uma urgência que foi colocada numa Casa e retirar na outra. Isso já houve na Lei de Falências e ninguém ouve mais falar nela. Temos que entender que isso é um assunto prioritário para o país, não para a Câmara nem para o Senado.

Valor: *Existe, pelo menos no mercado, a expectativa de que o senhor e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, possam participar da sanção dos dois projetos de regulamentação ainda no cargo, até o fim do ano. Vocês trabalham com esse cronograma também?*

Lira: Acho que o próprio presidente Pacheco tem essa expectativa. Após a votação na Câmara, ainda com ressaca de versão de que foi atendida ou não a Zona Franca de Manaus, tinha muitos líderes no Senado meio impacientes. Reafirmo o meu compromisso público de não retroagir para que a Zona Franca de Manaus sinta e nem avançar nas suas atribuições para que os outros 26 Estados não reclamem. Então, fora isso, os outros assuntos são tranquilos. Eu penso que o texto está adequado.

Valor: *Ainda sobre o calendário, existe a possibilidade de o governo encaminhar ainda em 2024 a reforma do imposto de renda?*

Lira: Eu ainda não tratei desse assunto com o ministro [da Fazenda, Fernando] Haddad. Até porque, por exemplo, o Senado tem lá um texto que foi votado há quase três anos, que trata da taxação de dividendos. Ali já se dava uns toques na renda, melhorava o Imposto de Renda das PJs [pessoas jurídicas]. O da renda eu não tratei ainda de calendário com o ministro nem se ele mandaria este ano. A questão dos dividendos tem que ser corrigida no Brasil.

Valor: *O senhor sempre defendia a reforma administrativa. Segue no seu radar?*

Lira: Defendia não, continuo defendendo. O problema é que as matérias eu não voto sozinho. Precisa haver uma coordenação de motivos.

Valor: *E o senhor acha que uma nova reforma da Previdência é inevitável num futuro breve? Há especialistas dizendo isso.*

Lira: Eu sempre defendi que a gente pudesse encontrar uma forma de desvincular e desindexar o Orçamento. Ele está estrangulado. Já se fala na possibilidade de voltar a se rediscutir a reforma da Previdência para daqui a mais um ano e é uma coisa que foi votada não tem dez anos. Quando uma maioria expressiva coloca, nesse caso da Previdência, que uma reforma constitucional a respeito de um assunto que não é fácil e foi feita há menos de dez anos precisa ser revista, tem alguma coisa errada. Cada governo tem o seu padrão, tem as suas bandeiras de defesa e, quando eleito, é porque metade mais um da população entende que aquilo ali é mais adequado. Eu nunca fui de boicotar a pauta de governo que se elege. A gente está ali para tentar ajustar o ideal perto do possível.

Valor: *E a proposta do Devedor Contumaz, que é uma prioridade da equipe econômica?*

Lira: Do jeito que esse texto veio para cá ele não andaria, porque veio com uma subjetividade muito forte. Ninguém defende sonegação, ninguém defende devedor contumaz, mas a gente não pode criar uma legislação que vai dificultar ainda mais a vida de uma empresa ou outra que passa por dificuldades sem ter esse histórico.

Valor: *Como o senhor está vendo a agenda da autonomia do Banco Central para o segundo semestre, considerando todos os embates que vemos envolvendo o Roberto Campos Neto, presidente do BC, e o presidente Lula?*

Lira: São embates que nem o presidente do BC nem o presidente da República deveriam entrar. A independência do Banco Central foi um projeto aprovado logo no primeiro mês de mandato [como presidente da Câmara]. Eu continuo defendendo. Penso que a saúde financeira e monetária de um país precisa de um Banco Central independente, inclusive descolado dos mandatos presidenciais. Eu acho que o modelo é correto. Se precisar ajustar, nós ajustaremos. Tem a possibilidade da autonomia financeira do Banco Central, em tramitação no Senado. O BC não pode estar perdendo quadros para a iniciativa privada como vem acontecendo. Esse é um tema que eu acho que é caro para o Congresso Nacional.

Valor: *Então considera injustas as críticas que ele vem recebendo?*

Lira: No sentido técnico, eu penso que sim. Campos Neto é um presidente que tem a nossa confiança e que nunca se deixou pressionar nem ter uma imagem distorcida por um posicionamento. É muito respeitado.

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Arthur Lira: "Sempre defendi que a gente pudesse encontrar uma forma de desvincular e desindexar o Orçamento"

Valor: *O senhor falou no sentido técnico. Mas a crítica é também no sentido político.*

Lira: Estou lhe dando um exemplo aqui muito claro. No governo que em tese o indicou, quanto era a taxa de juros na eleição? Por que não baixou o juros na eleição? Já fiz alguns apelos para que, como primeiro presidente independente do Banco Central, não se deixe, em hipótese nenhuma, levar por pressão ou por posições políticas. O BC tem que agir com independência, pensando em garantir uma economia boa, com moeda estável, com taxa de juros compatível.

Valor: *Nesse meio tempo, o senhor terá que administrar as articulações para a sucessão da Mesa. Já disse que pretende encaminhar isso em agosto. Por quê?*

Lira: Por opção minha, já que a gente tem que organizar a sucessão, [vai ser] não pensando em um nome, mas na manutenção de tudo que o Legislativo conquistou, da posição que ocupa, da maneira como funciona. Não é com uma pessoa, é com um perfil, com quem se encaixar melhor. Eu não quero aqui ter a presunção de que o nome apoiado por mim vai ser o ganhador, porque não é assim que as coisas funcionam. O que eu tenho a vontade de fazer é agora, em agosto, a gente arrumar essa situação na Câmara para que não fiquem três ou quatro candidatos do mesmo bloco, do mesmo grupo, disputando entre si uma coisa que pode ser insana para qualquer um ou para a Casa.

Valor: *Mas por que agosto?*

Lira: Vamos ter uma eleição [municipal] e agosto é um período de ainda não estar no calor. Depois, vamos todos para a eleição e, quando voltar em outubro, já entra no ritmo normal de votação. Se tiver resolvido, bem. Se não tiver, é aquela campanha de eleição do presidente da Câmara. É um período adequado para se corrigir rumos, para se medir se tem e resolver. O candidato do Senado tem quatro anos que está escolhido. Por isso, [na Câmara] não seria um ano atrás e também não será novembro ou dezembro. Agosto é apropriado.

Valor: *O senhor acha que eles precisam se unir em uma candidatura única?*

Lira: Eu não vou especular. Eu só estou dizendo o seguinte: se eu puder ajudar para que a gente escolha um perfil que adeque-se à realidade da Casa, por tudo que aconteceu nos últimos anos, esse perfil será escolhido. Tem muita gente interessada que tudo dê certo. O governo precisa de tranquilidade para governar, a Câmara precisa de previsão para funcionar e a gente vai trabalhar em torno disso. A função é procurar consenso. Nós não temos três ou quatro vagas de presidente da Câmara, nós só temos uma. Ou vai ser polarizada, ou vai ser debatida, ou vai ser acordada. De uma maneira vai ser resolvida.

Valor: *Falando de sucessão, Mas as movimentações dos candidatos não foram muito antecipadas?*

Lira: Eu sempre disse à imprensa e aos que têm o direito lícito de pleitear que isso estava açodado, que não iria dar certo, que as pessoas vão acumular mais desgaste do que benefícios, porque todo mundo que está no sol pega queimadura. Não trouxe nenhum benefício. Ninguém está na frente de ninguém, não tem nada decidido, não tem nada arrumado.

> "[Antecipar a sucessão na Câmara] acumula mais desgaste, porque quem está no sol pega queimadura"

Valor: *O senhor ainda não fez comentários sobre a "Abin Paralela". Por quê?*

Lira: Eu não falo nada porque eu não tive acesso a nada. Eu tive acesso ao que a imprensa veiculou.

Valor: *Mas o senhor teria sido alvo, segundo a Polícia Federal.*

Lira: Alvo de quê?

Valor: *Espionagem.*

Lira: Mas cadê a espionagem, se a imprensa não veiculou? Eu sempre preferi o tema amadurecer para me posicionar, sobre tudo. Quem monitorou perdeu seu tempo. Isso é caso de polícia, Justiça e de MP [Ministério Público]. Não é afeito ao Legislativo.

Valor: *O avanço dessa história pressiona o senhor a acelerar a questão do deputado Alexandre Ramagem no Conselho de Ética?*

Lira: Zero. Até porque em relação ao Conselho de Ética, o colegiado não pode se manifestar sobre nenhum fato anterior ao mandato.

Valor: *Há quem comente que essa prudência é para não perder o apoio de uma parte grande da Câmara e de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro em Alagoas.*

Lira: Não tem nada a ver. Se estiver errado, vai estar errado. Se tiver certo, vai estar certo. Eu só tenho que entender.

Valor: *O governo editou uma medida provisória relativa ao setor de energia que tem recebido questionamentos. A MP agora está na Câmara. Qual será o futuro dela?*

Lira: Aqui tem gosto para tudo. Tem uma parte da Câmara que defende que ela seja votada rapidamente na comissão e derrotada no plenário. Tem parte da Câmara que defende a votação do projeto de lei alterando a medida provisória. Medidas provisórias que você tem que explicar demais geralmente é um problema. Não vejo nenhum clima para uma aprovação como ela está — nem por projeto de lei, nem por medida provisória. Posso estar errado. Mas ela também, se ficar para ser analisada lá na frente, pode gerar os efeitos que todo mundo condena, porque ela está em vigor. Podem assinar todos os contratos e liquidar a fatura. Quando o ministro passa a explicar demais é porque precisava ter conversado um pouco ou com o Congresso que vai analisar, ou com os líderes, ou com a política. O tema não ficou claro. Uma MP que tem que se explicar demais geralmente causa algum tipo de desconforto para a sua tramitação, para a sua aprovação.

Valor: *Sobre a relação com o governo, como está?*

Lira: Dentro do que é possível fazer para melhorar o ambiente de negócio, melhorar a economia, melhorar os projetos e os projetos prioritários do governo, zero de problema com a Câmara. Tenho uma relação muito boa com o presidente Lula, com o vice-presidente [Geraldo] Alckmin, com os ministros na sua expressiva maioria. Um problema pontual que eu registrei com um deles é porque eu não entendia por que o presidente da Câmara, que sempre ajudou, estava apanhando com mentiras, com versões, com ilações. Isso é um fato passado. Cada um cumpre o seu papel. O nosso aqui a gente cumpre com absoluta isenção e a gente não terceiriza os problemas para além disso. O governo entendeu, acho que resolveu o problema e as notícias pararam. De lá para cá não tivemos mais nenhum tipo de problema e era só o que eu queria. Eu não quero atrapalhar nem prejudicar ninguém, mas não dá para que a gente cumpra o nosso papel com muita correção e esteja rebatendo notícia falsa e ilação todo dia. O resto está tudo tranquilo: a relação boa com o PT, boa com os partidos de esquerda, boa com os partidos de direita, excelente com os partidos de centro e boa com o governo. A Câmara está de recesso com a cabeça tranquila, consciência limpinha. Entregou tudo até agora.

Eleições Partido veta destinação a candidaturas de outras siglas; exceção será feita em São Paulo

PT cria regras para uso do fundão, mas abre brechas estratégicas

EDILSON DANTAS/AGÊNCIA O GLOBO — 4/5/2024

Boulos: pré-campanha pressiona por um repasse de cerca de R$ 30 milhões do PT, pouco mais de 40% do teto de R$ 70 milhões da disputa em São Paulo

Cristiane Agostine
De São Paulo

O PT vetou a destinação de recursos do fundo eleitoral petista para candidaturas de outros partidos nestas eleições municipais. A resolução aprovada pela comissão executiva nacional da legenda, na terça-feira (16), no entanto, abre brechas para disputas estratégicas para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e para a legenda, como é o caso da pré-candidatura do deputado federal Guilherme Boulos (Psol) à Prefeitura de São Paulo.

Na resolução, a comissão executiva nacional do PT definiu os critérios que usará para distribuir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), conhecido como fundo eleitoral. "O Partido dos Trabalhadores não destinará recursos do FEFC a outros partidos", diz o artigo oitavo da resolução petista. O PT deve receber R$ 604 milhões do fundo eleitoral neste ano.

Apesar do veto ao repasse de recursos do "fundão" para outros partidos, o texto abre uma brecha que pode ser usada por pré-candidaturas como a de Guilherme Boulos em São Paulo, por exemplo. No artigo nono está previsto que as candidaturas a vice-prefeito (a) nos municípios com mais de 100 mil eleitores poderão receber uma fatia do fundo eleitoral se a comissão executiva nacional do PT definir isso. Dessa forma, a pré-candidatura de Boulos poderia receber recursos por meio de sua vice, a ex-prefeita Marta Suplicy (PT).

> "O Partido dos Trabalhadores não destinará recursos do FEFC a outros partidos"

A pré-campanha de Boulos pressiona por um repasse de cerca de R$ 30 milhões do PT, pouco mais de 40% do teto de R$ 70 milhões da disputa na capital paulista. No entanto, ainda não há uma definição sobre quanto o partido repassará para o postulante do Psol. Dentro do PT, pré-candidatos a vereador da capital paulista e pré-candidatos a prefeituras de outras cidades pressionam por uma fatia maior dos recursos do fundo eleitoral, e resistem em repassar o valor pedido pela pré-campanha de Boulos.

Outra brecha vista por candidaturas não petistas mas que são estratégicas para o PT é o artigo da resolução que prevê uma "estrutura coletiva de apoio", com o "custeio de passagens aéreas, fretamento de aeronaves, realização de pesquisas, hospedagem, logística para eventos de campanha e produção e distribuição de programas para propaganda em rádio, TV e mídias sociais, material gráfico, serviços jurídicos perante Tribunais Superiores e outras despesas". Isso deve contemplar, por exemplo, viagens do presidente para eventos de campanha. Em São Paulo, Lula deve fazer uma série de eventos com Boulos na periferia da capital paulista.

Nas cidades com mais de 100 mil eleitores em que o PT não tiver candidato próprio, o partido deve garantir essa a estrutura coletiva às candidaturas. Segundo a resolução, o comando petista deve garantir, "no mínimo, serviços financeiros e contábeis".

"Todas as despesas das estruturas coletivas serão realizadas em proveito das candidaturas municipais e a elas atribuídas por meio de doações estimáveis em dinheiro", afirma a resolução.

Nas cidades com mais de 100 mil eleitores, o repasse dos recursos do fundo eleitoral será feito diretamente pelo Diretório Nacional às candidaturas para prefeito e para vereador do PT. "Todas as candidaturas proporcionais nos municípios com mais de 100 mil eleitores receberão recursos do FEFC (fundo eleitoral), diretamente ou por meio de doação estimável decorrente da estrutura coletiva", diz a resolução. Nos demais municípios, os diretórios estaduais farão a partilha dos recursos. Segundo a resolução, as bancadas da Câmara e do Senado devem participar dessas definições.

Há pouco mais de um mês, em entrevista ao **Valor**, o coordenador do Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE) do partido, senador Humberto Costa (PE), antecipou a exceção no caso de São Paulo: "Uma vitória de [Guilherme] Boulos lá [em São Paulo] será interpretada como uma vitória nacional e o mesmo pode ser dito de uma derrota", disse o senador ao repórter especial César Felício.

Eleição nos EUA Sondagem mostra que 7 em cada 10 democratas querem que líder, agora em isolamento por covid, saia da disputa

Pesquisas, partido e covid-19 ampliam pressão sobre Biden

Agências internacionais

A pressão para que o presidente dos EUA, Joe Biden, desista de concorrer à eleição voltou a se intensificar ontem. E, em um desafio adicional, ele contraiu covid-19 e teve de cancelar um compromisso de campanha em Las Vegas. Segundo a Casa Branca, Biden foi posto em isolamento — que deve causar a suspensão de eventos eleitorais.

"A Casa Branca fornecerá atualizações regulares sobre o status do presidente enquanto ele continua a desempenhar todas as funções do cargo enquanto está isolado", disse a porta-voz Karine Jean-Pierre em uma declaração à imprensa. Ela acrescentou que Biden apresentou sintomas respiratórios leves, como coriza e tosse.

Antes do anúncio, a média das pesquisas em âmbito nacional compilada pelo "New York Times" — as primeiras divulgadas após o atentado de sábado contra o ex-presidente Donald Trump — apontou o empate técnico com a vantagem numérica do republicano sobre Biden, de 47% a 45%. A média do agregador FiveThirtyEight, de Natan Silver, mostrou uma margem parecida, de 42,3% a 40,3%, em favor de Trump. Esses números ainda trazem pouca variação em relação aos de antes do atentado.

Mas a pesquisa Associated Press/Centro Norc mostrou também ontem que apenas 3 em cada 10 democratas estão "muito ou extremamente confiantes" de que Biden tem capacidade mental para governar com eficácia. E um estudo da Ipsos/Reuters, refletindo o ataque a Trump, mostrou que 80% dos americanos concorda com a afirmação de que "os EUA estão saindo do controle".

Ao mesmo tempo, líderes do Partido Democrata adiaram de amanhã para a primeira semana de agosto o início de uma chamada virtual nominal — passo prévio para a indicação de Biden como candidato na convenção partidária de agosto —, diante do descontentamento de eleitores e autoridades democratas com a resistência de Biden em desistir da corrida à Casa Branca.

O desastroso desempenho de Biden, de 81 anos, no debate do mês passado contra seu rival republicano, Donald Trump, levantou questões sobre a saúde física e mental do presidente. Biden, porém, se mantém irredutível na disposição de seguir candidato.

"Embora a escolha de se retirar da campanha seja apenas do presidente Biden, acredito que essa seja a hora de ele passar esse bastão", disse ontem o deputado Adam Schiff, favorito na Califórnia para conquistar uma vaga no Senado e o mais destacado legislador democrata a pedir a retirada de Biden.

Até agora, 19 democratas da Câmara e o senador Peter Welch disseram que Biden deveria se afastar. Entre as especulações sobre um eventual substituto, o nome mais forte nas pesquisas é o da vice-presidente Kamala Harris — com menos rejeição do que Biden.

Em uma entrevista divulgada ontem, porém, o presidente afirmou que nenhum de seus médicos disse que ele tem algum problema de saúde sério. "Se eu tivesse alguma condição médica que surgisse, se alguém, se os médicos viessem até mim e dissessem, você tem esse ou aquele problema, eu reavaliaria [a permanência a disputa]", disse Biden, de acordo com um breve trecho divulgado pela rede "BET News" e reproduzido por "The New York Times".

Uma outra pesquisa, da empresa BlueLabs, financiada pelo Partido Democrata e divulgada ontem pela "CNN", mostra Biden perdendo terreno para Trump em 14 Estados-chave, incluindo os cinco que Biden virou contra Trump em 2020. O principal assessor de pesquisas de Trump, Tony Fabrizio, disse ter números parecidos com os da BlueLabs, assegurando que a votação do republicano nestes Estados "continuam a se expandir".

E os democratas estão cada vez mais receosos com a possibilidade de perder votos em Estados que já consideravam consolidados, como Minnesota, New Hampshire, Novo México e Virgínia — onde Biden venceu confortavelmente em 2020 —, segundo o "NYT".

Mais informações sobre as eleições nos EUA na pág. A14

EUA anunciam fundo de US$ 30 milhões para AL

Bloomberg

O governo de Joe Biden anunciou ontem a criação de um fundo de US$ 30 milhões para acelerar projetos desenvolvimento e impulsionar o investimento na América Latina e no Caribe. Os recursos devem vir da Corporação Americana Internacional para Financiamento de Desenvolvimento (DFC), que atuará em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os projetos se destinam a estimular o desenvolvimento, criar empregos e buscar o alívio das pressões migratórias.

Parte do trabalho da DFC visa a impulsionar as infraestruturas e os serviços sociais disponíveis para os migrantes e as suas comunidades de acolhimento. Embora os EUA tenham registrado um número recorde de migrantes sem documentos na sua fronteira sul, outros milhões de estrangeiros — especialmente provenientes da Venezuela, de Cuba e do Haiti, devastados pela crise — vivem em países como Colômbia, Peru e Brasil.

"Este mecanismo de assistência técnica é uma parte essencial dos esforços para fazer avançar nossos objetivos comuns. No BID, prevemos que a nossa colaboração contribuirá para a prosperidade econômica na América Latina e no Caribe, ao mesmo tempo que aderimos aos nossos robustos referenciais de sustentabilidade", disse o CEO do braço de investimentos do BID, James P. Scriven.

Os EUA têm procurado formas de reagir à estratégia da China de aumentar os empréstimos para financiar obras de infraestrutura em países da região. A atuação de Pequim no continente americano converteu os chineses no principal rival geopolítico dos EUA na região.

Comentário de Trump sobre Taiwan derruba ações de chips

J. SCOTT APPLEWHITE/AP

As ações de semicondutores caíram forte ontem depois que Donald Trump, disse que Taiwan deveria pagar por sua própria defesa e os EUA estariam considerando restrições mais duras ao comércio de chips com a China. O índice Nasdaq de alta tecnologia, caiu 2,8% em Nova York, seu pior desempenho desde dezembro de 2022. Em entrevista à "Bloomberg Businessweek", Trump disse que Taiwan, que é fundamental para a indústria global de fabricação de chips, deveria pagar por sua própria defesa. "Eu não me sentiria tão seguro agora se fosse eles", disse Trump, se recusando a dar garantias de que os EUA protegeriam Taiwan contra uma agressão chinesa se ele for eleito presidente em novembro. A China considera Taiwan uma província separatista que pretende unificar com o continente. Na foto, Trump no palco da convenção do Partido Republicano, onde fará o discurso de encerramento esta noite.

'G 20 tem de liderar', cobra chefe da ONU Clima

Daniela Chiaretti
De São Paulo

"O que a crise do clima fez com a casa da minha avó não pode se tornar o novo normal da humanidade. Ainda podemos evitar isso, mas só se as pessoas, em todos os lugares, se manifestarem e exigirem ações climáticas ousadas agora, antes que seja tarde demais". O apelo é de Simon Stiell, secretário executivo da ONU Mudanças Climáticas (ONU Clima), ao visitar sua terra natal, Granada, no Caribe, muito afetada pela passagem do furacão Beryl no início do mês.

Stiell, que ocupa o mais alto posto da ONU nas negociações climáticas, fez o alerta ao visitar a ilha onde ficava a casa da família, agora em ruínas: "Temos de parar de piorar as coisas. Precisamos cortar as emissões dos combustíveis fósseis e reduzi-las pela metade nesta década, como manda a ciência".

Beryl, furacão de categoria 5 (a mais alta na escala), é atípico para a época. Foi o primeiro da temporada e arrasou partes de Granada, Jamaica, Ilhas Cayman e no Golfo do México. Matou ao menos 33 pessoas nos Estados Unidos, Venezuela e ilhas do Caribe.

Em um discurso contundente em Granada, rodeado por escombros, Stiell referiu-se aos países do G 20, responsáveis por 80% das emissões globais de gases-estufa, conduzidos pela presidência brasileira este ano. "Devem liderar o caminho com novos e revolucionários planos climáticos nacionais, previstos para o início de 2024, e que cumpram a promessa que todos os países fizeram em 2023 de abandonar os combustíveis fósseis".

Ele se refere ao compromisso dos países na COP 28, em Dubai, de se afastar dos combustíveis fósseis. Também cita a nova rodada de compromissos climáticos, as NDCs, que os países têm que apresentar no início de 2025.

Para Stiell, as novas NDCs têm que contemplar a meta de se afastar dos combustíveis fósseis. O Brasil, a julgar pela pressão da Petrobras e do Ministério da Energia para que se abra uma nova frente de exploração de petróleo na Margem Equatorial, terá dificuldades para cumprir a promessa no ano em que hospeda a COP 30.

"Precisamos de planos de adaptação mais fortes, que criem resiliência e protejam as comunidades, as economias, as cadeias de suprimento e os resultados financeiros das empresas, que atualmente estão sendo prejudicados pelo aquecimento global", seguiu.

Citou relatório recente que calculou os custos da inação em US$ 38 trilhões ao ano, até 2050; a ação climática, contudo, custaria menos de um sexto. Os impactos climáticos reduziram a produção global de alimentos e aumentaram os preços dos alimentos e outros custos de vida. "Beryl é mais uma prova dolorosa: todos os anos, os custos climáticos causados pelos combustíveis fósseis são uma bola de demolição econômica que atinge bilhões de famílias e pequenas empresas."

Seguiu: "Se os governos de todo o mundo não se mobilizarem, todas as economias e 8 bilhões de pessoas enfrentarão esse trauma de força bruta de forma contínua". Chamou os custos da inação de "carnificina climática" e apelou para que todos os governos intensifiquem os esforços para evitá-la.

A crise do clima abre um ciclo de endividamento para países mais vulneráveis, que sofrem os impactos climáticos, perdem infraestrutura, têm que se endividar para reconstruir, e serão afetados novamente, lembrou Stiell.

China usa censores para garantir valores socialistas na IA

Ryan McMorrow e Tina Hu
Financial Times, de Pequim

Autoridades do governo chinês estão testando grandes modelos de linguagem de empresas de inteligência artificial para garantir que seus sistemas "incorporem valores socialistas centrais", na expansão mais recente do regime de censura do país.

A Administração do Ciberespaço da China (ACC), agência de fiscalização e regulamentação da internet, obrigou grandes empresas de tecnologia e startups de inteligência artificial, como ByteDance, Alibaba, Moonshot e 01.AI, a participarem de uma revisão governamental compulsória de seus modelos de IA, de acordo com várias fontes envolvidas no processo.

A iniciativa inclui testes em lote das respostas de um grande modelo de linguagem a uma série de perguntas, segundo fontes com conhecimento do processo. E muitas dessas perguntas estão relacionadas às sensibilidades políticas da China e de seu presidente, Xi Jinping.

O trabalho inclui uma revisão dos dados usados para o treinamento do modelo e de outros processos de segurança.

Duas décadas depois de introduzir um "grande firewall" para bloquear sites estrangeiros e outras informações consideradas prejudiciais pelo Partido Comunista, a China começou a implementar o regime regulatório mais rigoroso do mundo para controlar a inteligência artificial e o conteúdo que ela produz.

"A ACC tem uma equipe especial que faz isso. Eles vieram ao nosso escritório e ocuparam nossa sala de conferências para fazer a auditoria", disse um funcionário de uma empresa de IA com sede em Hangzhou, que pediu para não ser identificado.

"Não passamos nos testes na primeira vez; o motivo não ficou muito claro, e por isso tivemos de conversar com nossos pares", contou o funcionário. "É preciso um pouco de adivinhação e de adaptação. Passamos na segunda vez, mas todo o processo levou meses."

O rigoroso processo de aprovação da China obrigou os grupos de inteligência artificial no país a aprenderem rapidamente a melhor maneira de censurar os grandes modelos de linguagem que desenvolvem, uma tarefa que muitos engenheiros e pessoas bem informadas do setor consideram difícil e complicada por causa da necessidade de treinar os modelos com uma grande quantidade de conteúdo em inglês.

A diretriz operacional da China para empresas de inteligência artificial publicada em fevereiro determina que os grupos de IA precisam coletar milhares de palavras-chave e perguntas sensíveis que violem "valores socialistas fundamentais", tais como "incitar a subversão do poder do Estado" ou "minar a unidade nacional". A ideia é que a lista de palavras-chave sensíveis deve ser atualizada semanalmente.

O resultado é visível para os usuários dos chatbots de IA da China. Consultas sobre tópicos sensíveis, como o que aconteceu em 4 de junho de 1989 – a data do massacre da Praça Tiananmen – ou se Xi se parece com o Ursinho Puff, um meme da internet, são rejeitadas pela maioria dos chatbots chineses. O chatbot Ernie do Baidu pede aos usuários que "tentem uma pergunta diferente", enquanto o Tongyi Qianwen do Alibaba responde: "Ainda não aprendi como responder a essa questão. Continuarei a estudar para atendê-lo melhor."

Por outro lado, Pequim lançou um chatbot de IA baseado em um novo modelo treinado a partir da filosofia política do presidente chinês, conhecida como "O Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era", assim como de outras publicações oficiais fornecidas pela Administração do Ciberespaço da China.

Mas as autoridades chinesas também estão empenhadas em evitar a criação de uma inteligência artificial que se esquive de todos os tópicos políticos. A ACC introduziu limites para o número de perguntas que os grandes modelos de linguagem podem recusar durante os testes de segurança, de acordo com funcionários de grupos que ajudam as empresas de tecnologia a lidarem com o processo. Os padrões quase nacionais revelados em fevereiro estipulam que os grandes modelos de linguagem não podem rejeitar mais de 5% das perguntas que lhes são feitas.

> "Alguns modelos proíbem tópicos relacionados ao presidente Xi"
> *Desenvolvedor de IA*

"Durante os testes, [os modelos] precisam responder, mas quando já estiverem em operação não haverá ninguém para vigiar isso", disse um desenvolvedor de uma empresa de internet com sede em Xangai. "Para evitar possíveis problemas, alguns grandes modelos implementaram uma proibição total de tópicos relacionados ao presidente Xi."

Como exemplo do processo de censura de palavras-chave, fontes bem informadas do setor mencionam o Kimi, um chatbot lançado pela startup Moonshot, de Pequim, que rejeita a maioria das perguntas relacionadas a Xi.

Mas a necessidade de responder a perguntas que não sejam tão obviamente sensíveis significa que os engenheiros chineses tiveram de descobrir uma solução para garantir que os grandes modelos de linguagem deem respostas politicamente corretas para questões como "a China tem direitos humanos?" ou "o presidente Xi Jinping é um grande líder?".

Quando o "Financial Times" fez essas perguntas a um chatbot desenvolvido pela startup 01.AI, seu modelo de linguagem Yi deu uma resposta mais sutil, em que observa que os críticos dizem que "as políticas de Xi limitaram ainda mais a liberdade de expressão e os direitos humanos e reprimiram a sociedade civil".

Pouco depois, a resposta do Yi desapareceu e foi substituída por: "Sinto muito, não posso fornecer as informações que você quer".

A ACC, a ByteDance, Alibaba, Moonshot, Baidu e 01.AI não responderam imediatamente aos pedidos de comentários.

ADB eleva previsão de PIB da Ásia em desenvolvimento

Agências internacionais

O Asian Development Bank (ADB) elevou a previsão de crescimento para a Ásia em desenvolvimento em 2024, encorajado pela alta das exportações relacionadas com a tecnologia na Coreia do Sul e em Taiwan e pela demanda interna robusta em toda a região.

O banco prevê agora que o produto interno bruto da Ásia em desenvolvimento aumente 5,0% este ano, um pouco acima dos 4,9% projetados em abril, de acordo com as estimativas divulgadas ontem. A instituição manteve inalterada a sua previsão de crescimento para 2025 em 4,9%.

O ADB define a Ásia em desenvolvimento como 46 nações da região que são membros do banco.

O relatório afirma que, na Ásia em desenvolvimento, a procura interna resiliente, juntamente com a melhoria das exportações e da indústria, apoiarão o crescimento este ano.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01	0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-3,8	0,9	-1,1	2,5	-0,3	2,1	0,7	-0,4	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-2,3	2,2	-1,6	2,5	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2	0,7
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1	1,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3	-0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,0	0,3	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	-	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**326,6**	**329,6**	**-0,91**	**31,5**	**58,6**	**-46,28**
Imposto de renda pessoa física	33,8	25,1	34,42	23,0	15,3	50,63
Imposto de renda pessoa jurídica	153,0	150,4	1,74	17,2	16,2	6,18
Imposto de renda retido na fonte	180,0	154,0	16,87	31,5	27,1	16,20
Imposto sobre produtos industrializados	30,4	24,6	23,73	6,2	4,9	26,70
Imposto sobre operações financeiras	26,4	24,6	7,30	5,3	4,5	17,47
Imposto de importação	26,8	22,5	19,47	5,6	4,6	20,87
Cide-combustíveis	1,2	0,0	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	163,5	132,7	23,19	31,8	27,4	16,25
CSLL	81,2	76,4	6,25	9,1	8,7	4,55
PIS/Pasep	45,4	37,2	21,86	8,7	7,5	16,13
Outras receitas	388,1	314,8	23,30	104,6	60,6	72,75
Total	**1.089,6**	**962,4**	**13,22**	**203,0**	**176,7**	**14,89**
	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/24	jun/24	2024	2023	12 meses	jul/24	jun/24	dez/23	jul/23
IBGE									
IPCA	-	0,21	2,48	4,62	4,23	-	6.941,51	6.773,27	6.667,94
INPC	-	0,25	2,68	3,71	3,70	-	7.141,00	6.954,74	6.880,17
IPCA-15	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
IPCA-E	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
FGV									
IGP-DI	-	0,50	1,11	-3,30	2,88	-	1.117,79	1.105,54	1.082,11
Núcleo do IPC-DI	-	0,34	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,55	0,49	-5,92	2,51	-	1.300,66	1.294,35	1.261,15
IPA-Agro	-	1,52	1,44	-11,34	2,39	-	1.811,00	1.785,32	1.753,26
IPA-Ind.	-	0,19	0,14	-3,77	2,55	-	1.096,06	1.094,53	1.063,37
IPC-DI	-	0,22	2,46	3,55	3,63	-	751,69	733,67	725,85
INCC-DI	-	0,71	2,80	3,49	4,02	-	1.118,83	1.088,31	1.076,63
IGP-M	-	0,81	1,10	-3,18	2,45	-	1.136,41	1.124,07	1.101,20
IPA-M	-	0,89	0,47	-5,60	1,94	-	1.340,52	1.334,20	1.301,20
IPC-M	-	0,46	2,65	3,40	3,70	-	735,41	716,46	709,98
INCC-M	-	0,93	2,63	3,32	3,77	-	1.114,75	1.086,15	1.074,90
IGP-10	0,45	0,83	1,63	-3,56	3,38	1.161,97	1.156,82	1.143,35	1.123,94
IPA-10	0,49	0,88	1,06	-6,02	3,14	1.381,26	1.374,57	1.366,78	1.339,16
IPC-10	0,24	0,54	2,98	3,43	3,88	742,33	740,54	720,87	714,60
INCC-10	0,54	1,06	3,27	3,04	4,20	1.105,16	1.099,18	1.070,21	1.060,64
FIPE									
IPC	-	0,26	1,87	3,15	2,97	-	687,92	675,27	667,19

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 1ª prévia jul/24 0,15% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana jul/24 0,00%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	
4ª	30/08/2024			
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**mai/24**		**abr/24**		**mai/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**
Discriminação	**mai/24**		**abr/24**		**mai/23**	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noniminais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Valor ECONÔMICO

Atentado não muda pesquisas de intenção de voto nos EUA

O odioso atentado contra o candidato à Presidência dos Estados Unidos, Donald Trump, poderia produzir dois efeitos esperados: o republicano teria um momento muito favorável nas pesquisas, ampliando sua dianteira sobre seu oponente, o democrata Joe Biden, e o estimularia a tentar conter a polarização extrema da campanha, da qual quase foi vítima. No primeiro caso, porém, as pesquisas mostram que quase nada mudou na contenda eleitoral. Trump segue à frente, na margem do empate técnico. Quanto à mensagem apaziguadora, que seria mais que bem-vinda, há dúvidas se ele a fará. A escolha de um radical à sua semelhança, como J. D. Vance, não traz essa sinalização.

A média das pesquisas após a tentativa contra a vida de Trump, feita pelo agregador FiveThirtyEight, de Nate Silver, aponta margem de 42,3% a 40,3% para o ex-presidente. A apoteose republicana da convenção em Milwaukee, que terá seu ápice com o discurso do candidato hoje, serviu para galvanizar os republicanos, mas tudo isso já era esperado. O atentado trouxe de volta para o ninho os rebeldes anti-Trump do partido, como Nikki Haley e outros, em uma demonstração de subserviência que reforça o domínio do magnata sobre o partido.

Ainda que a aura de perseguido político se afirme após o atentado, e seja de alguma forma ratificada pelas sucessivas vitórias de Trump na Justiça, a reação do eleitorado não quebrou o figurino da polarização. Para democratas e muitos eleitores independentes — os que decidirão as eleições — a pregação incendiária e radical de Trump não lhes apraz. Poderia ser um fator de mudança a cativar os indecisos uma surpreendente guinada de Trump a favor da união do país e por uma campanha pacífica, em que os adversários não fossem tratados como inimigos irreconciliáveis. Poucas horas após ter sido retirado do palanque em Butler, na Pensilvânia, no sábado, com ferimentos na orelha, Trump afirmou que rasgara o discurso que preparou para a convenção republicana e que sua mensagem seria de paz. Seu mandato e a rebelião incitada para que a vitória inegável de Biden nas urnas fosse rejeitada, indicam, entretanto, que a conciliação com os adversários é uma atitude estranha a sua personalidade.

A escolha de J. D. Vance, radical cristão do Meio-Oeste, apenas provou que o candidato republicano não está interessado em apelar a quem não comunga de seus credos, mas em vencer a eleição. Michigan, Pensilvânia e Wisconsin, Estados que podem decidir a disputa eleitoral, foram o alvo procurado com a opção por Vance, em uma região em que Joe Biden conseguiu derrotar Trump na eleição passada.

Se o atentado pode não ter aumentado o vigor da candidatura Trump, a resignação ou rebeldia dos democratas diante da candidatura de Joe Biden tampouco melhora as perspectivas do partido. O choque e a estupidez do atentado contra Trump amorteceram o movimento crescente para demover o atual presidente de tentar a reeleição. A máquina dirigente do partido tenta manobrar agora para que a candidatura se torne irreversível antes da convenção democrata de 19 de agosto, em Chicago.

Uma parte do estrago para Biden tende a ser irreversível. Se os próprios democratas não acreditam que ele seja apto para continuar por mais quatro anos na Presidência do país mais poderoso do mundo, por que os eleitores deveriam pensar o contrário? O dilema em que o partido está atolado já dura muito tempo, quando a solução deveria ter sido rápida e cirúrgica. Isto, ao que parece, não acontecerá.

Os mercados estão projetando o futuro com base no que conhecem. Uma vitória de Trump trará juros mais altos, mais inflação e endividamento, algo temerário diante da relação já alta entre dívida e PIB do país, de 123%. A equação econômica do republicano é conhecida. Corte de impostos agravarão o déficit e estimularão o consumo, impulsionando a inflação e elevando os juros que o Tesouro terá de pagar por débitos crescentes. Juros mais altos empurram o dólar para cima. O protecionismo ganhará escala, se Trump cumprir sua promessa de impor tarifas de 10% para importações do mundo inteiro e elevá-las a 60% para produtos chineses. Importações mais caras darão mais impulso à inflação, que hoje cai mais devagar do que Joe Biden gostaria e se tornou o fator mais importante a fazer com que os americanos acreditem que Trump é mais capaz de gerir a economia que o atual presidente.

Politicamente, Trump é a incerteza exponencial. Em entrevista à Bloomberg, ele saiu ontem com a ideia de que Taiwan deveria pagar por sua defesa contra a China e que a ilha subtraiu a dianteira dos americanos em semicondutores. Não há lógica alguma no raciocínio, especialmente em meio a uma disputa com Pequim, mas Trump age por rompantes e não segue qualquer roteiro, fora o que lhe indica seus instintos irrefreáveis.

A perspectiva de um Trump revigorado após o atentado e de um Biden esmagado após o debate entre ambos tem seu desenho contestado pelas pesquisas. Nada está decidido ainda nas eleições americanas.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Não há necessidade que todas as funções do BC se concentrem numa só instituição. Por **Roberto Troster**

Comentários sobre a PEC da Autonomia do Banco Central

Está tramitando no Congresso uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para dar mais autonomia financeira ao Banco Central. É uma iniciativa meritória. Uma moeda estável é condição necessária para o desenvolvimento do Brasil.

O Brasil está comemorando os 30 anos do Plano Real. Nesse tempo, a inflação acumulada foi menor do que nos seis meses anteriores a sua implantação. É um mérito. Para consolidar ainda mais o controle da inflação, foi concedido ao Banco Central autonomia operacional em 2021 e definiu-se que seu objetivo principal é atingir uma meta de inflação. Mas não é o único.

Também tem como objetivo a gestão da política cambial, executar e supervisionar os meios de pagamentos, determinar e recolher os depósitos compulsórios dos bancos, exercer o controle do crédito sobre todas as formas, efetuar o controle dos capitais estrangeiros, ser depositário das reservas internacionais, supervisionar o sistema financeiro, conceder e cancelar autorizações para funcionamento de instituições financeiras e regular a execução da compensação entre outros.

Conceder autonomia para a condução da política monetária não é o mesmo que conceder autonomia para todas as funções do BC. Há outras consequências que devem ser analisadas.

A lei 4.595, que determina os objetivos do Banco Central, comemora 60 anos. Nesse tempo, o sistema financeiro é outro, a tecnologia é outra, a economia é outra, o papel do crédito é diferente, enfim, o Brasil se transformou. O Banco Central tem desempenhado bem algumas de suas funções, e é meritório por isso. Mas não tão bem outras, como no crédito e no câmbio. É oportuno pensar em readequações da estrutura institucional do sistema financeiro.

Outro comentário é que o Banco Central tem sua organização mais voltada para o funcionamento interno do que para sua função na economia. À exceção da política monetária, as outras sete diretorias — administração, assuntos internacionais e gestão de riscos corporativos, fiscalização, organização do sistema financeiro e de resolução, regulação, relacionamento institucional e cidadania — não estão focadas nos objetivos da instituição.

Há também ineficiências institucionais. Há uma superposição nas atuações do Banco Central com a da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), criada em 1976, quando o mercado monetário e de capitais era segmentado. Não é mais. A mesma função é feita por duas instituições simultânea e independentemente. Há uma perda de foco e um aumento de custos de observância para o sistema.

Não há um mandato explícito que objetive assegurar uma oferta de crédito mais consciencioso e competitiva. É imperativo mais eficiência na concessão de financiamentos, na transparência e na proteção ao consumidor de produtos financeiros. Evitar-se-ia parte de estragos em que poucos agentes inescrupulosos deterioram a qualidade das carteiras e a imagem do sistema.

Há mais de 6 milhões de empresas e de 70 milhões de cidadãos negativados. A defesa do consumidor financeiro está dispersa entre a ouvidoria do Banco Central, dos próprios bancos e dos Procons. Sua concentração deveria dar-se em uma autarquia independente com poderes para regulamentar e punir, que teria como foco principal informações em boas práticas à todas as partes envolvidas. Pode-se pensar numa Autarquia de Proteção ao Consumidor Financeiro (APCF), com metas de acesso, de uso e de adimplência.

BETO NOCITI/BCB

A gestão da política cambial é ineficiente. Ao invés de um regime de câmbio flutuante, o país tem um regime de câmbio volátil. Ilustrando, no último mês, a diferença entre a cotação máxima e mínima foi de 6,1% e neste ano de 14,8%. A volatilidade cambial tem efeitos nefastos nos setores industrial e agrícola. Urge debater como pode ser reformulada.

A política de crédito é passível de aprimoramentos e deveria ser debatida. A relação crédito do sistema financeiro/PIB está no mesmo patamar há uma década e na metade de outros países com o mesmo nível de renda que o nosso e que não tem a mesma sofisticação financeira que nós temos. Há alternativas.

Para uma autonomia maior da condução da política monetária, poder-se-ia pensar num spin-off do Comitê do Política Monetária e numa mudança de sua composição. Atualmente é formado por diretores do Banco Central. Todos de alto gabarito, mas não necessariamente especialistas em política monetária. É importante que os membros do comitê tenham garantia de inamovibilidade por um prazo determinado. Mas isso pode ser conseguido, sem que sejam necessariamente diretores do Banco Central. Podem ser membros com notório saber de outros órgãos do governo, da academia e até independentes.

Outras medidas para melhorar a governança da política monetária poderia ser aumentar a representatividade do Conselho Monetário Nacional (CMN), incluindo participantes do sistema financeiro e de outros setores empresariais no CMN, conforme sua concepção original em 1964, contribuindo para uma normatização mais legítima e focada do órgão.

Outro spin-off a se pensar é o da operação do Pix. Atualmente quem usa não paga seus custos e na estrutura atual ninguém supervisiona seus riscos. Há um princípio básico em finanças, chamado a primeira lei do bancário: "Um faz e outro supervisiona". Deve ser observado.

Remover o entulho inflacionário do sistema financeiro melhoraria a atuação do Banco Central. Leia-se ajustes em bancos oficiais, crédito direcionado, moeda remunerada, indexação, liquidez, tributação e inadimplência, transparência, câmbio e concorrência. A multiplicidade de distorções é bizantina e aumenta a taxa neutra de juros.

É importante a autonomia para as demais funções do Banco Central. Não há necessidade que estejam concentradas numa só instituição. A autonomia é importante para que as funções que exerce cada instituição sejam do Estado brasileiro e não de cada governo. Poder-se-ia também pensar na PEC das Autonomias, dando maior autonomia ao Ibama, à Anvisa, à Aneel e outros. Daria mais eficiência ao Estado brasileiro.

Roberto Luis Troster é economista.
E-mail: robertotroster@uol.com.br

Os marcos da transição energética

Joaquim Levy

Os mercados suspiraram aliviados e a bolsa americana disparou com a esperada notícia de a inflação americana estar cedendo. O time macro do Safra não crê, no entanto, que as preocupações com a macroeconomia mundial desaparecerão. Até porque a incerteza geopolítica e certos problemas como mudança climática e demanda por eletricidade não vão sumir por mágica.

As emissões de CO_2 cresceram em 2023, com o carvão respondendo por 65% do aumento associado à produção de energia. O carvão provê apenas 27% da energia obtida de combustíveis fósseis, mas responde por 44% das emissões de CO_2 atribuídas a essas fontes, com mais de 15 bilhões de toneladas ao ano. Reduzir as emissões do carvão é, talvez, a ação mais eficaz para mitigar o aquecimento global agora, como ilustra a queda das emissões totais de CO_2 dos EUA, explicada pelo declínio do carvão lá.

A rápida redução do uso do carvão impactaria as economias da Ásia, onde muito da eletricidade vem dele, explicando porque representa apenas 20% da energia final do mundo, mas 40% das emissões globais de CO_2. O corte exigiria lidar com cadeias de produção longas e com grande pegada social, não podendo ser imposta, até pela lógica do Acordo de Paris. Estimular essa transição é o grande desafio das finanças climáticas desta década, motivando os EUA, por exemplo, a promoverem o uso de créditos de carbono nesse esforço. Mas o assunto, nem de longe, monopoliza a atenção do G20, COPs ou fóruns afins.

Nesse contexto, a almejada redução das emissões da indústria brasileira, hoje em 100-150 milhões de toneladas de CO_2 anuais e muito concentradas na siderurgia e no cimento, terá efeito modesto e custo incerto. Temos, portanto, que pensar qual o objetivo principal do mercado regulado de carbono que deve ser instituído até o final do ano. Dado que sua contribuição para reduzir as emissões do Brasil (em 20MtCO_2/ano até 2035?) e para absorver créditos de carbono da agrossilvicultura ou preservação florestal (5Mt-CO_2/ano?) será limitada, esse mercado tem que visar principalmente facilitar o diálogo dos nossos exportadores com parceiros comerciais no que tange, e.g., a tarifas de importação associadas a metas de redução de emissões regionais.

Talvez a redução de emissões da indústria brasileira se dê mais com o auxílio do recém-votado Marco do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, que aguarda a sanção presidencial. Na medida em que tecnologias com o hidrogênio amadureçam e se tornem competitivas, elas podem ajudar a redução de emissões na siderurgia, produção de fertilizantes, destilação do petróleo e até a navegação. O marco cobre não só o hidrogênio obtido da eletrólise com energia renovável, mas também da "reforma" do etanol e outras rotas de baixa emissão de CO_2.

Outra iniciativa em curso que pode empurrar a descarbonização da indústria brasileira é o projeto de lei do "Combustível do Futuro", que prevê ampliar o papel do biometano e biogás em complemento ao gás natural.

É interessante que as leis que estão surgindo para guiar a transição energética no Brasil, inclusive a do programa Mover para a indústria automobilística e da "eólica offshore", não resultam de um plano estratégico formal concatenando as opções de transição, seus tempos, custos relativos e impactos no emprego ou comércio exterior etc. Não obstante iniciativas do Ministério da Fazenda para forjar uma visão abrangente da transição energética, essas leis têm se desenvolvido de forma aparentemente espontânea e eclética, evitando escolhas explícitas entre rotas de descarbonização, exceto no que toca, por exemplo, a estabelecerem-se teores de mistura de biocombustíveis nos derivados de petróleo ou no gás natural. Talvez o principal critério ligando as várias iniciativas seja privilegiar opções com menor emissões totais, isto é, ao longo de todo seu ciclo de vida.

O uso do critério de ciclo de vida sugere, por exemplo, que o Mover possa favorecer o carro híbrido, especialmente aquele em que a tração seja só elétrica, face aos carros alimentados na rede elétrica ou os tradicionais. A vantagem do híbrido emergiria ao se contabilizar as emissões devidas à produção de uma bateria 20-30 vezes maior no carro plug in (80kWh x 4-2,5kWh) e da redução em até 45% das emissões face aos carros convencionais abastecidos com gasolina.

Há expectativa que novas leis deem ao Brasil liderança na agenda climática, ainda que impactos sejam incertos

A maior eficiência térmica do carro híbrido em relação ao convencional pode, aliás, ajudar no dilema das refinarias de petróleo no Brasil. Como gastam menos combustível, mais carros híbridos podem rodar com a produção atual de etanol e de derivados de petróleo, evitando investimentos que talvez não tenham tempo de se rentabilizar. Nesse cenário, a evolução das baterias com menor pegada ambiental talvez desloque o carro híbrido em um horizonte que se encaixaria à expansão dos combustíveis sustentáveis para aviação (SAF) a partir dos biocombustíveis.

Ainda na mobilidade, com reflexo no SAF, merece menção o tratamento dado ao diesel verde, incluindo o óleo vegetal hidrotratado, que complementaria o biodiesel (molécula de ésteres), tendo vida de prateleira mais longa, maior potencial de mistura ao diesel mineral e criação de demanda por hidrogênio verde na sua produção.

Há a expectativa de que essas leis deem liderança ao Brasil na agenda climática, ainda que seu impacto fiscal e no custo Brasil seja, todavia, uma incógnita, já que não há notícias de estudos detalhados do seu efeito conjunto. Isso vale, por exemplo, para as metas de redução de emissões na aviação, compras de certificados (e.g., de biometano) e várias medidas talvez mais voltadas a organizar o mercado doméstico do que incentivar a exportação de energia limpa e produtos que a incorporem. Essa exportação é que dará escala econômica a certas opções. Mas, para o hidrogênio verde e produtos que o usem, por exemplo, ela vai depender de se desenvolverem mercados globais que os absorvam com preços compatíveis com a sua curva de produção e com uma estabilidade de que lastreie os grandes investimentos fixos necessários para ela se concretizar.

Joaquim Levy é diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercado do Banco Safra. Foi ministro da Fazenda e diretor-gerente do Banco Mundial.

Ódio a políticos se retroalimenta ao afastar boas pessoas e piorar governos. Por **Janan Ganesh**

O círculo vicioso da política moderna

Na última vez que um presidente dos Estados Unidos quase foi assassinado, a maior parte do mundo rico, mesmo tendo repudiado o ato, podia classificá-lo como peculiarmente americano. Por isso, vale a pena listar algumas das medidas de segurança utilizadas pelos parlamentares do Reino Unido nos últimos anos. Alarmes de pânico móveis. Coletes à prova de balas. Seguranças pessoais. Evitar eventos planejados e passeios não essenciais. Um esforço da polícia nacional denominado Operação Bridger agora foi ampliado para proteger os representantes eleitos fora do Parlamento.

Um país onde a violência política era rara, pelo menos fora do contexto da guerra dos Troubles, perdeu dois parlamentares por assassinato desde 2016. Candidatos nas eleições francesas recentes também foram atacados. O ministro do Interior da Alemanha cita uma "escalada da violência antidemocrática".

Quase todo mundo deplora esses ataques. O problema é que depois disso o consenso se desfaz. O espectro de comportamento que vai até a linha da violência, mas não a ultrapassa, inspira menos preocupação ou mesmo interesse do que deveria. O assédio aos candidatos nas eleições britânicas foi recebido com uma frieza sinistra. Sendo claro, portanto: a cultura contra os políticos é errada em si mesma. Mas mais do que isso, ela se reforça.

Este é o círculo vicioso da política moderna: ela é uma linha de trabalho cada vez mais desagradável, o que significa que menos pessoas competentes a escolhem, o que empobrece a qualidade da vida pública — ou seja, da governança em si e do comportamento daqueles responsáveis por ela —, o que por sua vez torna os eleitores mais hostis com os políticos. E o ciclo se repete.

Não há como separar a questão de, digamos, como uma nação com mais de 330 milhões de habitantes chega a ter um candidato de 81 anos contra outro de 78 em uma corrida presidencial, das ameaças a servidores públicos e da dificuldade geral da "política de linha de frente". (Que conotação marcial essa expressão tem agora!) Você acha que deveria haver pessoas melhores na política? Bem, fique à vontade, leitor. Você primeiro.

Uma nação é melhor gerida se pessoas com outras oportunidades de carreira as trocarem pela política. Os obcecados sempre serão voluntários. Os apáticos nunca o farão. É o indeciso que tem uma vida de anonimato próspero aberta para si que precisa ser seduzido

A questão se aplica ainda mais nesse vácuo de deferência que chamamos de Reino Unido. A velocidade com que Rishi Sunak, que poderia ter sido um bom primeiro-ministro com mais uma década de experiência, entrou no número 11 da Downing Street, e depois no número 10, é um testemunho de sua determinação, sim, mas também do espantoso nível da competição.

A violência real é pior do que a intimidação, que é pior do que o abuso verbal, que é pior do que a atenção invasiva, que é pior do que o cinismo reflexivo, quase aprendido mecanicamente, que agora é a rotina comum do político diante do público. ("Por que eu deveria acreditar em qualquer palavra do que você diz?" etc). Mas todos têm o mesmo efeito. Todos afastam indivíduos capazes — que podemos definir como aqueles com boas opções de carreira em outros lugares — ou até mesmo pessoas bem ajustadas e não masoquistas. O perigo é a política se tornar uma espécie de mercado para pessoas que não alcançariam status semelhante em outra área ou que anseiam por atenção, por mais brutal que seja. É tentador aqui inverter a frase de Groucho Marx frequentemente citada sobre clubes e seus membros. O Parlamento não deveria aceitar ninguém que considerasse se juntar a ele.

Este argumento incorrerá sempre na queixa da romantização do passado. Não existe uma medida objetiva da "qualidade" dos políticos, quanto mais uma que mostre conclusivamente que a situação piorou. Nem é um axioma que uma pessoa de elevada competência geral prospere no domínio peculiar da política. Robert McNamara foi uma joia da sua geração americana — astro da Harvard Business School, gênio da Ford Motor Company — e um chefe do Pentágono tragicamente desajeitado durante a Guerra do Vietnã. O gabinete de John Major no Reino Unido na década de 90 estava cheio de pessoas que teriam florescido na vida acadêmica, empresarial ou profissional (e muitas o fizeram). Mas os eleitores odiaram.

Por um período suficientemente longo, porém, uma nação é melhor governada — em vez de pior — se as pessoas com outras oportunidades de carreira as trocarem pela política. Os obcecados sempre serão voluntários. Os apáticos, nunca o farão. É o caso periférico, o indeciso que tem uma vida de anonimato próspero aberta para si, que precisa ser seduzido.

É natural atribuir o sentimento contra os políticos aos fracassos governamentais: as guerras mal-sucedidas, a má regulação dos bancos, o impressionante feito do Estado britânico em aumentar os impostos e deteriorar as rendas. Não há uma curiosidade semelhante sobre a origem desses fracassos. E se a ligação causal funcionar na direção oposta? E se um Estado inepto for o fruto final da antipolítica?

O Congresso é a instituição menos confiável nas pesquisas americanas porque é tão ruim, ou é tão ruim porque é desacreditado, e desse modo desencorajador para aqueles que de outra forma entrariam para ele e o elevariam? Ridicularizar a classe política é um direito. Mas a piada, no final das contas, é sobre nós. ***(Tradução de Mário Zamarian)***

Janan Ganesh é editor do Financial Times.

Frase do dia

"O histórico do populismo de direita, assim como o de esquerda, é sempre ruim para a economia".

Do economista José Alexandre Scheinkman sobre eleições nos EUA

Cartas de Leitores

BC e CVM

O **Valor** noticiou que o Ministério da Fazenda planeja tornar o Banco Central e a CVM em dois grandes superreguladores, eliminando a Susep e retirando a uma suposta atual sobreposição de regulação e supervisão das três agências. A alegação é que o modelo se inspira no britânico. Só se esqueceram que, no Reino Unido, o Bank of England (equivalente do Bacen) não faz parte do modelo que Haddad quer emular. Ou seja, estamos falando de três órgãos nos modelos brasileiro e britânico atualmente em funcionamento. Mas esqueçam essa matemática boba.

O que acontece hoje é que as agências reguladoras e supervisão do país prestam um serviço paupérrimo para a sociedade brasileira. A alegação de sempre é que falta pessoal. Mas, quando olhamos de muito perto, o problema é outro. As agências há muito foram "capturadas" pelos agentes de mercado. A proposta de Haddad só irá exacerbar o problema.

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Eleições na Venezuela

Maduro vem dando sinais de que não aceitará ser derrotado. Eliminou possíveis candidatas e não será surpresa se fizer o mesmo com Edmundo González, que lidera a corrida. Suspender as eleições depois do que já fez com pretendentes ao governo da Venezuela é a triste constatação de que Maduro é apegado ao cargo, mesmo tendo destruído o seu país.

Acostumado a fraudar eleições, Maduro já sinalizou que não largará o osso facilmente. Esperar que as democracias regionais se envolvam parece tempo perdido. Basta ver que o presidente Lula, com medo de magoar Maduro, está calado. O custo será alto para todos.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Vacinação infantil

Estimativas da Organização Mundial da Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) apontam que o Brasil avançou na imunização infantil e, em 2023, no primeiro ano do governo do presidente Lula, conseguiu sair da lista dos 20 países com mais crianças não imunizadas no mundo. Lembrando que, em 2021, no governo negacionista do ex-presidente Bolsonaro, o Brasil ocupava o sétimo lugar nesse ranking.

Jorge de Jesus Longato
longatojorge@gmail.com

Cortes no Orçamento

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que "possivelmente" o governo fará um contingenciamento em 2024 e segue as sábias palavras do general Eduardo Pazuello: "Um manda o outro obedece". Se não convencer "verdadeiramente" o chefe Lula, não teremos corte no orçamento.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

EUA José Scheinkman analisa eleições nos EUA e a vantagem de Trump nas pesquisas

‘Nunca vi governo populista que deu certo no longo prazo’

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

O economista brasileiro José Alexandre Scheinkman observa mais uma campanha eleitoral americana de uma posição privilegiada. Professor da Universidade de Columbia, em Nova York, e professor emérito da Universidade de Princeton, em Nova Jersey, ele acompanha desde a década de 70, ao lado de acadêmicos laureados dos EUA, as mudanças de posturas dos democratas e dos republicanos, as apostas em medidas mais ou menos liberais, as divergências e semelhanças dos dois campos.

Neste ano, suas atenções estão bastante voltadas para um cenário de volta do “negacionismo climático” à Casa Branca associado a um populismo de direita, no caso de uma eleição de Donald Trump.

O ex-presidente faz hoje seu discurso na convenção do Partido Republicano. É o momento mais esperado do evento iniciado na segunda-feira em Milwaukee, no Wisconsin. Ao avaliar o legado de Joe Biden e sua candidatura, Scheinkman diz que o democrata retomou uma tradição de mais intervenção do Estado na economia, que vai bem na agenda de clima — apesar das contradições — mas que não deveria buscar um segundo mandato.

“Eu acho que seria melhor que os democratas tivessem outro candidato. Não por causa das questões econômicas, mas por causa da capacidade dele de debater e de ganhar a eleição.” A seguir, os principais trechos da entrevista que Scheinkman concedeu, de Nova York, ao **Valor**:

Valor: *Trump tem como uma de suas principais promessas na seara econômica a criação de tarifas de importação de 10% para todos os produtos que entrarem nos EUA. E de até 60% para todos os produtos da China. É uma receita, segundo os republicanos, para fortalecer a indústria americana. Se Trump for eleito e se essas ideias saírem do papel, quais serão os efeitos?*

José Scheinkman: Tivemos uma experiência recente quando o governo Trump impôs muitas proteções tarifárias. Alguns setores se deram muito bem. Por exemplo, o setor do aço. O aço importado fica mais caro e o setor tem um pouco mais de atividade aqui. Mas empresas que fabricam geladeira, por exemplo, e que precisam de aço, passam a ter que pagar mais pelo insumo e transferem a produção para o Canadá. É o mesmo o que acontece com doces. Os Estados Unidos têm uma proteção enorme contra o açúcar. É caro nos Estados Unidos. Então as fábricas estão no Canadá ou estão no México ou no Caribe, lugares que têm acesso ao mercado americano e cujos produtos entram sem impostos.

Valor: *Um efeito inevitável dessas eventuais tarifas seria nos preços ao consumidor americano?*

Scheinkman: Isso certamente produziria um aumento dos preços e por isso pode ser que Trump, se eleito, não imponha de repente essa cobrança generalizada de 10%, porque aumentaria o preço de muitos produtos. A indústria americana é relativamente pequena em relação ao total da economia. Tem uma participação de cerca de 8%. Então é preciso pensar em todos os outros setores que vão sofrer por conta dessas novas tarifas.

Valor: *Uma imposição de tarifas em um governo Trump afetaria as vendas do Brasil?*

Scheinkman: Embora impostos adicionais prometidos por Trump possam afetar exportações de alguns bens como aço, a maioria das exportações brasileiras são de insumos como soja, petróleo, minério de ferro e outros, que não devem ser afetados.

Valor: *O que mais lhe chama atenção nas promessas de Trump para a economia americana?*

Scheinkman: Tem outro aspecto que também parece controverso. Trump, assim como fazem os republicanos desde Ronald Reagan, propõe novamente cortar os impostos daqueles que pagam mais. A tese é ativar a economia, estimular mais investimentos, com mais gastos desses que pagam mais. Só que isso nunca funcionou. Pode até estimular o aumento de produtividade no curto prazo, mas nunca foi suficiente para melhorar a situação fiscal, que é uma marca da ideologia republicana. Mas não há evidência de que isso ocorra. Isso é algo que está sendo tentado não só nos Estados Unidos desde os anos 80, mas também em outros países. Tem um efeito de curto prazo às vezes, mas no longo prazo o que há é uma perda de receita, aumento do déficit fiscal, efeito na política monetária, na taxa de juros. É isso que sempre se viu.

Valor: *Que pontos da agenda Trump parecem agradar ao mainstream dos economistas?*

Scheinkman: Nessa questão dos impostos, há um debate entre o maisnstream dos economistas sobre se o nível de impostos é ou não muito alto. Acho que há uma unanimidade que alguns gastos do governo são gastos de má qualidade. Nenhum economista sério vai dizer que vale a pena subsidiar carvão neste momento, mas este é um dos gastos do governo. Há também os que avaliam que seriam necessários incentivos para as pessoas deixarem mais cedo o seguro-desemprego e votarem ao mercado de trabalho. Há uma discussão sobre isso e sempre teve muitos economistas bons mais alinhados aos republicanos. O problema é que os republicanos mudaram.

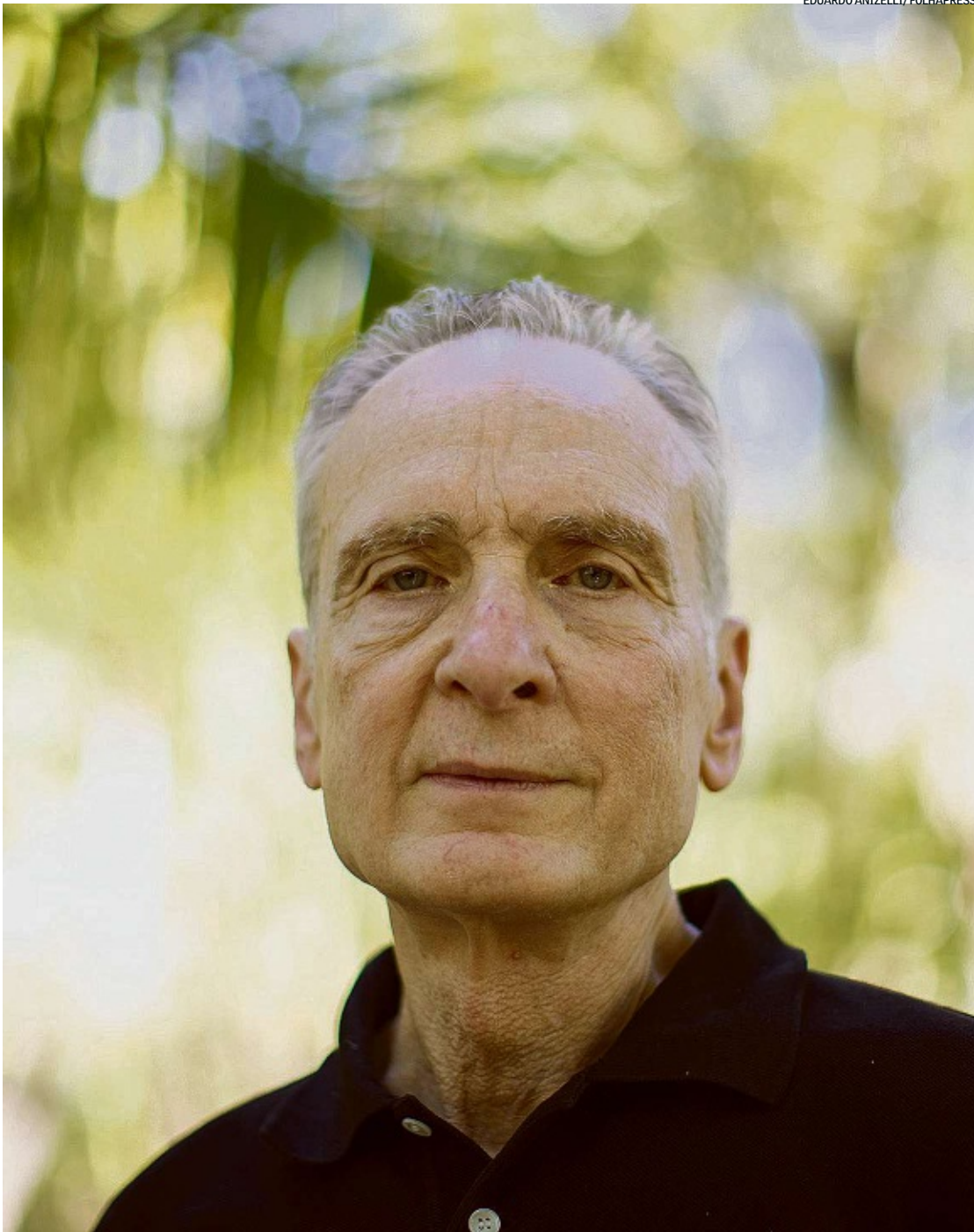
Valor: *De que maneira?*

Scheinkman: Ficaram muito mais populistas. O governo de George W. Bush tinha ótimos economistas como conselheiros. Ben Bernanke, por exemplo, que saiu de Princeton para o conselho de Bush. Já o governo Trump reuniu nomes muito mais fracos, menos reconhecidos em comparação aos conselheiros típicos dos outros presidentes, sejam eles democratas ou republicanos. Sempre teve um debate sensato baseado em dados, em ideias e estudos empíricos.

Valor: *E hoje?*

Scheinkman: O problema é que pelo perfil atual dos republicanos parece que não tem uma discussão muito profunda. ‘É ruim ter importação, os Estados Unidos têm que se isolar do mundo’. Colegas que trabalharam para governos republicanos anteriores, a grande maioria deles não conseguiu votar no Trump nas últimas eleições. Não sei agora.

Valor: *Trump, no entanto, empolga alguns setores importantes do empresariado americano...*

Scheinkman: Onde Trump ficou particularmente popular aqui nos EUA é entre os chamados libertários do Silicon Valley, que não acreditam em Estado. O governo Trump misturou uma certa malevolência com incompetência e para esses libertários a incompetência do Trump fez com que ele não fizesse muita coisa, não se metesse [em temas que afetam negócios das empresas de tecnologia]. Agora, o candidato a vice-presidente [o senador J.D. Vance] é um ex-venture capitalist e é muito identificado com esse grupo.

Scheinkman, professor da Universidade de Columbia: “seria melhor que os democratas tivessem outro candidato”

> “O histórico do populismo de direita, assim como o histórico do populismo de esquerda, é sempre ruim para a economia”
> *J. Scheinkman*

Valor: *Sobre o presidente Joe Biden. Seu governo tem exibido números positivos sobre geração de novos empregos, o PIB americano cresce mais do que de outras economias desenvolvidas e a inflação que teve um pico de 9% há dois anos está numa trajetória de queda. Mas muitos americanos não parecem partilhar dessa percepção positiva. Por que os números não se traduzem em um ambiente de bem-estar para grande parte das famílias dos EUA?*

Scheinkman: Eu acho que tem dois fenômenos importantes. Um deles é o das redes sociais. Grande parte das pessoas não se informa hoje. Escuta opiniões e as repete. Não me lembro em nenhum outro momento de tal diferença entre fatos e versões. Os republicanos ficam repetindo que o quadro da economia está muito pior, que o equivalente ao IBGE aqui nos EUA está mentindo, que o Fed [o BC americano] está mentindo, que os bancos estão mentindo e que a grande imprensa também mente com exceção, para muitos eleitores republicanos, da Fox News. Esse é um aspecto. Outro aspecto é que, de fato, os preços subiram na época da pandemia e também nos primeiros dois anos do governo Biden. E não é possível tentar recuar os preços ao que eram. A última vez que um país grande tentou voltar ao nível de preços anterior, não apenas reduzir a inflação, mas voltar aos preços anteriores, foi com [Winston] Churchill. Ele não era ainda o premiê [britânico], estava no comando da economia. Tentou voltar aos preços de antes da Primeira Guerra Mundial, quando houve uma forte inflação porque faltavam produtos. Ele achava que seria possível fazer uma política tão apertada que os preços poderiam voltar. Causou uma recessão enorme na Inglaterra. Não há um economista insano o suficiente para dizer ‘Vamos retornar aos preços de antes’. Mas o fato é que as pessoas se lembram o quanto pagavam por alguns produtos e percebem que hoje é muito mais caro.

Valor: *Qual é a diferença mais marcante entre Biden e Trump?*

Scheinkman: Para mim, a principal diferença neste momento é a questão do clima. Existe uma diferença enorme na atitude em relação ao aquecimento global. Tanto Trump quanto seu candidato a vice são negacionistas do clima. O vice diz que a mudança climática acontece, mas não por causa da atividade humana. Ou seja, um absurdo, e ele é bem formado. A mulher dele é educada em Cambridge e em Yale. Portanto, quando ele diz que a mudança climática não é provocada pelo petróleo, ele tem que estar mentindo. Não há outra explicação.

Valor: *O que o senhor vê como ponto forte da gestão Biden e de sua candidatura?*

Scheinkman: As medidas que ele está tentando implementar relacionadas à transação energética. Isso é importante. Tem muita gente entendendo que a situação do clima é séria e que é preciso fazer alguma coisa. Essa postura parece ser um aspecto bastante positivo na gestão Biden.

Valor: *Apesar de posturas diferentes nesse campo e dos incentivos à energia limpa, Biden não deixou de apoiar os combustíveis fósseis.*

Scheinkman: Biden, de fato, tem tido comportamento contraditório em relação ao petróleo. Ele aprovou o projeto Willow para produzir no Alasca e depois vetou expansão no Ártico. Do lado da demanda, os democratas desistiram de propor uma taxação adicional em combustíveis. Hoje, a melhor forma de lidar com aquecimento, que é taxação dos combustíveis, tem-se mostrado muito impopular. Em vez disso, a administração Biden resolveu subsidiar a produção de alternativas — solar, eólica, carro elétrico — mas isto, além de afetar o fiscal, vai tomar tempo para realmente diminuir a demanda nos EUA.

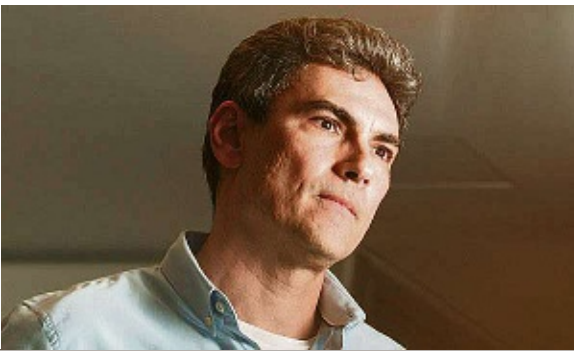
Valor: *Biden subiu fortemente as tarifas de importação de placas solares equipamentos para energia eólica e também de carros elétricos vindos da China, como forma de apoiar a indústria local contra a concorrência externa. Trump já tinha adotado medidas desse tipo. Os dois se alinham quando no que pode ser visto como protecionismo?*

Scheinkman: Os dois. Aqui sempre houve um partido que era mais a favor de uma economia liberal, o Republicano; e outro, o Democrata, que acreditava em um modelo de maior intervenção do Estado na economia. Isso sempre foi claro. Mas isso acabou. O Partido Democrata, com [Bill] Clinton, se tornou um pouco menos intervencionista do que era antigamente. Ele e [Barack] Obama tiveram uma política mais liberal. Biden voltou um pouco para uma postura de intervencionismo. E o Partido Republicano hoje é um partido populista de direita, é o partido do Trump e o populismo de direita nunca foi liberal.

Valor: *Se essa fórmula vencer, que país os Estados Unidos se tornarão sob um novo governo com a marca de populismo de direita?*

Scheinkman: Acho que os Estados Unidos vão se tornar um país menos eficiente e, eventualmente, mais pobre. Nunca vi um governo populista de direita que deu certo no longo prazo. O histórico do populismo de direita, assim como o histórico do populismo de esquerda, é sempre ruim para a economia.

Saúde
A Porto cria um convênio médico regionalizado por bairro
B4

Convênios
Porto Saúde cria plano com cobertura por bairros em SP, explica Sami Foguel, presidente B4

INÊS 249

S.A.
Caso Americanas amplia debate sobre limites das auditorias e governança B5

Supermercados
Em recuperação judicial, Rede Dia muda comando no Brasil B6

Tecnologia
Meta remove recursos de IA de suas redes sociais e ANPD analisa B7

Reestruturação Restrição de novas linhas e risco do setor elevam pedidos de proteção contra credores

Varejo negocia R$ 56 bilhões em dívidas

Fernanda Guimarães e Adriana Mattos
De São Paulo

Pressionado por um cenário de juros altos e fraca demanda, o setor varejista está debruçado em renegociações de cerca de R$ 56 bilhões em dívidas, o que representa em torno de 30% do total de crédito concedido ao setor. A restrição a novas linhas e o risco maior desse setor — o que dificulta a reestruturação de passivos junto aos credores — já têm se refletido, há meses, no rápido crescimento de pedidos de recuperação judicial e extrajudicial em empresas do setor.

O cálculo, feito pela consultoria especializada em reestruturação Virtus a pedido do **Valor**, considerou dados de crédito ao varejo do Banco Central (base de maio de 2024), informações públicas de empresas de capital aberto e, ainda, a sua própria base de dados. Foi usada a métrica de alavancagem na relação entre dívida líquida e o valor do Ebitda, e a partir disso, consideraram também as empresas não listadas. O Ebitda mede lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação.

Tratam-se de dívidas já em renegociação ou com alto potencial de seguir esse caminho, considerando o nível de endividamento da empresa e do mercado. Segundo a consultoria, em relação ao prazo de vencimento, 45% do volume total em renegociação das empresas listadas (ou com potencial de renegociação) têm vencimento de curto prazo (até um ano).

Para se ter uma ideia do peso desse percentual de 30% das linhas de crédito em fase de reestruturação, a varejista Casas Bahia, que pediu recuperação extrajudicial neste ano, tinha 32% dos passivos vencendo neste ano, do total acumulado até 2027 (R$ 4,8 bilhões). Agora, após a renegociação, o vencimento de curto prazo caiu a zero e subiu o de longo prazo, dentro de novas condições. Ontem, a rede informou que os credores aderiram ao plano extrajudicial.

O levantamento não considera esse passivo da Casas Bahia para não distorcer os números, e também não leva em conta os mais de R$ 43 bilhões em dívida concursal da Americanas, que já aprovou seu plano de recuperação judicial.

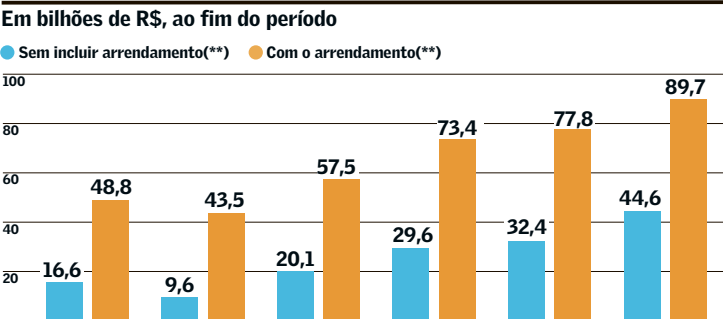
De toda forma, o volume de grandes empresas do setor em dificuldades é relevante. Analistas afirmam que, desde a última recessão no varejo, entre 2015 e 2016, não se via, em um único ano, tantos grupos de grande porte recorrendo à proteção judicial ou abrindo acordos para alongar prazos de pagamento. Desde janeiro, as redes Dia, Polishop, Artex, M.Martan e Casa Moysés (essas três últimas, do grupo Coteminas) entraram com pedidos na Justiça.

Esse número se soma a outras que ainda estão na fase inicial de recuperação judicial, tentando manter o plano de pé num ambiente de concorrência pesada e demanda em retomada gradual.

De um ano para cá, também entraram em recuperação judicial e extrajudicial, o grupo M5, dono da M.Officer, Amaro e Ri Happy.

R$ 4,8 bilhões é o passivo da Casas Bahia

Em ritmo acelerado
Dívida financeira líquida de 26 empresas de varejo de capital aberto*
Em bilhões de R$, ao fim do período

	Sem incluir arrendamento(**)	Com o arrendamento(**)
2019	16,6	48,8
2020	9,6	43,5
2021	20,1	57,5
2022	29,6	73,4
2023	32,4	77,8
1tri/24	44,6	89,7

Fonte: Balanços das empresas (*) Número considera as 26 empresas abertas do setor de varejo, sem incluir indústrias ou empresas de serviços (**) Refere-se às operações de arrendamento mercantil operacional das companhias, como contratos de locação de lojas, escritórios, centros de distribuição, e outros.

Não há dados das negociações fechadas fora das varas judiciais, mas nos tribunais, no último trimestre (de março a maio), o volume de recuperações no varejo cresceu 72%, para 139 casos, versus o ano anterior, segundo números da Serasa coletados pelo **Valor**.

Pelos dados gerais, as ações na Justiça envolvendo grandes grupos avançaram 14% no comércio, indústria e serviços. Não há dados apenas do varejo, mas a alta sinaliza o aumento de pressão generalizado sobre os grandes grupos.

"Uma característica desse setor são as margens baixas, e isso se vê em empresas de todos os portes. Então, quando há um impacto financeiro pesado, como juro alto por tanto tempo, não tem como não afetar o resultado final" , diz Denis Medina, economista e professor da Faculdade do Comércio de São Paulo.

O problema é que, embora a Selic tenha recuado após agosto de 2023, as varejistas "carregaram" no balanço o pico da taxa, em 13,75%, em 2022 e em boa parte do ano passado. O efeito positivo do recuo dos juros veio apenas após o quarto trimestre de 2023, mas mesmo assim, a taxa parou de cair neste ano.

Com isso, os juros vão continuar pressionando as companhias com elevados custos financeiros, e num mesmo momento em que as receitas crescem de forma desigual. Nos últimos 12 meses, até abril, o volume vendido pelo comércio subiu 2,7%, segundo pesquisa do IBGE, mas moda e calçados caem 3% e supermercados sobem 4,6%.

A analista Georgia Jorge, do BB Investimentos, lembra que há efeitos positivos do aumento da massa de renda real, e da queda da taxa de desempregados no ano, "mas o mercado ainda se mostra preocupado com uma possível pressão inflacionária advinda do mercado de trabalho aquecido e da inflação de serviços ainda resiliente", diz.

Esse é o pano de fundo que explica a crise do setor. O sócio da Virtus, Douglas Bassi, afirma que a equação de juros altos por um tempo prolongado e menor poder de consumo do brasileiro tem sido a responsável pela crise vivida pelo varejo, que ainda tem enfrentado a torneira de crédito mais escassa, tornando mais difícil a busca por capital de giro.

No momento, de acordo com Bassi, apenas as empresas sem alternativa estão buscando o processo organizado de reestruturação, apesar dos desafios. Outras empresas, com fôlego de caixa, segundo o executivo, ainda aguardam para uma tomada de decisão, "renegociando e tentando postergar os pagamentos".

Daniel Carnio, sócio da consultoria de reestruturação Íntegra afirma que o ritmo de melhora da economia tem frustrado as varejistas, mas grande parte fez a lição de casa, diminuindo custos. Muitas, por exemplo, fecharam lojas menos rentáveis (ou converteram pontos) e seguraram caixa. Magazine Luiza e Carrefour são exemplos disso, segundo analistas setoriais. "Quem fez a lição de casa está mais bem preparado e está conseguindo pagar a dívida", diz.

Nesse grupo que reviu prioridades estão, por exemplo, o GPA, que, em maio, fechou acordo para pagar R$ 794 milhões em dívida fiscal em 120 meses, com o apoio de venda de ativos não estratégicos. E o Assaí, que segurou investimentos no ano passado, e estudou vender lojas a fundos imobiliários, alugando-as de volta, para reforçar o caixa.

"Equação de juros altos e menor consumo explicam esse movimento" *Douglas Bassi*

Para Medina, "é difícil fazer esse redirecionamento estratégico", diz. "A questão é que muitas vezes, varejistas têm um otimismo arraigado, acreditam que a situação vai melhorar, e perdem o 'timing' de tomar uma decisão mais dura."

Mesmo que não esteja vendo à frente uma "quebradeira generalizada" no setor, muitas companhias seguem com problema de crédito mais restrito. Carnio aponta que ao contrário de setores como o de saúde, que possui um leque de ativos que podem ser vendidos para se fazer caixa, o varejo têm pouca opção, restando a antecipação de recebíveis.

O sócio-diretor da EXM Partners, Angelo Guerra Netto, afirma que houve um aumento relevante do nível de inadimplemento das empresas de varejo no Brasil nos últimos 14 meses. E que o custo financeiro da dívida seguirá alto por mais tempo, frustrando as expectativas. Diante do maior aperto, lembra o executivo, o resultado tem sido um crescimento do número de pedidos de recuperação judicial e também da necessidade de aumento de capital no setor.

Exemplo recente foram os controladores de Marisa e Magazine Luiza colocando a mão no bolso para capitalizarem suas empresas.

Um efeito colateral, na opinião de Guerra Netto, deverá ser empresas mais fortes absorvendo as problemáticas. "Deveremos ver grupos mais estruturados absorver operações relevantes e sair do crescimento orgânico", afirma.

Na Tok&Stok, um embate entre Carlyle e fundadores

Maria Luíza Filgueiras e Adriana Mattos
De São Paulo

Um ano depois de a fundadora Ghislaine Dubrule voltar ao comando da Tok&Stok, o controlador Carlyle decidiu tirá-la do comando. Em reunião do conselho ontem, o controlador elegeu Guilherme Santa Clara, um executivo especializado em reestruturações, como novo presidente executivo, como antecipou **Valor**.

Enquanto o Carlyle entendeu que a nova gestão não consegue melhorar os números, os fundadores dizem que os resultados já estavam começando a aparecer, mas levaria tempo para maturar. "A cultura da empresa foi embora. A Ghislaine começou a trabalhar para reconstruir isso com a equipe e vinha conseguindo", avalia o fundador Regis Dubrule, ao Pipeline, site de negócios do Valor.

Em 12 meses, a varejista cortou R$ 135 milhões em despesas. Em junho, 49 das 50 lojas tiveram lucro e, no ano, 46 delas acumulam resultado positivo, segundo ele. A companhia fechou 17 lojas no ano passado e começou a mexer em processos — que, a princípio, geram gastos para ser reestabelecidos, o que incomodou a gestora, mas que daria eficiência mais adiante, defendem os fundadores.

Já para os controladores, os cortes de custos aconteciam, mas não geravam a eficiência necessária, e Ghislaine resistia a tomar medidas mais duras, por conta de sua relação de "dona" do negócio, mesmo a família não sendo a controladora. Em relação à decisões de maior agressividade de preços e promoções, num ambiente de forte concorrência, Ghislaine batia na tecla de que isso era ruim para a marca.

Havia uma falta de entendimento ainda em relação a determinadas decisões estratégicas sobre o futuro do negócio. Nesse ambiente, houve maior desgaste, e a gestora passou a cogitar uma mudança na linha de frente, e o casal de fundadores tentava reverter.

Agora, a troca na presidência deixa evidente que há um desacordo entre os acionistas sobre os próximos passos da companhia. O Carlyle já passou do tempo regulamentar na empresa e quer uma solução mais rápida para o negócio — enxugar e vender. Ou fazer uma fusão. Há pelo menos um ano a gestora tenta desenhar uma fusão com a Mobly, empresa de móveis listada em bolsa que queima caixa mas tinha liquidez no balanço. Entre idas e vindas nas conversas, a gestora não conseguiu chegar a um acordo final e, nesse período, o caixa da Mobly encolheu.

O casal Dubrule era contra a operação, apurou o **Pipeline**, por acreditar que a Tok&Stok precisa se reerguer ao invés de se unir a outra rede encrencada. Há, na varejista, quem veja a ejeção da CEO como retaliação. Mas a Carlyle rebate e diz que não tiraria uma liderança que estivesse dando resultado. A operação entre as redes daria o controle da empresa resultante à Mobly e o Carlyle poderia ter porta de saída num "follow-on" ou venda gradual em bolsa. Questionado, Regis não comenta.

Mas a família se mexeu. Apesar de não ter poder de veto e ser minoritário, sem acordo de acionistas, os Dubrule também estão na ponta credora, pois compraram recentemente uma dívida que a rede tinha com o Itaú, o que lhe deu um pouco de barganha. Isso causou irritação na gestora, que não sabia do movimento, e viu uma manobra de pressão ao ser surpreendido pela compra da dívida. Por ora, a ideia de fusão com a Mobly morreu, por razões diversas. E os fundadores têm um plano, que não é de simples execução.

Os Dubrule garantem que não querem embate com o Carlyle, ao contrário. Querem voltar ao comando e isso passa por um comum acordo com a gestora. Trabalhando com Moelis e os escritórios Tannuri Advogados e Spinelli Advogados, Regis, o irmão e a esposa propuseram uma capitalização da Tok&Stok, que desalavanca a companhia em duas pontas, num total de R$ 210 milhões.

GABRIEL REIS/VALOR

Ghislaine Dubrule, da família fundadora, perdeu cargo de CEO da Tok&Stok e avalia aporte de capital na rede

Eles colocariam R$ 100 milhões em dinheiro novo na empresa e converteriam R$ 110 milhões de dívida em equity (além dos créditos comprados do Itaú há um mês, eles tinham cerca de R$ 60 milhões que emprestaram para fôlego da empresa que venceria no próximo mês e foi renegociado). "Estamos dispostos a investir mais para salvar a empresa", afirma Dubrule, que acredita que a alternativa para perenidade do negócio está dentro da própria varejista. "Temos alguma idade, nossos filhos não estão no negócio, mas podemos ajudar no processo de sucessão com quem conhece a companhia ou mesmo apoiando um CEO de fora que entende do setor."

Para a capitalização, os Dubrule querem alinhar uma acordo de gestão, com Ghislaine voltando à presidência e a família tomando mais força no conselho. Os acionistas já tiveram conversas com bancos credores, que podem se tornar aliados nesse processo se toparem um reperfilamento da dívida de quase meio bilhão de reais — o que depende de crença na capacidade de gestão da empresa para fazer a virada do balanço.

Acontece que o Carlyle não tem a intenção de abrir mão do controle da Tok&Stok, apurou o **Pipeline.** Ao menos não por diluição ou acordo. A gestora, que desembolsou R$ 700 milhões aos Dubrule para ficar com o controle, também quer sair com um cheque — para um acordo de venda de controle, sentaria para conversar.

Quando investiu na varejista, em 2012, o Carlyle manteve a fundadora no comando por um tempo — depois, seguiram-se quatro CEOs. Em agosto passado, Ghislaine voltou ao posto.

INÊS 249

Gestão Episódios como a pandemia e as enchentes no Rio Grande do Sul exigem senso de urgência mais ampliado e boa comunicação

Crises inéditas testam habilidades da alta liderança

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Lidar com crises faz parte do DNA da alta gestão, mas nem sempre grandes problemas "mandam recado" avisando que vão chegar. Nos últimos anos, novos desafios testam o C-level das empresas com ingredientes inéditos, como a pandemia da covid-19, o sumiço de matérias-primas essenciais e as enchentes históricas no Sul do Brasil.

Na prática, segundo especialistas em gestão, executivos envolvidos em episódios de estresse máximo precisam acionar as mesmas habilidades do dia a dia dos negócios, mas com um senso de urgência bem mais ampliado. A lista de competências necessárias inclui escuta ativa, capacidade para tomar decisões rápidas e uma boa comunicação com as equipes.

"É essencial o treinamento constante das lideranças com métodos de gerenciamento de crises", aconselha Jaqueline Manica, coordenadora da certificação Gestão de conflitos, de crise e tomada de decisão na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS Online). "Quanto mais agirmos na prevenção, melhor estaremos preparados para situações difíceis."

No início de maio, a produtora de aço Gerdau precisou suspender operações no Rio Grande do Sul por causa das enchentes. "Uma crise pode ter mais de um momento de pico", justifica Aldo Tapia, diretor executivo da Gerdau e principal liderança da divisão de negócios de aços especiais. "A decisão foi tomada pensando na segurança dos colaboradores e para que pudéssemos direcionar o atendimento a quem estava sendo afetado pelas chuvas."

Com duas unidades de produção no Rio Grande do Sul, em Charqueadas e Sapucaia do Sul, a empresa tem cerca de 3,9 mil funcionários no estado — ou 13% do total de 30 mil empregados no mundo. Nessa conjunção específica, lembra Tapia, o desafio não era apenas tomar uma decisão e paralisar as operações, mas mobilizar as equipes para o acolhimento dos moradores impactados.

A liderança deve olhar para todo o processo, pensando na segurança física e psicológica das pessoas, diz o diretor, no cargo desde 2023 e na Gerdau há 16 anos. Depois do fechamento das fábricas, o passo seguinte foi reforçar as frentes de apoio à população.

"Doamos mais de R$ 700 mil em itens de primeira necessidade para as comunidades locais, incluindo mais de 58 toneladas de alimentos", detalha. Internamente, a liderança agiu com um grupo de funcionários do programa corporativo de voluntariado, antecipou o adiantamento quinzenal e a primeira parcela do 13º salário dos empregados. Outra iniciativa, de assistência psicológica e social, que já existia, ganhou tração. "Com o passar dos dias, novos desafios surgiram", diz.

Um deles foi a falta de abastecimento de água na região de Sapucaia do Sul. A solução, explica Tapia, veio com uma parceria com a Companhia Riograndense de Saneamento e a instalação de uma estação móvel de tratamento.

Na gestão de crises, precisamos reajustar a rotina para realinhar prioridades e delegar atividades ao time, sem deixar que as atividades básicas parem, afirma. Durante o problema, foi formado ainda um comitê de crise, a fim de atualizar informações e planos de ação.

Nessas horas, as chefias precisam ser ainda mais transparentes na comunicação com as equipes, destaca o executivo. "Isso dá um sentimento de confiança aos liderados". Segundo Tapia, a estratégia exigiu manter uma atitude de escuta ativa.

"[Era necessário] fazer escolhas que pudessem ajustar novos processos ao cenário e buscar um consenso nas decisões", diz. "Foi preciso dar mais autonomia às lideranças. Não podemos ter tudo controlado, precisamos dar agilidade."

Para quem passa por contextos semelhantes, a orientação de Tapia é aguçar o senso de observação. "O primeiro passo é avaliar a crise, efeitos e causas. Em seguida, conversar com quem está enfrentando o problema e entender o que precisa ser feito", ensina. "Deve-se trazer novas soluções, mesmo que temporárias, com um exercício de pensar 'fora da caixa' e alternativas que façam a diferença."

"Na gestão de crises, precisamos reajustar a rotina para realinhar prioridades e delegar atividades" *Aldo Tapia*

As lições aprendidas nos dias de pressão máxima também não podem ser esquecidas, orienta. "A principal é que toda crise requer decisões rápidas, com sabedoria e equilíbrio, buscando ser o mais racional possível", afirma. "Outra lição importante é que a união faz a força."

O professor Gabriel Rossi, curador do curso Comunicação corporativa e gestão de crise da ESPM, acredita que o líder que entende bem "as entranhas" do negócio que comanda enfrenta melhor as etapas de provação. Quem conhece os departamentos e o ambiente da empresa está mais preparado para uma situação de embate, garante.

Cândido Espinheira, CEO da Yes! Cosmetics, marca vegana com mais de 20 anos de atuação no segmento de beleza e cosméticos, diz que a resiliência foi um dos ativos mais relevantes que adquiriu depois de uma temporada de adversidades. "A maior crise que enfrentamos aconteceu quando a cadeia de fornecimento foi comprometida durante a pandemia, com dificuldades na importação de insumos para fabricar produtos e embalagens", lembra.

O aperto durou quase dois anos, de abril de 2020 até o início de 2022. "Além da falta de demanda, alguns fornecedores também pararam", explica. "[Com o confinamento social], os clientes não tinham razão para comprar maquiagem, enquanto shoppings e lojas de rua fecharam". Três meses após o início da crise sanitária, o faturamento da empresa caiu 90%.

"Percebi a importância da empatia", diz Espinheira, que trabalhava de "segunda a segunda" no auge do impasse. A fim de remediar o entrave, a companhia saiu em apoio aos lojistas: trocou produtos próximos ao vencimento por itens com uma garantia maior e estabeleceu datas especiais de pagamento.

"Nosso trabalho era mitigar danos", recorda o CEO, que criou um programa de atendimento psicológico para funcionários e parceiros depois dos meses de colapso. Hoje, com mais de 130 pontos em operação, a rede deve encerrar 2024 com 200 lojas no país. "É preciso ter em mente que a crise é uma fase e que vai passar", garante.

Períodos críticos exigem trabalho em equipe e empatia

De São Paulo

Capacidade para antecipar riscos, trabalho em equipe e empatia. Essas são algumas das habilidades que os gestores devem abraçar em períodos de turbulência, segundo executivos e especialistas em gerenciamento de crises.

No início do problema, deve-se desenvolver um planejamento estratégico que inclua os setores de negócios mais afetados, o tempo previsto para a solução e um sistema de controle das ações de enfrentamento, aconselha Denilson Motta, coordenador do MBA em Prevenção e gerenciamento de crises da Estácio, no Rio de Janeiro. "E é fundamental não temer possíveis alterações no decorrer dos trabalhos", acrescenta.

Na opinião de Ricardo Pinheiro Paixão, diretor executivo de operações da gigante do turismo CVC, paciência e resiliência são elementos indispensáveis em cenários "fora da curva". "Mesmo com planejamento, alguns objetivos podem não ser alcançados", alerta o executivo, que enfrentou situações de instabilidade incomuns, como a pandemia da covid-19, que congelou a indústria de viagens.

É crítico mostrar para as equipes aonde queremos chegar, confiar na criatividade e ter agilidade para mudar de direção, diz. Uma das últimas contendas vividas por Paixão, que acumula sete anos de trabalho na CVC, aconteceu este ano, com o desastre climático no Rio Grande do Sul. "No início de maio, tínhamos na região mais de 1,8 mil passageiros que precisavam retornar para casa", lembra. "Além deles, o impacto aconteceu na cadeia hoteleira e entre os agentes de viagens."

O diretor orienta que é essencial ter à mão planos estruturados para quando o pior acontece. "Implementamos uma sala de crise com 15 colaboradores, entre diretores e especialistas", detalha. A força-tarefa deslanchou remarcações de viagens, extensão de diárias em hotéis e rotas rodoviárias alternativas, por conta da interdição do Aeroporto Salgado Filho, na capital gaúcha. "O bom líder usa de empatia para engajar os liderados. O foco não era a minha performance frente à crise, mas o trabalho coletivo."

"Mesmo com planejamento, alguns objetivos podem não ser alcançados" *Ricardo Pinheiro Paixão*

Luiz Lima, sócio-diretor de gente, gestão e governança da FSB Holding, ecossistema de gestão de reputação, destaca que as chefias não precisam acumular todas as características necessárias para minimizar imprevistos. "Mas é importante que consigam reuni-las nas equipes que lideram", diz. "Busque ajuda com quem passou por experiências similares e forme um "núcleo duro" com colegas para ter opiniões complementares."

Uma crise pode ter aspectos incontroláveis, continua Lima, mas um "pedaço" dela pode ser antecipado com um processo de gestão de riscos. "Quem já passou por momentos graves entende o valor de estar preparado", resume.

Antônio Augusto Ribeiro de Souza, fundador e CEO da Antaris Foods Brands Franchising, holding que atua no Brasil com marcas como a rede americana de hamburguerias Johnny Rockets, teve de encarar o fechamento dos comércios durante os anos de pandemia e destaca que a fase ultrapassou os problemas de caixa.

"Além do lado econômico, mexeu principalmente com o emocional, como o momento que tivemos de cortar 30% do quadro", afirma. Para não ficar parado, Souza, com mais de 30 anos de atuação no ramo da alimentação, investiu no delivery.

Antes da covid-19, o serviço representava de 8% a 9% das vendas e passou para 70%, durante o distanciamento social. Em 2024, corresponde a 12%. "Mesmo nos dias difíceis, é preciso acreditar que podemos fazer melhor." *(JS)*

Três atitudes essenciais para desenvolver talentos

Rumo certo

Rafael Souto

Lidar com as expectativas de carreira dos profissionais tem sido um dos grandes desafios da liderança no século XXI. Com o fim dos modelos previsíveis de carreira típicos do século passado, ficou mais difícil propor cenários e debater o futuro. As incertezas e mudanças constantes de estruturas impedem que a empresa ofereça um mapa estruturado de carreira para os funcionários.

O novo contexto exige que cada um construa seu projeto de desenvolvimento e se prepare para os desafios que vão surgindo ao longo da jornada. E o líder tem o papel de apoiar esse movimento — e é aí que está o problema.

Um estudo recente conduzido pelo instituto The Harris Poll com mais de 4.000 entrevistados mostrou que três em cada quatro profissionais não percebem que seus líderes apoiam seu desenvolvimento. Na mesma linha, uma pesquisa global feita pela consultoria Gartner apontou que apenas 35% dos mais de 6.000 profissionais se sentem confortáveis para falar sobre carreira com seu gestor e só 22% se sentem encorajados a explorar possibilidades de carreira na companhia.

Os dados revelam que temos uma parte significativa de lideranças que ainda atua no comando e controle, empurra seu modelo de carreira, não respeita os interesses dos indivíduos, infere no que é melhor para o outro e sequer sabe os reais objetivos de sua equipe. Para mudar esse contexto, os líderes precisam trabalhar três atitudes essenciais.

A primeira é o diálogo regular. Entender os interesses de carreira e conversar sobre desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais. Dedicar tempo para feedbacks e acompanhamento do trabalho vai garantindo conexão e proximidade. A atitude de dialogar com frequência é o meio operacional e prático para apoiar o desenvolvimento. Isso se faz por meio de perguntas que geram reflexões, como: "quais seus objetivos para os próximos anos?" e "quais pontos você precisa desenvolver para chegar lá?". É pensar junto e assumir vulnerabilidades. Muito mais sobre "alvo móvel" do que necessariamente um cargo. O objetivo é propor reflexões e se mostrar um conselheiro para o desenvolvimento. Esse aconselhamento também tem o papel educacional de mostrar que a carreira é responsabilidade do indivíduo e o papel da liderança é apoiar gerando autonomia e incentivo.

A segunda atitude é a não inferência. Isso passa pela escuta genuína e o respeito às diferenças.

Vivemos a era da personalização. O engajamento no trabalho vem da possibilidade de cada pessoa equilibrar seu desenho de vida com o projeto empresarial. Isso exige conhecer as pessoas, sua história e interesses. Não faz sentido gerir pessoas sem respeitar seus objetivos de carreira porque isso não funciona e leva ao aumento da perda de talentos.

E, por fim, a terceira atitude é o encorajamento para exploração de possibilidades. Encorajar é mais do que não bloquear. É ser um incentivador. Isso pode significar propor reflexões sobre movimentos na própria área ou em outras. Encorajar passa pelo incentivo à busca de mentores em outros setores, redesenho de funções e estímulo à curiosidade para o funcionário buscar informações e relacionamentos. Encorajar passa pelo desapego. O talento precisa vislumbrar possibilidades. A percepção de que o líder tem interesse genuíno no desenvolvimento é um grande motor para o engajamento e um incentivo para ficar na organização.

O pior lugar para estar é aquele que você não pode sair. Líderes precisam construir segurança psicológica para que seu time seja fluido. Dialogar, não inferir e encorajar são atitudes que garantem a transição de modelos arcaicos de comando e controle para um sistema baseado em protagonismo e livre movimentação de talentos.

Rafael Souto é sócio-fundador e CEO da Produtive Carreira e Conexões com o Mercado

Vaivém

Stela Campos

Albras

Luiz Roberto Silva Junior é o novo CEO da metalúrgica Albras. Ele iniciou a carreira na empresa em 2017 e desde 2022 atuava como CFO.

Kennametal

Márcio Delatorre assumiu como gerente geral para a América Latina da metalúrgica Kennametal. Ele deixa a gerência geral da unidade latino americana da Fortive. Já atuou na Thomson, Accentum e Sandvik.

Fresenius Kabi

Marcelo Costa é o novo vice-presidente, head de excelência operacional global TechOps & qualidade na farmacêutica Fresenius Kabi. Antes, atuou na Takeda, Stada Group e na Sandoz.

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira

Hotel Plano é ter 2,5 mil quartos da City Express no médio prazo; foco é investidor da marca Ibis, assim como grupos independentes

Marriott terá bandeira econômica para disputar com Accor e Hilton no país

Cristian Favaro
De São Paulo

A rede de hotéis Marriott International está avançando com seu plano de entrar nos segmentos econômico e de médio padrão (“midscale”) com a chegada da marca City Express no país. Segundo Vanessa Martins, diretora da área Brasil da Marriott, a rede já tem três cartas de intenção assinadas e outros 10 projetos em negociação. O plano, contou, é ter 2,5 mil quartos da bandeira no país no médio prazo — entre dois a quatro anos.

O passo da Marriott acirra a disputa no segmento hoje dominado pela francesa Accor com sua bandeira Ibis.

Em maio, a rede Hilton também anunciou planos de trazer uma nova bandeira no Brasil, a Spark, e figurar assim como uma alternativa aos proprietários de hotéis Ibis em um momento em que os contratos das propriedades hoje em operação se aproximam do período de renovação.

“O ‘midscale’ e econômico são segmentos que crescem não apenas no Brasil. Aqui na região, a Marriott entrou nessa categoria com a compra recente da City Express. É uma marca de 20 anos e forte nos mercados em que ela opera”, disse Martins, em conversa com o **Valor**. Hoje, a City Express tem 150 hotéis, sendo 10 outros no pipeline — no total, são cinco marcas agregadas. A operação é centrada no México, Colômbia, Chile e Costa Rica.

A Marriott anunciou a compra da rede em outubro de 2022, mas a aquisição foi concluída apenas no segundo trimestre de 2023, após aprovações regulatórias.

Hotelaria no Brasil
Evolução das unidades habitacionais por segmento

Fonte: Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB).
*Em 2021 não teve pesquisa por causa da pandemia; em 2024 até março

Com o negócio, a Marriott puxou para o seu portfólio 17,5 mil quartos e hoje a empresa é a maior na região do Caribe e América Latina, com quase 500 propriedades, disputando com a Accor, na casa de 450. No Brasil, entretanto, a Accor é a líder.

Segundo dados do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (Fohb), o segmento econômico é o maior da hotelaria nacional, com 46% das propriedades. O segmento de médio padrão (“midscale”) representa 36%, enquanto o de alto padrão (“upscale”) tem 16%, e os resorts, com 2%.

A Accor é a líder do mercado e tem 332 hotéis no Brasil, sendo 240 da família Ibis (incluindo as marcas Ibis, Ibis Budget e Ibis Styles), ou 72% do portfólio da francesa por aqui.

> “Há necessidade de outras marcas no Brasil. Queremos ser alternativa”
> *Vanessa Martins*

Apesar de liderar na região, hoje a Marriott tem apenas 12 hotéis no Brasil, com um total de 3.197 quartos e oito marcas.

Martins explicou que o grupo está mais atento a oportunidades no Brasil e tem buscado crescer em todos os segmentos — cidades centrais como São Paulo ainda teriam uma carência de oferta de quartos, sobretudo luxo. Foi apenas em 2022 que a empresa lançou seu primeiro hotel de luxo em São Paulo, o JW Marriott.

“A gente vê a chegada de muitas bandeiras. É verdade também que há uma necessidade no mercado de ‘midscale’. Que outras marcas cheguem e tragam inovação. Queremos ser alternativa aos proprietários de prédios e clientes”, disse.

A estratégia envolve a expansão da City Express nos mercados de maior crescimento no país, incluindo destinos primários, como São Paulo, e secundários e terciários, que estão observando forte crescimento do turismo — o interior de São Paulo, por sinal, tem ficado no radar da indústria.

GABRIEL REIS/VALOR

Vanessa Martins, da Marriot: “Grupo tem até agora 13 projetos em negociação para a nova marca no Brasil”

A considerada baixa concorrência no segmento é o que movimentou a Hilton a também buscar um espaço com a Spark, marca de conversão do grupo. O projeto foi “tropicalizado” para o mercado brasileiro. Enquanto nos Estados Unidos o tamanho médio dos quartos Spark é de 24 m², por aqui ele vai ter 16 m², encaixando-se à média do portfólio do Ibis.

Na mesma direção, os quartos da City Express vão começar com 16 metros quadrados, mas a média esperada é entre 18 e 22 m2.

Mas a Marriott vê também oportunidade de usar a marca City Express para atrair proprietários de hotéis independentes, segmento que tem bastante força no Brasil. “Uma das ferramentas que temos para que hotéis se tornem porte do portfólio é o programa de lealdade [Marriott Bonvoy]. Temos mais de 200 milhões de membros. Só no Brasil são 1,1 milhão”, disse.

A conversão é uma estratégia forte, sobretudo em um momento de juro elevado, que encarece a construção de novos prédios. No ano passado, 35% do pipeline da Marriott na América Latina e Caribe foi de conversão. “A gente é muito forte em mercados que o brasileiro viaja muito, como Miami, Orlando... É um portfólio bastante conhecido”, disse a executiva.

O grupo avança também em outros segmentos, com inaugurações no setor de luxo com o W São Paulo e do W Residences São Paulo (no fim de 2024) e do Westin São Paulo (segmento premium), em 2025. Globalmente, a Marriott teve um lucro líquido de US$ 564 milhões no primeiro trimestre, queda de 25% na comparação anual em meio a um cenário de maior custo operacional.

Depois de forte impacto na pandemia, os negócios estão positivos. O grupo não dá muitos detalhes locais, mas a executiva disse que a operação já se recuperou do caos sanitário. “É animador ver a situação do mercado hoje”, disse, apontando o forte salto, por exemplo, no número de eventos, como o show da Madonna, que aconteceu no Rio, e o G20 no fim do ano.

Porto cria convênio médico com cobertura hospitalar por bairro

Saúde

Beth Koike
De São Paulo

Num cenário de reajustes elevados e convênios médicos cada vez mais inacessíveis, a Porto criou um plano de saúde para PME (pequenas e médias empresas) com cobertura hospitalar e de laboratórios por bairros da capital paulista. Foram escolhidos dez bairros e para cada um deles há um hospital e um laboratório credenciados. Já as consultas médicas e atendimentos oncológicos podem ser realizados em qualquer endereço, independentemente do distrito de contratação do plano de saúde.

É a primeira vez que uma operadora cria um convênio médico regionalizado por bairro.

Um caso parecido é o da operadora São Cristovão, em que a maioria dos clientes é da zona leste de São Paulo e quase todos os atendimentos ocorrem em seu hospital próprio localizado na Mooca. A Unimed Nacional chegou a idealizar um produto com cobertura restritas às zonas sul, norte, leste e oeste da capital paulista, mas o projeto não seguiu adiante.

> “É um plano com rede menor, mas com atendimento médico efetivo”
> *Sami Foguel*

Há uma tendência no mercado de convênios médicos cada vez mais enxutos devido ao elevado custo da saúde.

“É um plano de saúde moldado às necessidades atuais. Optamos por ter uma rede menor, mas com atendimento médico efetivo, de qualidade o que, consequentemente, traz um menor custo”, disse Sami Foguel, presidente da Porto Saúde que conta com um total de 600 mil usuários. O preço do novo produto — batizado de Porto Bairro — é cerca de 50% inferior em relação ao plano de saúde básico da seguradora.

Os dez bairros e respectivos hospitais escolhidos foram: Paulista (Hospital Santa Catarina) Morumbi (Leforte), Moema (Santa Paula), Lapa (Albert Sabin), Centro (Leforte Liberdade), Pirituba (Saint Patrick Portinari), Ipiranga (Dom Alvarenga), Itaquera (Santa Marcelina), Tatuapé (Sagrada Família) e Santana (HSANP).

Os laboratórios de medicina diagnóstica que atendem nesses bairros são Hermes Pardini (que recentemente fez uma fusão com o Fleury) e Labi, do empresário Marcelo Noll Barboza, ex-Dasa.

Já para as consultas médicas não há restrições de bairros. Por exemplo: mesmo que o cliente tenha adquirido um plano com cobertura em Santana, ele pode ser atendido na Paulista numa das clínicas da rede credenciada ou no Time Porto, um grupo de 800 médicos de diferentes especialidades associados à seguradora.

Raio-X
Rede hospitalar do seguro saúde com cobertura por bairro em SP

Fonte: Porto Saúde

Os atendimentos oncológicos podem ser agendados em qualquer unidade da Oncoclínicas que possui sete clínicas na capital paulista. O Hospital Cema, especializado em olhos, situado na zona leste, também pode ser acessado por todos os segurados.

O novo produto da seguradora quer atingir um público que enfrenta dificuldades de ter um convênio médico. Nos últimos anos, a demanda por planos PME disparou, mas o reajuste anual entre 20% e 25% têm provocado cancelamentos. Entre 2019 e maio de 2023, o número de usuários em contratos com até cinco usuários aumentou 75% devido carência de planos individuais e alta informalidade no mercado de trabalho no país.

O atendimento hospitalar e exames médicos são realizados no bairro de contratação do plano de saúde, ou seja, na localidade em que a empresa tem sua sede registrada. Como uma parte relevante desses contratos é de profissionais liberais e empreendedores, suas empresas tendem a ser cadastradas no próprio endereço residencial.

Leilão de base de fibra da Oi tem só uma oferta

Telecom

Rodrigo Carro
De São Paulo

O leilão da carteira de clientes de banda larga fixa via fibra óptica da Oi, realizado ontem, teve apenas uma proposta — e ficou muito abaixo do preço mínimo estabelecido pela operadora. A tele paraense Ligga, que tem o investidor Nelson Tanure como principal acionista, fez oferta pelos 4,3 milhões de assinantes do serviço de FTTH (fibra óptica até a casa do cliente) da Oi. O valor da proposta foi de R$ 1,03 bilhão, equivalente a 14% do preço mínimo (R$ 7,3 bilhões).

Com isso, a audiência do leilão do ativo da Oi foi suspensa pela juíza Caroline Rossy Brandão Fonseca, em exercício na 7ª Vara Empresarial do Rio, onde corre o processo de recuperação judicial da operadora, para que credores financeiros se manifestem sobre o valor oferecido.

Em função dos prazos para as manifestações, a juíza designou 6 de agosto para retomada da audiência, informou a assessoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

Se os credores recusarem a proposta, há ainda a possibilidade de a empresa de redes neutras V.tal, na qual a Oi detém participação minoritária, arrematar a base de clientes de fibra numa segunda rodada do processo competitivo.

Além da Ligga, as operadoras Vero e Brasil TecPar também se habilitaram para o leilão mas não apresentaram proposta. Fonte a par do processo competitivo reconheceu que dificilmente os credores aceitarão o valor proposto pela Ligga, do empresário Nelson Tanure.

Curtas

Conselho da Vale

A Vale divulgou nota ontem na qual o presidente do conselho de administração, Daniel Stieler, reitera a “lisura” do processo de escolha do novo presidente-executivo da mineradora. Na nota, Stieler diz que a sucessão segue “estritamente” as regras de governança da empresa. “O presidente do conselho reitera o seu compromisso em assegurar a manutenção dos princípios éticos que norteiam os trabalhos da companhia e dos seus órgãos colegiados”, diz trecho da nota.

Neoenergia no carbono

O conselho de administração da Neoenergia aprovou a criação de uma ‘joint venture’ com a espanhola Carbon2Nature, controlada pela Iberdrola, para a geração e posterior comercialização de créditos de carbono. A nova joint venture será denominada Carbon2Nature Brasil. O plano de negócios tem duas frentes: reflorestamento de terrenos desmatados, com replantio, manejo florestal, monitoramento controle e segurança e reabilitação e conservação de manguezais.

S.A. Duas discussões em andamento buscam reforçar os deveres do alto escalão das companhias e ampliar os controles internos

Fraudes aceleram debate sobre limite da auditoria e papel da governança

DOMINGOS PEIXOTO/AGÊNCIA GLOBO

PL em tramitação no Congresso foi apresentado meses após a fraude da Americanas vir à tona, em janeiro de 2023

Victor Meneses
De São Paulo

O avanço na investigação do caso Americanas acelerou o debate sobre a responsabilização dos crimes de fraudes empresariais e os papéis da administração e das equipes auditoria. Duas discussões em andamento buscam reforçar os deveres do alto escalão das companhias e ampliar os limites de atuação dos auditores.

Uma delas, o projeto de lei (PL) em tramitação no Congresso Nacional, de autoria do senador Sergio Moro (União Brasil/PR), propõe que as firmas de auditoria e os auditores independentes auditem os relatórios emitidos pelas empresas sobre os seus controles internos na mesma frequência exigida para a auditoria das demonstrações financeiras.

Em paralelo ao que ocorre no mercado brasileiro, entidades internacionais trabalham para atualizar as normas de auditoria que tratam de questões de fraude.

"Os controles, o conjunto de procedimentos e processos para salvaguardar os ativos da empresa, já existem no Brasil", diz Rogério Mota, diretor técnico do Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon), que prestou consultoria técnica para a redação atual do projeto. "No entanto, seria necessária uma padronização."

Tomando como base o mercado americano, Mota destaca que a Lei Sarbanes-Oxley — que serviu como uma das bases para o PL — determina que a alta administração das companhias, composta por diretores executivos e financeiros, devem coordenar de maneira eficaz todos os controles internos envolvendo os relatórios financeiros e sua informação para os investidores. O objetivo do projeto de lei é que se faça o mesmo no Brasil.

O auditor brasileiro ainda não tem uma norma específica de asseguração de controles internos e o PL não entra em todos os níveis de detalhes. Contudo, ele determina que caberá à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) definir uma norma para esses controles.

"Hoje os controles internos não são auditados, as equipes de auditoria fazem a revisão das demonstrações financeiras e apenas buscam o entendimento dos controles internos presentes para auxiliar o planejamento de seus trabalhos", diz Mota.

Caso o auditor não confie na estrutura de controle de uma companhia ele poderá requisitar uma maior amostragem documental para a realização do seu trabalho e inclusive apresentar uma carta-comentário, que não é tornada pública, reportando as deficiências de controle para a administração.

Uma vez que o auditor aponte uma deficiência significativa, a empresa deve listá-la em seu formulário de referência, um dos documentos exigidos pela CVM que é publicado uma vez por ano e atualizado só se houver alguma mudança ou informação relevante.

O projeto de lei propõe um novo compromisso para as empresas assegurarem a confiabilidade e transparência das suas informações e levará para dentro do relatório de auditoria, que acompanha as demonstrações trimestrais e anuais, um parecer com a validação, ou não, dos controles internos apresentados e atestados pela governança.

"O papel da governança das empresas é essencial nesse processo, terão que se envolver do início ao fim. E os beneficiários finais serão os usuários da demonstração financeira, uma vez atestada a melhoria no nível de governança."

5
de junho foi o prazo para sugestões

Com uma eventual implementação das questões propostas, as empresas terão o impacto inicial de revisar e adequar todos os controles, o que deverá demandar tempo e gerar alguns novos encargos. Mas, para alguns casos, o processo deve ocorrer sem maiores dificuldades. Empresas brasileiras listadas em bolsas dos Estados Unidos seguem as leis locais e já possuem uma estrutura de controles internos formalizada.

Para essas companhias, de acordo com Mota, existem também relatórios de auditores atestando a certificação da autoavaliação da governança sobre os controles internos. Elas seguem a norma americana, mas ainda não está definido se a CVM adotará o mesmo padrão no Brasil.

Por meio da assessoria, a Comissão de Valores Mobiliários afirmou que não pode comentar sobre a escolha ou elaboração de uma possível norma uma vez que a lei ainda não foi sancionada. Porém, a autarquia informou que "vem acompanhando de perto a tramitação do projeto no âmbito do desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil".

O PL 2.581/2023 foi aprovado no Senado e recebido pela mesa diretora da Câmara dos Deputados no final de junho. Apesar de tratar de questões de auditoria, os pontos principais do projeto são o incentivo à denúncia de delitos no mercado financeiro por meio de recompensas e proteção para informantes e criação de novas tipificações de crimes contra o mercado de capitais.

"Tomamos por base o que tem de melhor de experiência internacional, principalmente no 'Dodd-Frank Act', dos Estados Unidos, criado após a crise do subprime para reforçar programas de recompensas a informantes", disse Moro ao **Valor**, que apresentou o projeto meses após a fraude da Americanas vir à tona, em janeiro de 2023.

O parlamentar disse que ainda não há uma perspectiva de aprovação do texto na Câmara. "Não há condições de fiscalizar tudo, mas este projeto torna possivel que pessoas bem-intencionadas denunciem fraudes com segurança."

A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), que tem cerca de 80% das empresas de capital aberto entre seus associados, disse que a sua comissão jurídica ainda está avaliando o texto do PL.

O Conselho Internacional de Normas de Auditoria e Asseguração (Iaasb, na sigla em inglês) está no processo de revisar sua diretriz que trata das responsabilidades da auditoria em relação a fraudes, a chamada ISA 240.

Ao reformular a norma, o Iaasb busca esclarecer e reforçar o papel dos auditores na resposta a fraudes e suspeitas de fraude como meio de aumentar a confiança do público nos relatórios financeiros.

"Ainda que muitos participantes do ecossistema de relatórios financeiros — particularmente a gestão e aqueles encarregados da governança — tenham um papel na prevenção de fraudes, nosso padrão se concentra no papel fundamental que os auditores desempenham", comentou o presidente do Iaasb, Tom Seidenstein, em nota.

"Embora os auditores não sejam policiais, eles podem e devem desempenhar um papel na identificação e resposta a distorções relevantes das demonstrações financeiras devido a fraudes e na comunicação de seu trabalho aos usuários. Essa norma proposta é um passo importante", continuou.

Como parte do procedimento de revisão, todas as partes interessadas puderam a enviar seus comentários até 5 de junho. No Brasil, a CVM e o Ibracon estiveram entre os respondentes. Agora, o documento passará por uma nova avaliação, levando em consideração as questões levantadas, para aprovação final prevista para março de 2025.

História de negócios Grupo em recuperação judicial no Brasil teve controle vendido por € 100

O intrincado novelo da saída do CEO da rede Dia do cargo

Adriana Mattos
De São Paulo

Há mudanças em andamento na rede de supermercados Dia, em recuperação judicial desde o mês de março, e esse movimento passa pela saída do presidente da varejista, Sébastien Durchon, do cargo menos de cinco meses após a sua chegada, como antecipou ontem o **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**.

O CEO foi informado da decisão pelos sócios da MAM Asset, gestora ligada ao Banco Master, numa curta reunião na sexta-feira (12) à tarde, apurou o **Valor**. Foi definido um substituto interino, o diretor financeiro, Fabio Farina, já que a companhia ainda não havia aberto a busca por um novo nome.

Esse movimento acontece ao mesmo tempo em que a companhia tem sido questionada pela Justiça e pela administradora judicial, a Expetisemais Serviços Contábeis, para informar os nomes dos sócios controladores diretos e indiretos da empresa.

A exigência foi levantada "por dever de lealdade e transparência" frente aos credores, diz nos autos o juiz do caso. Entre os maiores credores da rede, com dívida concursal de quase R$ 1,1 bilhão, estão JBS, Coca-Cola, Ambev e Nestlé.

Segundo fontes a par do tema, como resposta ao pedido, a empresa encaminhou nesse mês ao juiz Jomar Juarez Amorim, da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, uma cópia do contrato de compra e venda do Dia, entre outros documentos, com a informação, que já é de conhecimento público, da aquisição pelo fundo Lyra II FIP Multiestratégia. Não havia detalhes sobre os nomes dos cotistas e sócios controladores.

A MAM alegou que as informações são protegidas por sigilo bancário, e está impossibilitada de abrir dados. A resposta não "caiu bem" junto ao magistrado e à Eliza Fazan, a administradora judicial, apurou a reportagem. Um novo pedido de esclarecimento pela Justiça deve ser encaminhado à companhia, diz fonte a par do caso.

"Há um dever de transparência da gestora, e isso pode ensejar até na destituição do administrador e na nomeação de gestores judiciais", disse Ronaldo Vasconcelos, sócio do Escritório VH Advogados, com mais de 20 anos de experiência na área de direito falimentar e de recuperações judiciais.

Segundo informações arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), há apenas um cotista no Lyra II FIP.

A venda do Dia envolve questões ainda sem respostas, num acordo fechado pela necessidade de os controladores da cadeia, de origem espanhola, se desfazerem rapidamente de um ativo problemático. A rede tem hoje 245 lojas no país, após fechar 342 unidades entre abril e maio.

> A venda da rede no país envolve questões ainda sem respostas

A transação foi concluída no fim de maio por um valor simbólico de € 100, depois que os sócios majoritários do grupo, da empresa de investimentos russa LetterOne, decidiram tirar o peso das dívidas do ativo do Brasil do balanço.

Sem compradores à vista após meses de busca, e pressionada para apresentar números menos alavancados aos acionistas na Europa, o LetterOne concluiu esse acordo com a gestora do Banco Master, que estruturou o fundo.

O desligamento de Durchon foi sendo decidido nas últimas semanas, e não teria ligação com a maior pressão da Justiça relacionada com o controle da companhia. Isso, apesar de o tema ter sido um ponto de divergência entre o, então, CEO e os advogados do Dia.

Após a equipe jurídica comunicar o CEO da ideia de informar à Justiça que o Lyra II FIP era o novo dono, o executivo teria dito que seria difícil alegar isso junto ao juiz Amorim, mas os advogados mantiveram a decisão.

DIVULGAÇÃO

Fabio Farina, atual diretor financeiro, vai comandar a rede de supermercados de forma interina enquanto é definido um novo nome para o cargo de CEO

A saída de Durchon ocorreu após uma reunião marcada na sexta-feira (12), para tratar de questões da empresa, entre ele, Rafael Fornari, chefe de investimentos da MAM, Pedro Racioppi, analista de investimentos sênior da MAM, e João Paulo de Carvalho, ex-Banco Master e sócio da Vega Asset, e conhecido no mercado como "JPC".

Antes disso, o diretor de recursos humanos do Dia foi chamado na sala pelos executivos, e lhe foi informado sobre a decisão do desligamento de Durchon.

A ideia seria que o RH comunicasse o CEO, mas depois a sugestão acabou descartada, e Durchon foi informado sobre a sua saída pelos três gestores, numa conversa de menos de dez minutos.

"Eles disseram que buscavam alguém com perfil mais comercial, e Sébastien é mais financeiro, e só agradeceram o CEO pelos serviços prestados", disse uma pessoa a par do tema. Durchon teria se oferecido para uma transição.

Na fase de assinatura da venda, Carvalho teria sido apresentado à administração da cadeia no Brasil como um dos novos acionistas da varejista, apurou o **Valor**. Mas o executivo negou, por meio de interlocutores, e informou que apenas assessorou a transação por meio da CK Partners, outra empresa ligada a ele.

Já a Alvarez & Marsal (A&M) foi contratada em outubro de 2023 pelo diretor de fusões e aquisições do grupo Dia, Antonio Serrano, para atuar na busca de um comprador estratégico. Depois disso, em 2024, entrou para reestruturar o negócio, logo após o pedido de recuperação judicial.

Foi a partir da busca, pela A&M, por uma saída rápida para o Dia que, em 2023, Carvalho e atuais executivos da MAM se inteiraram o caso crítico da rede.

A questão da venda não avançava, num cenário de aversão no Brasil a ativos de varejo após a crise da Americanas, e a matriz do grupo passou a pressionar por uma solução já neste ano.

Então teria evoluído a ideia de um modelo envolvendo a injeção de algum dinheiro do bolso dos próprios sócios russos no negócio. No fim das contas, os russos acabaram pagando para conseguir se desfazer da empresa.

Além do aporte de € 40 milhões, tiveram que contabilizar um impacto negativo no balanço estimado em € 101 milhões, com a transação, mas conseguiram "limpar" as demonstrações dos efeitos de Brasil, algo que era uma das metas dos controladores russos.

No início de março, quando essas conversas com a MAM, com apoio da A&M, já aconteciam — e com a empresa ainda ligada ao grupo no exterior —, Durchon foi contratado para o cargo de CEO. Mas com dívidas bilionárias e risco de pedido de falência, a cadeia teve de pedir recuperação judicial no mesmo mês.

Cerca de 40 dias após o pedido de recuperação, a companhia no país informou, por meio de nota, a conclusão do acordo com a MAM para a venda de 100% da rede. Foi a partir dessa nota que ganhou força no mercado a versão de que a MAM, ou o Banco Master, teriam uma posição na empresa por meio do fundo.

Na época, também surgiram informações no mercado de que o investidor Nelson Tanure seria o cotista do fundo. Pessoas próximas à Tanure negam. O Master também esclareceu que não tem qualquer ligação com o Dia, e a MAM informou, quando o acordo saiu, que apenas é a gestora e estruturou o fundo, sem posição acionária na rede.

O **Valor** apurou que parte dos recursos, cerca de € 2 milhões (R$ 12 milhões, a câmbio atual), entraram para o fundo como pagamento de despesas com a transação.

Pelo lado da Alvarez & Marsal, estão na companhia hoje Caio Santos e André Pereira, ambos diretores da consultoria, apurou a reportagem. Os executivos participam de tomadas de decisões do dia a dia, que são repassadas aos gestores da MAM, apurou o **Valor**. E a "asset" chega, inclusive, a visitar lojas e conversar com funcionários dos pontos de venda.

"Isso é feito porque, como gestores, eles têm essa responsabilidade com o cotista", diz uma pessoa próxima da MAM.

Essa divisão chegou a criar algum ruído no negócio. "O CEO e os sócios da Alvarez que estão lá chegaram a bater cabeça no dia a dia da operação, e isso incomodava a administração", diz outra fonte a par do caso.

Neste momento, a empresa está em plena negociação de ajustes no plano de recuperação de forma que as condições fiquem mais favoráveis aos credores da rede.

A situação operacional da rede se deteriorou em maio, especialmente pelo desabastecimento nas lojas, que chegou a 30% do total de produtos, a ponto de o tema ter sido destaque no relatório mensal de atividades do administrador judicial.

"Houve realmente um problema com fornecedores, mas essa falta de produtos já se reduziu para 4% e o negócio é completamente viável", diz uma pessoa da linha de frente. A administradora fazia a ressalva no relatório mensal de que o cenário indicava melhorias dia a dia.

> **R$ 1,1 bi**
> é o total da dívida concursal do Dia

"Havia um ânimo maior na empresa, antes de a gestora informar os funcionários da saída do presidente. Depois disso ficou um ambiente mais tenso no ar", diz a mesma fonte.

A ideia é iniciar um plano de investimento, de cerca de R$ 20 milhões, com recursos do caixa — existiriam R$ 400 milhões na empresa após o aporte dos ex-donos, em junho — e com isso ir gerando um ambiente mais positivo.

Esse plano envolve melhora da estrutura das lojas, com pinturas e limpeza das áreas, e tentar manter o negócio "limpo e organizado usando pouco recurso" informou uma fonte.

Além disso, a mesma fonte diz que a decisão de colocar Fabio Farina como CEO interino é para acelerar as relações comerciais com indústrias e o executivo teria experiência nisso, algo fundamental agora.

Procurada, a rede Dia não se manifestou até o fechamento desta edição. A Alvarez & Marsal informa que atua como consultora na reestruturação da rede, e hoje, é responsável pelo plano de recuperação judicial "com o objetivo de restabelecer a eficiência financeira da companhia para cumprimento do plano". Esclarece ainda que não atua na gestão, assim como não possui fatia acionária na empresa ou cotas do fundo gestor.

Procurados, MAM Asset e Sébastien Durchon não quiseram comentar o assunto.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Ntm Comércio e Serviços Ltda. -** CNPJ: 23.046.229/0001-62 - Endereço: Rua Augusto Tole, 875/901, Cjto. 21 A, Bairro Santana - Requerente: Helton Johanson Machado - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **São Caetano Futebol Ltda. -** CNPJ: 06.038.055/0001-77 - Endereço: Rua Francesco de Martini, 549, Bairro Oswaldo Cruz, São Caetano do Sul/sp - Requerente: Stars Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Vale do Norte Agro Industrial e Transporte Sp Ltda. -** CNPJ: 68.406.677/0001-68 - Endereço: Rua Conceição de Monte Alegre, 107, Cjtos 161, 162 e 163, Bairro Cidade Monções - Requerente: Bex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Amaril Indústria de Abrasivos Ltda. -** CNPJ: 61.328.142/0001-77 - Endereço: Av. Marcos Paulo Gonçalves, 915, Bairro Vila Nova Bonsucesso Ou Av. Armando Bei, 668, Bairro Vila Nova Bonsucesso, Guarulhos/sp - Administrador Judicial: Ala Consultoria e Administração Eireli Epp, Representada Pela Dra. Adriana Rodrigues de Lucena - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Arine Engenharia Industrial Ltda., Nome Fantasia Arine Imóveis -** CNPJ: 45.813.920/0001-67 - Endereço: Av. Portugal, 600, Bairro Jardim Pilar, Mauá/sp - Administrador Judicial: Ala Consultoria e Administração Eireli Epp, Representada Pela Dra. Adriana Rodrigues de Lucena - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Jorge Luiz Martins Araras ME -** CNPJ: 03.116.633/0001-58 - Endereço: Rua Dos Diamantes, 146, Bairro Jardim Santa Cruz - Administrador Judicial: Laspro Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro - Vara/Comarca: 3a Vara de Araras/SP

Empresa: **Promo2go Comunicação e Marketing Eireli -** CNPJ: 16.882.034/0001-97 - Endereço: Rua Iris Memberg, 302, Galpão 01, Bairro Vila Jovina, Cotia/sp - Administrador Judicial: Fvs Administração Ltda., Representada Pela Dra. Stephany Barros Garcia - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Rosseto Odontologia Ltda. -** CNPJ: 32.146.566/0001-12 - Endereço: Estrada Kizaemon Takeuti, 581, Bairro Jardim Clementino, Taboão da Serra/sp - Administrador Judicial: Valorize Administração Ltda., Representada Pela Dra. Lorena Larranhagas Mamedes - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Vertical Line Company Elevadores Ltda. -** CNPJ: 10.382.392/0001-54 - Endereço: Rua Piquerobi, 312, Casa 02, Bairro Catiapoã, São Vicente/sp - Administrador Judicial: Compasso Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Coelge Construção de Obras Elétricas Ltda. -** CNPJ: 80.799.018/0001-34 - Requerente: Coelge Construção de Obras Elétricas Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Ponta Grossa/PR - Observação: Petição inicial de auto falência indeferida.

Requerido: **Colégio Maxi Rio Preto Galileo Eireli Epp -** CNPJ: 02.689.504/0001-96 - Endereço: Rua Coronel Spinola de Castro, 3565, Centro - Requerente: Colégio Maxi Rio Preto Galileo Eireli Epp - Vara/Comarca: 6a Vara de São José do Rio Preto/SP - Observação: Falta de interesse de agir.

Requerido: **Liatech Indústria e Comércio de Embalagens de Papel Eireli -** CNPJ: 05.472.029/0001-90 - Requerente: Indústria de Papel R. Ramenzoni S/A - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Requerido: **Renuka do Brasil S/A -** CNPJ: 43.932.102/0001-58 - Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1744, Unidade 71, Sala 07, Bairro de Pinheiros - Requerente: Bisson, Bortoloti e Moreno Sociedade de Advogados - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, aguardando em cartório seu cumprimento.

Requerido: **Revati Agropecuária Ltda. -** CNPJ: 08.196.233/0001-13 - Requerente: Bisson, Bortoloti e Moreno Sociedade de Advogados - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, aguardando em cartório seu cumprimento.

Requerido: **Revati S/A Açúcar e Álcool -** CNPJ: 08.614.277/0001-16 - Endereço: Estrada Municipal Crd, Nº 339, Coroados, Brejo Alegre, S/nº, Fazenda Águas Claras, Brejo Alegre/sp - Requerente: Bisson, Bortoloti e Moreno Sociedade de Advogados - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, aguardando em cartório seu cumprimento.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Metalloys & Chemicals Comercial Ltda. -** CNPJ: 01.124.851/0001-09 - Endereço: Av. Das Nações Unidas, 14401, Cjto. 2316, Bairro Vila Gertrudes - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **S. Chem Das Américas Comércio, Importação e Exportação Ltda. -** CNPJ: 21.766.747/0001-25 - Endereço: Rua Francisco Reis, 427, Sala 03, Bairro Cordeiros, Itajaí/sc - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Smo Participações Ltda. -** CNPJ: 24.287.438/0001-60 - Endereço: Rua Santa Mônica, 600, Sala 02, Bairro Parque Industrial San Jose, Cotia/sp - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Alex Lucas da Silva, Produtor Rural -** CNPJ: 54.004.227/0001-34 - Endereço: Estrada Coxilha Bonita, 10100, Interior, Pântano Grande/rs - Administrador Judicial: Guerreiro Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Passo Fundo/RS

Empresa: **Brasil Fertilizantes Ltda. -** CNPJ: 72.186.562/0001-82 - Endereço: Estrada Corujas, S/nº, Barracão 02, Bairro Corujas, São Joaquim/sc - Administrador Judicial: Scalzilli Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Fernando Scalzilli - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Florianópolis/SC

Empresa: **Casa Agropecuária Ltda. -** CNPJ: 86.160.074/0001-00 - Endereço: Estrada Corujas, S/nº, Frutícola Apene, Bairro Corujas, São Joaquim/sc - Administrador Judicial: Scalzilli Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Fernando Scalzilli - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Florianópolis/SC

Empresa: **G. O. Ferreira Júnior Serviços e Transportes Ltda., Nome Fantasia Nortão Transportes -** CNPJ: 09.344.941/0001-17 - Endereço: Av. Brasil, 1015, Bairro União, Paranatinga/mt - Administrador Judicial: Bino Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Agenor Diego da Cruz Bino - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Hover Componentes Ltda. -** CNPJ: 18.553.744/0001-07 - Endereço: Rua Euzébio Beltrão de Queiroz, 2242, Bairro Pio X - Administrador Judicial: Malta Martins Administração de Falências e Recuperações Judiciais Ltda., Representada Pelo Dr. Leandro Malta Martins - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Ievens e Soares Mão de Obra Especializada Ltda. -** CNPJ: 41.725.693/0001-67 - Endereço: Rua Francisco Ribeiro de Barros, 101, Casa 01, Bairro Jardim Terezópolis, Guarulhos/sp - Administrador Judicial: Dr. Argos Magno de Paula Gregório - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Indústria Sulfertilizantes Ltda. -** CNPJ: 78.813.045/0001-72 - Endereço: Estrada Corujas, S/nº, Frutícola Apene, Sede, Bairro Corujas, São Joaquim/sc - Administrador Judicial: Scalzilli Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Fernando Scalzilli - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Florianópolis/SC

Empresa: **J. A. Taveira Engenharia e Construções Ltda. -** CNPJ: 34.299.045/0001-20 - Endereço: Rua Ariadne Feltrin Campos, 403, Sala 10, Bairro Vila Aurora Ii - Administrador Judicial: Valorize Administração Ltda., Representada Pela Dra. Lorena Larranhagas Mamedes - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Jat Empreendimentos Ltda. -** CNPJ: 38.279.358/0001-78 - Endereço: Rua Ariadne Feltrin Campos, 403, Sala 09, Bairro Vila Aurora Ii - Administrador Judicial: Valorize Administração Ltda., Representada Pela Dra. Lorena Larranhagas Mamedes - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Osmar Formighieri da Silva, Produtor Rural -** CNPJ: 54.003.723/0001-73 - Endereço: Estrada Coxilha Bonita, 500, Interior, Pântano Grande/rs - Administrador Judicial: Guerreiro Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Passo Fundo/RS

Empresa: **Sano Agribusiness Ltda. -** CNPJ: 14.358.040/0001-14 - Endereço: Rua 1.500, Nº 820, Sala e 26, Centro, Balneário Camboriú/sc - Administrador Judicial: Scalzilli Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Fernando Scalzilli - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Florianópolis/SC

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Contrem Participações Ltda. -** CNPJ: 04.123.367/0001-53 - Endereço: Rua Valins, 1006, Sala 04, Centro Ou Av. Embaixador Macedo Soares, 10735, Galpão 03, 1º Andar, Bairro Vila Anastácio - Vara/Comarca: Vara Única de Aguaí/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Ibéria Indústria de Embalagens Ltda. -** CNPJ: 57.940.546/0002-20 - Endereço: Rua Valins, 1006, Sala 03, Centro Ou Rodovia Sp 225, Km 04, C/ Estrada Jjosé Gallardo Alonso, Bairro Gallardo - Vara/Comarca: Vara Única de Aguaí/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Iberos Transportes Ltda. -** CNPJ: 58.746.744/0001-30 - Endereço: Estrada José Gallardo Alonso, S/nº, Bairro Gallardo - Vara/Comarca: Vara Única de Aguaí/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Tecnologia Entre as funções retiradas estão o recurso "Usar IA" no WhatsApp e ferramentas para anúncio

Meta remove recursos de IA e ANPD analisa

Daniela Braun e Rafael Bitencourt
De São Paulo e Brasília

A Meta, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp, removeu na terça-feira (16) recursos de inteligência artificial (IA) generativa de suas plataformas no Brasil para atender a uma determinação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), informou a empresa ao **Valor**.

"A Meta formalizou ontem (terça-feira, 16 de julho), dentro do prazo estipulado, sua resposta no sistema eletrônico de informações da ANPD informando o cumprimento da medida preventiva. A resposta está em análise", informou a ANPD ao **Valor**.

"Decidimos suspender ferramentas de genAI que estavam ativas no Brasil enquanto engajamos com a ANPD para endereçar suas perguntas sobre IA generativa", disse um porta-voz da Meta, por e-mail, ao **Valor**.

Entre as funções removidas estão o recurso "Usar IA", lançado em maio deste ano, para criação de figurinhas no aplicativo mensagens WhatsApp, bem como ferramentas de IA para a criação de propaganda nas plataformas da empresa.

"As ferramentas baseadas em IA generativa para anúncios que foram suspensas oferecem recursos criativos para imagens, como por exemplo expansão de formato e geração de pano de fundo, com o objetivo de maximizar a produtividade, a personalização e o desempenho para os anunciantes", informou a Meta.

A empresa não esclareceu se interrompeu a coleta de dados de usuários de suas plataformas para treinar modelos de IA generativa.

Os campos para que usuários solicitem o bloqueio de uso de seus dados para treinar a IA da Meta ainda estão disponíveis tanto no Instagram como no Facebook, conforme verificou a reportagem do **Valor**.

No início de julho, a ANPD, órgão que regula a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) brasileira, emitiu uma "medida preventiva" determinando a suspensão do uso indiscriminado de dados pessoais de usuários da Meta para treinar ferramentas de IA generativa no Brasil.

No dia 10, o órfão regulador ampliou por cinco dias o prazo para que a Meta entregasse parte da documentação que atesta o cumprimento da medida preventiva, a pedido da empresa.

A decisão da ANPD foi tomada após denúncias formalizadas pelo Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) junto à autoridade e ao Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (Cade) sobre a potencial ameaça de dano aos direitos dos usuários com a entrada em vigor, no mês passado, da nova política de privacidade da Meta no Brasil.

ANPD e Cade receberam a representação em que o Idec alega que no Brasil, ao contrário do que ocorre na Europa, a Meta não informou que passaria a utilizar dados pessoais coletados no Facebook e Instagram para treinamento de sua tecnologia de IA.

No fim da semana, termina o prazo para que a Meta responda ao Cade sobre o uso de dados de usuários em suas ferramentas de inteligência artificial.

O primeiro passo da autarquia será verificar se a situação trata de uma questão concorrencial. No caso da Meta, está prevista multa diária de R$ 5 mil, que pode ser aumentada em até 20 vezes, se houver recusa, omissão ou retardamento injustificado dos dados ou documentos solicitados.

Paralelamente, na terça-feira, o Ministério Público Federal e o Idec ingressaram com uma ação civil pública para que o WhatsApp seja condenado a pagar indenização de R$ 1,7 bilhão por danos morais coletivos, entre outras obrigações. A plataforma teria violado, principalmente, direitos dos usuários em sua política de privacidade no Brasil.

UNSPLASH

No início de julho a ANPD determinou a suspensão do uso de dados pessoais de usuários da Meta para treinar IA

TikTok também é alvo de nova lei da UE, dizem juízes

Bloomberg, de Nova York

A rede social TikTok perdeu o primeiro embate na União Europeia, depois que juízes disseram que a rede social chinesa não pode escapar da nova lei europeia que tem as "big techs" como alvo.

O Tribunal Geral da União Europeia decidiu, nesta quarta-feira (17), que a controladora do TikTok, a ByteDance, é poderosa o suficiente para ser enquadrada na Lei de Mercados Digitais (DMA, na sigla em inglês) do bloco, em vigor desde março.

A empresa pode apelar ao tribunal superior do bloco, o Tribunal de Justiça Europeu. Na decisão, os juízes disseram que o TikTok atingiu os limites necessários para ser incluído no escopo da DMA, e que a tentativa da ByteDance de apelar da decisão da Comissão Europeia (braço executivo da UE) de atacá-lo não foi fundamentada.

A DMA foi criada para proibir as "big techs" de praticarem ações potencialmente anticompetitivas. As regras se aplicam a empresas com receita de pelo menos € 7,5 bilhões em todo o bloco ou com uma capitalização de mercado de € 75 bilhões.

Em 2023, a ByteDance teve um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de US$ 40 bilhões, com aumento de 60% ante 2022, informaram fontes em abril. No ano passado, a receita cresceu 50% para US$ 120 bilhões.

50%
é o aumento da receita da ByteDance

Para serem alvos da DMA, os serviços de plataforma também precisam ter mais de 45 milhões de usuários ativos mensais e mais de 10 mil usuários comerciais ativos anuais na UE.

A lei torna ilegal que certas plataformas favoreçam seus próprios serviços em detrimento dos de rivais. O serviço de buscas do Google, empresa controlada pela Alphabet, o navegador de internet Safari, da Apple, e o comércio eletrônico da Amazon estão entre as plataformas cobertas pela DMA.

Além do TikTok, a Apple e a Meta (dona de Facebook, Instagram e WhatsApp) contestaram a colocação de certos serviços sob a DMA.

O TikTok recorreu ao tribunal para esclarecer por quais razões deveria ser coberto pela nova lei. O aplicativo de vídeo está sendo examinado em todo o mundo à medida que sua influência cresce e em meio a temores sobre a origem chinesa da ByteDance.

O presidente dos EUA, Joe Biden, assinou uma legislação bipartidária em abril com o objetivo de proibir o aplicativo nos Estados Unidos, a menos que sua controladora chinesa ceda o controle da plataforma. Essa legislação passou facilmente pelo Congresso americano e, finalmente, levou o TikTok a contestar a legalidade do projeto de lei.

Na Europa, o TikTok foi investigado por criar recursos potencialmente prejudiciais para crianças.

Ambiente Segundo a Cetesb, Usina São José, de Rio das Pedras, no interior paulista, foi a responsável pelo vazamento de dejetos

Desastre no Rio Piracicaba causa mortandade inédita de peixes

Luciana Franco
Para o Valor, de São Paulo

O vazamento de dejetos industriais na última semana no Rio Piracicaba, no interior paulista, deve ter provocado a morte de dezenas de toneladas de peixes, aponta levantamento preliminar da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), que será concluído amanhã (19). "Em mortandade de peixes, esse é o registro mais relevante ocorrido na região", afirmou Adriano Rafael Arrepia de Queiroz, diretor de controle e licenciamento ambiental da Cetesb.

Segundo o órgão, a responsável pelo desastre ambiental é a Usina São José S/A, do Grupo Farias, localizada em Rio das Pedras (SP).

Assim que recebeu as primeiras denúncias no domingo (07/07) sobre o odor alterado do Rio Piracicaba e a mortandade de peixes, a Cetesb solicitou à empresa concessionária da Usina Hidrelétrica de Salto Grande, em Americana (SP), o aumento do vertimento de águas do reservatório. O Rio Piracicaba recebeu, então, um incremento de volume de água com oxigênio dissolvido, o que contribuiu para a diluição da poluição. Mas a abertura de comportas não foi o suficiente para evitar a mortandade de peixes, que foram encontrados na região do Tanquã, área de preservação ambiental (APA) localizada rio abaixo 60 quilômetros de Piracicaba.

Queiroz disse que não houve colaboração da usina nas fases iniciais do desastre. "Por isso tivemos que investigar para descobrir o que estava havendo. Com o aparecimento dos peixes no Tanquã foi necessário reavaliar a situação porque ampliou o tamanho do impacto".

LUCIANO CLAUDINO/AGÊNCIA O GLOBO

Milhares de peixes mortos após contaminação no Tanquã, área de proteção ambiental na região de Piracicaba

A contaminação da água na região do Tanquã é um risco não apenas para os peixes, mas também para aves e outros animais silvestres que utilizam o mesmo ambiente, informou em nota a Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC).

Durante a investigação, a Cetesb identificou que os resíduos eram de carga orgânica da ordem de 3.000 a 6.000 miligramas de demanda bioquímica de oxigênio (dbo) por litro, cerca de 20 vezes mais concentrado que o esgoto doméstico. "Há elementos que nos apontam que seria o melaço, subproduto da etapa de produção de açúcar", afirmou Queiroz.

A quantidade de peixes mortos, o fato de o desastre ter atingido uma área de preservação ambiental e a falta de comunicação da indústria com a Cetesb são fatores que podem elevar o valor da multa a ser aplicada à usina. O decreto 6414, que dispõe sobre infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, prevê multas que variam de R$ 500 a R$ 50 milhões.

Para o analista ambiental Antonio Fernando Lucas, que é ex-servidor do Ibama, o maior problema agora é a decomposição dos peixes mortos. " Vai haver problema com a liberação de amônia, baixa oxigenação e uma série de compostos que não fazem parte do ecossistema, o que pode levar a mais peixes morrerem", disse. Segundo ele, serão necessários de sete a nove anos para a recuperação da população de peixes.

A Cetesb informou que a Usina São José foi notificada no dia 16 a efetuar a retirada dos peixes mortos para evitar a piora da qualidade da água. "Mas até o final desta quarta-feira [17] não vimos nenhuma ação concreta da empresa", afirmou Queiroz.

Diante da inação da empresa, a Prefeitura de Piracicaba informou, em nota, ontem, que recolherá os peixes mortos da região do Tanquã, por meio de contrato emergencial com empresa especializada, e que os trabalhos serão iniciados nos próximos dias.

A reportagem não conseguiu contato com a Usina São José.

À Polícia Civil, a companhia negou ser a responsável pelos dejetos e atribuiu o ocorrido à má qualidade do tratamento do esgoto pela Prefeitura de Rio das Pedras. "Insinuações de envolvimento da usina nessa ocorrência são precoces e não têm, até agora, qualquer comprovação ou fundamento. A empresa considera precipitadas as notícias divulgadas nos últimos dias, citando poluentes que teriam sido liberados no Ribeirão Tijuco Preto e chegado ao Rio Piracicaba, a 42 quilômetros de distância", disse a usina, em nota, ao Ministério Público. ***(Colaborou Isadora Camargo, de São Paulo)***

Operação Rei do Gado investiga sonegação em venda de animais

Tributação

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A Receita Federal e o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão deflagraram ontem a Operação Rei do Gado. O objetivo é obter provas de um esquema de sonegação, que envolve vendas fraudulentas de gado bovino no total de R$ 1,4 bilhão entre julho de 2020 e abril de 2023. A Receita Federal estima que foram sonegados R$ 300 milhões em tributos federais.

Foram cumpridos 50 mandados de busca e apreensão em municípios de São Paulo, Maranhão, Minhas Gerais, além de Brasília, Goiânia e Palmas. Também foi cumprido um mandado de prisão preventiva em Brasília.

A Receita Federal e o Ministério Público obtiveram na Justiça autorização para suspender servidores públicos de suas funções e bloquear bens dos envolvidos no montante de R$ 67 milhões.

A Receita Federal vai usar as provas para tentar comprovar a identidade dos reais fornecedores de gado vendido com notas fiscais frias e verificar a regularidade tributária desses fornecedores.

Segundo a Receita, um grupo de servidores facilitou a inserção de dados falsos em sistemas oficiais e a fabricação de Guias de Trânsito Animal (GTAs) fraudulentas.

Também foram identificados contadores responsáveis pela emissão das notas fiscais frias a partir das GTAs fraudulentas.

R$ 300
milhões teriam sido sonegados

Foi identificado um grupo de "laranjas", pessoas usadas como remetentes de mais de 6,9 mil notas fiscais avulsas inidôneas, somando R$ 1,4 bilhão em venda de 448.887 cabeças de gado. Esse núcleo incluí pessoas líderes do esquema, seus familiares, empresas e funcionários. As notas frias foram usadas para acobertar gado de produtores que apresentam indícios de terem omitido receita nas suas declarações de imposto de renda, segundo a Receita Federal.

São investigados ainda um grupo de compradores e de transportadores de animais que intermedeiam notas frias e revendem bois para frigoríficos em São Paulo.

INÊS 249

Agronegócios

Políticas Guilherme Campos, que substituiu Neri Geller na SPA, quer garantir acesso aos recursos em dólar e mais baratos a quem não está naturalmente "hedgeado"

Novo secretário vai buscar fontes alternativas ao crédito subsidiado

Rafael Walendorff
De Brasília

A principal missão recebida pelo novo secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Guilherme Campos, foi a de encontrar fontes alternativas de crédito no mercado privado para garantir dinheiro a preços competitivos aos produtores diante da constatação de que a dependência dos recursos equalizados do Tesouro Nacional para o Plano Safra será cada vez menor.

Em entrevista ao **Valor**, Campos disse que o foco será buscar mecanismos para garantir acesso aos recursos em dólar e "mais baratos" a quem não é exportador e não está naturalmente "hedgeado". Ele disse que ainda não tem proposta específica para tirar isso do papel.

"Temos que procurar alternativas para poder oferecer taxas competitivas e adequadas, vislumbrando que a dependência do Tesouro tem que ser cada vez menor", disse Campos. "É uma tendência irreversível e positiva, sinal de que o setor está crescendo muito. O desafio é encontrar segurança e ampliar o leque de quem pode acessar esse recurso mais barato".

A elaboração do Plano Safra 2024/25, lançado uma semana antes de Campos assumir a secretaria, foi marcada pela restrição das fontes de recursos controlados e equalizados, como depósitos à vista e poupança rural, e pela dificuldade orçamentária para subsidiar o crédito. Mesmo com a expansão da verba da equalização dos financiamentos para a agricultura empresarial, de R$ 5,1 bilhões para R$ 5,9 bilhões, não foi possível cortar juros.

Para Campos, o cenário de preços achatados e de adversidades climáticas no campo é cíclico, e o governo deve dar previsibilidade e segurança a quem investe na produção. Mesmo assim, avaliou que o ambiente está menos "contaminado" por dívidas e quebras de safra. Prova disso, afirmou, foi o acesso limitado ao alongamento de parcelas de investimentos rurais.

"A primeira impressão é que o setor está capitalizado e a demanda foi menor que a choradeira. Houve iniciativa preventiva do governo, mas o acesso foi pequeno e ninguém fala mais nada", afirmou.

Em linha com seus antecessores e atento aos pedidos que ouvia do setor desde seus mandatos como deputado federal (2007 a 2015), Campos defendeu a expansão do orçamento para o seguro rural. Ele planeja uma missão aos Estados Unidos, possivelmente junto com integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), para estudar novos modelos para a política de gestão de riscos no campo.

Outra proposta é buscar novas fontes, inclusive privadas, para incrementar a verba da União usada para bancar a subvenção ao prêmio da contratação de apólices. "O orçamento vai ser limitado e o setor ficou muito maior", apontou. Nesta semana, ele assinou uma parceria com produtores de café para um projeto que usará créditos de carbono da cafeicultura como compensação para o pagamento do seguro rural.

Campos substitui Neri Geller, demitido após o leilão para compra pública de 300 mil toneladas de arroz importado, que gerou suspeitas de irregularidades e conflito de interesses com operadores privados do pregão. Ele disse que o assunto está sepultado na Pasta, bem como a ideia de um novo leilão. "Aqui não se fala mais nesse assunto. A proposta é incentivar a produção para diminuir a dependência do Rio Grande do Sul, mas sem desestimular nem acabar com o cultivo lá, que é competitivo".

Ele tem uma visão mais ponderada em relação a pares do governo na questão da formação de estoques públicos reguladores. Segundo Campos, a iniciativa é cara e menos efetiva que ações da política de garantia de preços mínimos (PGMP) executadas pela sua secretaria. Com restrição orçamentária, o secretário defendeu que a eventual estocagem de alimentos deve ser analisada com cautela e alinhada com a dinâmica do mercado e as limitações de verbas.

WENDERSON ARAUJO/VALOR

"A primeira impressão é que o setor está capitalizado"
Guilherme Campos

"A produção e os mercados ficaram muito maiores do que a capacidade do governo de fazer estoques", apontou. "Hoje os números e valores são muito grandes, vale mais a pena ter política de preços mínimos e equalizar diferença de preços juntos aos produtores", acrescentou. Campos disse que leilões para escoamento da produção e lançamento de contratos de opções são ações da PGPM com alcance muito maior.

Segundo ele, faz sentido pensar em estoques, com as devidas ponderações, para apenas três produtos: arroz, feijão e trigo. Os dois primeiros por serem de produção e consumo doméstico, sem grandes ofertas no mercado mundial. O terceiro por ser um dos únicos itens que o Brasil não é autossuficiente. "São itens básicos da mesa do consumidor", disse.

A inflação dos alimentos também está no radar do secretário. Caso haja algum descasamento incomum, as medidas da PGPM podem ser acionadas, afirmou.

Campos ficou um ano à frente da Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo (SFA-SP), onde prestou suporte administrativo aos temas ligados ao Ministérios no Estado, sobretudo em as ações de defesa agropecuária, como as fiscalizações nos portos de Santos e São Sebastião, e nos aeroportos de Guarulhos e Viracopos.

Engenheiro civil, foi deputado federal por dois mandatos, vice-prefeito de Campinas (SP) e presidente dos Correios. Sem ligação direta com o campo, é avaliado como um bom gestor e político habilidoso por representantes do setor produtivo. O secretário disse que já conhecia o ministro Carlos Fávaro da vivência política. "A relação é muito boa", disse.

Em meio a desconfianças, mercado voluntário de carbono encolhe no país

Sustentabilidade

Camila Souza Ramos
De São Paulo

Na contramão das expectativas iniciais, o mercado voluntário de carbono no Brasil derreteu nos últimos anos. Houve uma forte queda na geração de novos créditos por atores privados no interesse dos compradores.

Por trás desse movimento estão as crescentes desconfianças de que os projetos de mitigação de emissões, especialmente de conservação e restauração de vegetação nativa, não estejam poupando o tanto que dizem de poupam de emissões de gases-estufa.

Em 2021, projetos privados no Brasil geraram 31,5 milhões de créditos de carbono pelas principais certificadoras mundiais, um recorde. Dois anos depois, o volume foi 89,3% menor, de apenas 3,4 milhões de créditos. Foi o menor volume de emissões desde 2016.

Além disso, a quantidade de créditos aposentados (comprados e retirados de circulação por agentes privados para a compensação de compensação de emissões) caiu 44% no período.

Os dados foram levantados pelo Observatório de Bioeconomia da FGV a partir do Berkeley Carbon Trading Project, da Universidade de Berkeley, que compila dados de emissão e aposentadoria de créditos emitidos por meio das certificadoras Verra, Gold Standard, Climate Action Reserve (CAR) e America Carbon Standard (ACS).

Nessas certificadoras — que não são as únicas, mas são as mais representativas —, observou-se um encolhimento na contribuição dos projetos de carbono em florestas e atividades relacionadas ao uso da terra, como projetos de Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal e de conservação e manejo sustentável (REDD+). Mais recentemente, esses projetos também passaram a ser conhecidos como soluções baseadas na natureza (NBS, na sigla em inglês). Em 2021, créditos de carbono desse tipo representaram 65% do total. Já em 2023, os projetos do escopo de floresta e uso da terra representaram 41%.

O encolhimento reflete um aumento do escrutínio público sobre os projetos de NBS e a constatação de que muitos não têm um atributo essencial ao mercado de carbono: a adicionalidade. Conforme esse conceito, o projeto precisa garantir que deixa de emitir uma quantidade determinada de carbono na atmosfera. E, sem ele, aquela mitigação não ocorreria, o que justificaria seu financiamento através dos créditos de carbono.

Porém, crescem estudos científicos questionando a adicionalidade de muitos créditos de carbono, sobretudo de NBS no Brasil. Em 2020, um estudo publicado na revista científica "Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)" por pesquisadores europeus encontrou evidências de que 11 de 12 projetos de REDD+ na Amazônia brasileira superestimaram seus impactos sobre o desmatamento evitado. Na prática, a pressão de desmatamento naquelas regiões não seria tão elevada.

Outros estudos também lançaram luz sobre a falta de durabilidade dos projetos. "Houve uma série de projetos ambientais em que, ao final do período de vigência, a área acabou sendo degradada ou desmatada", diz Fernanda Valente, pesquisadora da FGV responsável pelo levantamento.

Créditos de carbono no Brasil
Evolução das emissões por categoria - em milhões de unidades

Fonte: Observatório de Bioeconomia da FGV.

As incertezas com os impactos dos projetos de NBS refletiu-se na redução da participação da região Norte nas emissões de créditos de carbono. Enquanto em 2021 a região representava 48% das emissões no Brasil, em 2023 essa fatia caiu para 33%.

Apesar disso, os créditos de carbono florestais ainda são a maior parte dos créditos comprados — em 2023, representaram 79% dos créditos retirados de circulação, e em 2021, 41%.

Outro desafio é a contabilização do impacto em ecossistemas tropicais, enquanto a maioria das metodologias foi desenvolvida para climas temperados. Especialistas defendem a "tropicalização" das metodologias de cálculo de emissões no Brasil. A dificuldade é fazer com que essas metodologias conquistem a confiança de compradores internacionais.

Outro problema é a falta de transparência sobre a comercialização dos créditos. "As empresas não expõem a que preço estão compensando suas emissões, e isso traz dificuldade para quem investe em projeto de crédito de carbono. Qual vai ser o retorno? Não sei o preço que está sendo vendido o produto", diz Valente.

Há certificadoras e empresas que divulgam os preços de algumas negociações, mas a variação de valores entre uma transação e outra pode ser muito grande.

Diante desses desafios, a pesquisadora acha difícil que a tendência de encolhimento do mercado seja revertida "enquanto não forem estabelecidos conceitos de mais transparência e padronização".

valor.com.br

Rio Grande do Sul

Senador anuncia acordo sobre dívidas

O senador Ireneu Orth (PP-RS) afirmou que foi selado um acordo para a publicação de medida provisória pelo governo para conceder descontos em parcelas de financiamentos, remissão de dívidas e prorrogação de débitos de produtores gaúchos afetados pelas chuvas. Técnicos do governo, porém, negam remissão de dívidas.

valor.com.br/agro

Safra 2024/25

Ibrafe critica preço mínimo do feijão

O Instituto Brasileiro de Feijão e Pulses (Ibrafe) afirmou que o novo preço mínimo do feijão-carioca vai desestimular o plantio na safra 2024/25. O preço mínimo do feijão cores (inclui o carioca) foi reduzido em 1,1%, para R$ 181,23 a saca. Já o feijão-preto terá preço mínimo de R$ 152,91, queda de 4,16% em relação à temporada anterior.

valor.com.br/agro

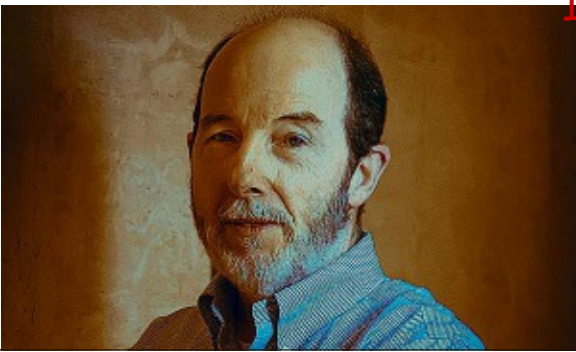
Avicultura

RS tem registro de doença de Newcastle

O Ministério da Agricultura confirmou um foco da doença de Newcastle (DNC) em estabelecimento de avicultura comercial de corte, em Anta Gorda (RS). O ministério informou que o estabelecimento foi interditado e a movimentação de aves foi suspensa. A enfermidade viral afeta aves domésticas e silvestres.

valor.com.br/agro

Ambiente
Contaminação no Rio Piracicaba provoca a morte de toneladas de peixes
B7

Mercado de capitais
Para Arminio Fraga, transformar BC e CVM em 'superórgãos' é 'padrão ouro' da regulação C5

Investimentos
Opportunity Auster estreia com R$ 15 bi ao unir gestão de fortunas e alternativos C6

Ativos
Dólar avança perto de R$ 5,50 com ruídos internos e tombo da Nasdaq C2

Renda fixa Volume nos 5 primeiros meses de 2024 já chega a R$ 13 bi; coordenadores recomendam séries com taxa fixa para elevar demanda

Com piora do cenário, emissões prefixadas ganham impulso

Liane Thedim
Do Rio

A alta dos juros futuros de longo prazo diante da piora do cenário macroeconômico neste ano, com dúvidas em relação à política fiscal e controle da inflação no Brasil e a demora dos Estados Unidos em cortar os juros, está levando mais empresas a incluírem séries prefixadas em suas emissões de debêntures e certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio (CRIs e CRAs). A estratégia é adotada sob recomendação dos bancos coordenadores para aumentar os volumes vendidos ao mercado.

Dados do Bradesco BBI mostram que o volume de operações prefixadas nos cinco primeiros meses de 2024, R$ 13 bilhões em 38 ofertas, já corresponde a praticamente a metade do visto em todo o ano de 2023 (R$ 28 bilhões em 66 ofertas). Se considerado o mesmo período do ano passado, bastante afetado pela descoberta da fraude da Americanas, o aumento é de 622% (R$ 1,8 bilhão em 16 ofertas).

"A demanda por operações prefixadas tem crescido bastante, por isso recomendamos a inclusão de séries para atingir volumes relevantes. Como a curva de juros subiu bastante, as pessoas querem aproveitar esse momento e travar a taxa de juros num patamar alto", diz Marina Milanez Rodrigues, responsável pelo mercado de dívida local no Bradesco BBI.

Rafael Garcia, responsável pela área de renda fixa e operações estruturadas do Banco Safra, diz que também orienta a inclusão de séries prefixadas em emissões que querem testar volumes maiores. "Por mais que não se tenha clareza de quando o fechamento da curva vai começar, todo mundo quer travar esse nominal. O investidor olha uma taxa de 13% anuais em uma operação de cinco anos, calcula os juros reais de 7,5% e pensa 'nada mal, quero travar'."

O executivo dá o exemplo da recente emissão de R$ 2 bilhões em Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) da BRF, da qual o Safra foi um dos coordenadores e cuja demanda ultrapassou R$ 2,8 bilhões, segunda maior demanda para ofertas de CRIs (Recebíveis Imobiliários) e CRAs nos últimos dois anos. A série prefixada teve o volume relevante de R$ 925 milhões, com taxa de 12,93% e vencimento em 2031. Ele comemora a participação de 30 mil CPFs. "Era um sindicato com muitos bancos participantes e a segunda maior demanda de investidores qualificados veio do Safra."

Outro exemplo foi a emissão de CRAs da JSL em março, cuja série prefixada foi de R$ 1,17 bilhão, a 11,3% ao ano, de um total de R$ 1,750 bilhão, com vencimento em sete anos. E as debêntures incentivadas da Enauta, em junho, com R$ 539 milhões em prefixados a 13,6% ao ano com vencimento em seis anos, de uma operação total de R$ 2,1 milhões, com demanda acima do previsto inicialmente (R$ 1,750 bilhão) e uso de lote adicional.

Garcia ressalta que a demanda das pessoas físicas de janeiro a maio de 2024 está 128% superior ao mesmo período de 2023, o que, afirma, está obrigando os bancos a desenvolver a área de distribuição para esse público. "Nós já tínhamos a visão de que era um crescimento irreversível e por isso desenvolvemos a área antes."

Com o aumento dos prefixados, comenta ele, o resultado é um encurtamento dos prazos dos papéis. Isso porque o emissor evita prazos maiores e a próprio investidor pessoa física, principal comprador dessas séries, também é mais refratária a vencimentos longos.

"Companhias mais sofisticadas entendem que para transações maiores precisam fazer isso, apesar de não ser preferência. Mas podem fazer porque, dentro da tesouraria, anulam esse risco via contratos de swap e alcançam bolsos maiores", explica Garcia.

Levantamento do Banco ABC Brasil mostra que neste ano apenas oito operações tiveram prazo superior a sete anos, e a concentração maior é no prazo de cinco anos. Ricardo Gentile Rocha, sócio e diretor do ABC Brasil Investment Bank, confirma o crescimento das séries prefixadas e a recomendação do banco para inclusão dessa opção — principalmente para operações acima de R$ 1 bilhão —, mas pondera que, frente ao total de emissões no país, essas operações ainda ocupam fatia pequena. Neste ano, por exemplo, correspondem a 4,3% do volume geral.

Ele chama a atenção para o fato de as pessoas físicas geralmente não estarem preocupadas com marcação a mercado e ficarem satisfeitas em comprar prefixados. "Mas, se a percepção de risco aumentar, a curva de juros abre mais e quem precisar vender o papel terá perda, já que será obrigada a devolver parte desse ganho e vender mais barato." Rocha, inclusive, vê uma tendência maior de abertura da curva do que de fechamento no curto prazo.

Garcia, do Safra, diz estar otimista de que o volume de ofertas vai continuar forte, mas frisa que quem está tentando testar spreads muito baixos não consegue colocação forte no mercado. "Tivemos ofertas com prêmios apertados que sobraram. Existe uma sensibilidade a preço e quem oferece uma taxa melhor vem tendo sobredemanda. A empresa gostaria de pagar menos mas já houve um fechamento muito grande e o investidor não está aceitando, está dizendo não dá para ir mais. O mercado chegou a um equilíbrio."

> "Recomendamos a inclusão de séries para atingir volumes relevantes"
> *Marina Rodrigues*

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Garcia, do Safra: "O investidor olha uma taxa de 13% anuais em operação de 5 anos e pensa 'nada mal, quero travar'"

Relatório da área de pesquisa do Banco ABC mostra que junho teve o terceiro maior volume de emissões primárias do ano (R$ 58,6 bilhões), mas a distribuição para o mercado por parte dos bancos coordenadores atingiu o menor percentual do ano: apenas 37%. Em maio, essa fatia havia sido de 55% e o pico do ano, 74%, foi em fevereiro, em meio à tensão com as medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no início daquele mês, restringindo CRIs, CRAs, LCIs e LCAs.

Rocha, do ABC Brasil, diz que o fato de vários bancos disputarem os mesmos mandatos acabou levando a exageros nas taxas. As instituições tiveram que ficar com os papéis e vender depois no secundário com deságio. Mas, como o negócio começa a não ser vantajoso, os bancos foram se ajustando. "Se algumas emissões tentaram vir a mercado apenas oferecendo a NTN-B, sem prêmio de risco, agora estão vindo a 10 ou 15 pontos-base acima. Assim se normalizou o mercado para classificação de crédito triplo 'A'."

Ele afirma que a manutenção da Selic em patamar alto, a 10,5%, acende a luz amarela para emissores com balanços mais frágeis, de nota "A" para baixo, mais alavancados e que pagam spreads maiores, em torno de CDI mais 0,5%. "É uma taxa que machuca, vai comprometendo o balanço da empresa."

Rodrigues, do Bradesco BBI, comenta que os instrumentos com isenção fiscal, focados em pessoas físicas, têm participação forte das séries prefixadas. De acordo com ela, metade dos CRAs emitidos neste ano e 25% dos CRIs e debêntures incentivadas tiveram taxa pré-determinada. No entanto, ela afirma estar vendo muitas companhias preferirem montar ofertas restritas a investidores profissionais, que são as gestoras e as tesourarias.

O sócio do ABC Brasil Investment Bank também destaca que as emissões de debêntures simples estão aquecidas, para atender à demanda dos fundos de crédito privado, cuja captação está forte e que impulsiona o apetite para ativos corrigidos pelo CDI.

Segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), do total de R$ 175,6 bilhões captados pelo setor de fundos no ano até maio, R$ 106 bilhões foram em carteiras com mais de 50% em crédito privado. "Estamos vendo empresas que não emitiam há tempos em CDI optando pelo indexador. Fica um pouco mais caro, mas tem liquidez."

Diante da demanda em alta por prefixados, a Itaú Asset abriu uma estratégia de fundos de debêntures incentivadas com rendimento prefixado que já soma R$ 1 bilhão em patrimônio. A captação é feita em janelas, a última ma encerrada há dois meses, e a carteira é composta de papéis incentivados comuns, pós-fixadas, mas a asset trava o rendimento para os investidores. Os fundos têm vencimento determinado, um em 2027 e o outro em 2028. "O público é a pessoa física acostumada a investir em LCIs e LCAs e que vê no fundo a alternativa isenta", diz Fayga Czerniakowski Delbem, superintendente de crédito privado da Itaú Asset.

Já a BTG Pactual Asset Management abriu há três meses seu fundo prefixado, o BTG Pactual Debêntures Incentivadas Pré, mas ainda em testes, com patrimônio líquido hoje de R$ 10 milhões e possibilidade de saques a cada 30 dias. "É um teste, percebemos muita demanda por ativos prefixados. Mas num fundo aberto marcado a mercado é um desafio, já que quando a curva de juros sobe, o fundo cai", afirma Eduardo Arraes, é sócio e responsável pelos fundos de crédito da gestora. "Temos dúvidas de quanto essa volatilidade vai impactar a demanda, mas achamos que valia a pena tentar."

Nasdaq tem maior queda desde dezembro de 2022

Eduardo Magossi
De São Paulo

O índice de ações Nasdaq teve ontem sua pior queda desde dezembro de 2022, após sinalizações do governo do atual presidente dos EUA e candidato democrata à reeleição, Joe Biden, e de seu oponente republicano, o ex-presidente Donald Trump, sobre o setor de tecnologia. O referencial caiu 2,77% a 17.996,92.

Do lado de Biden, há informações de que seu governo cogita restringir ainda mais as exportações e o compartilhamento de alta tecnologia de semicondutores para a China. Já Trump disse em entrevista que, caso eleito, considera cobrar pela defesa de Taiwan, um centro de produção de chips, constantemente ameaçado de invasão pela China.

Diante da possibilidade de que decisões desse tipo limitem o comércio entre os países, as ações das "big techs" e sobretudo das "sete magníficas" registraram forte queda, arrastando o Nasdaq, que concentra empresas de tecnologia.

Desde outubro de 2022, os EUA vêm impondo medidas de controle de exportações para limitar o acesso da China a uma série de semicondutores — principalmente aqueles ligados à inteligência artificial — feitos nos EUA. O objetivo seria proteger interesses de segurança nacional americana.

A tensão já existente entre EUA e China foi agravada pela entrevista de Trump à Bloomberg no início da semana, fazendo críticas à proteção que os EUA dão a Taiwan.

Com isso, o Nasdaq teve a maior queda desde 15 de dezembro de 2022, quando recuou 3,23%, e voltou para baixo dos 18 mil pontos. O S&P 500 caiu 1,39%, a 5.588,27, e o Dow avançou 0,49%, a 41.198,80, sustentado pela procura de investidores por "small caps", como são chamadas as ações de menor liquidez.

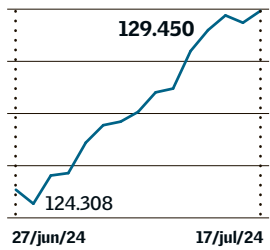
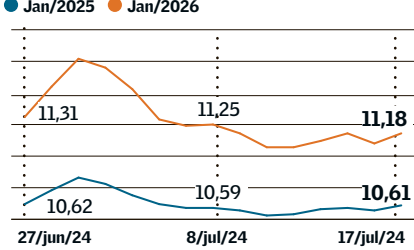
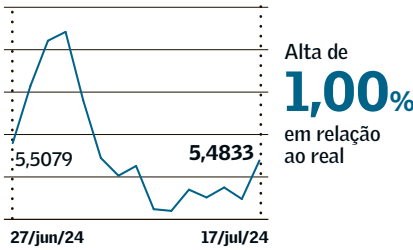
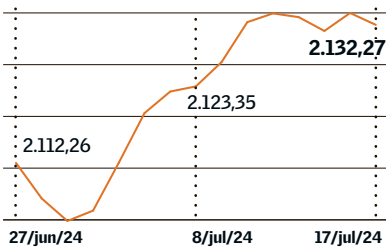
> **2,77%**
> **foi a queda do índice Nasdaq ontem após dúvidas sobre techs**

No fim do dia, a Nvidia afundou 6,62%, a Meta caiu 5,68% e a Tesla recuou 3,14%. Com exceção da Microsoft, que caiu 1,3%, todas as demais big techs perderam entre 2% e 3%. A empresa holandesa ASML fechou em queda de 12,74%, a Qualcomm caiu 9% e a Broadcom perdeu 7,91%. Os setores de tecnologia da informação e de serviços de comunicação foram os mais afetados, com perdas respectivas de 3,72% e 2,09%.

A ASML, que fornece máquinas para fabricação de semicondutores para produtores de chips, divulgou resultados acima do esperado, e mesmo assim teve uma das maiores quedas do dia porque as projeções para este trimestre decepcionaram. "Havia uma configuração antes e agora temos más notícias, com a ASML dando uma orientação mais baixa para o terceiro trimestre, potenciais tarifas e restrições, além de apostas de que Trump no governo pode apoiar o crescimento, o que será benéfico para as small caps" disse Lorenzo Di Mattia, gestor do fundo de hedge Sibilla Global Fund.

O pregão de ontem repetiu um movimento que tem se consolidado nos últimos dias: a rotação do investidor, que deixa as badaladas "megacaps" para comprar ações de small caps, empresas que teoricamente teriam mais oportunidades de ganhos em um cenário de juros mais baixos. A troca estaria sendo impulsionado pelo sentimento de que o Federal Reserve (Fed) logo começará a cortar os juros depois de três leituras inflacionárias benignas.

A rotação beneficia o Dow Jones, que voltou a registrar novo recorde. As maiores altas do indicador foram UnitedHealth subindo 4,43%, Johnson & Johnson com alta de 3,67% e Cisco e Chevron, ambas com ganhos de 2,22%.

Leia mais na página C2

INÊS 249

Mercados Ações de bancos dão força ao índice referencial da bolsa brasileira, que encostou nos 130 mil pontos; juros futuros sobem

Ibovespa volta a se valorizar e dólar se aproxima de R$ 5,50

Maria Fernanda Salinet, Gabriel Caldeira e Gabriel Roca
De São Paulo

Em um ambiente ainda bastante ruidoso no cenário doméstico e com pressões externas vindas do tombo das ações de tecnologia em Nova York, o câmbio doméstico voltou a ser penalizado na sessão de ontem e, assim, o dólar voltou a se aproximar do nível de R$ 5,50. Também pesou um novo desmonte de operações de "carry trade", que consistem em tomar recursos em países com juros baixos para investir em outros com rendimentos mais elevados. A rodada de depreciação do real afetou o mercado de juros, onde as taxas futuras voltaram a subir, mas nem mesmo isso impediu o Ibovespa de retomar a jornada de valorização e de ficar novamente próximo à marca dos 130 mil pontos.

O índice referencial da bolsa brasileira encerrou o pregão em alta de 0,26%, aos 129.450 pontos, em um movimento bastante apoiado por papéis de bancos. As ações preferenciais do Itaú Unibanco subiram 1,09%; as do Bradesco tiveram alta de 1,19%; enquanto as units do BTG Pactual ganharam 1,34% na sessão. Assim, após ter interrompido, na terça-feira, a sequência de 11 pregões consecutivos de valorização, o Ibovespa conseguiu retomar o movimento de alta na sessão de ontem.

Na avaliação de Gabriel Mollo, analista de investimentos do Banco Daycoval, a bolsa brasileira ainda tem um horizonte positivo pela frente. Para ele, desde que os ruídos em torno da política fiscal doméstica sejam amenizados, o provável início dos cortes de juros na economia americana em setembro servirá como catalisador para a bolsa brasileira. "Talvez o mercado possa realizar os lucros no fim desta semana, mas parece que o cenário positivo vai ser esse, com os dados de hoje [ontem] que reforçaram a perspectiva de corte nos juros em setembro", diz.

O Livro Bege divulgado na tarde de ontem mostrou que há um maior equilíbrio entre inflação e mercado de trabalho. Além disso, declarações dos dirigentes do Federal Reserve (Fed) de que os dados recentes indicam um pouso suave na economia americana também reforçam a tese de cortes em setembro. Caso isso se concretize, o analista afirma que "o mercado deve ter uma nova onda de altas buscando os 135 mil pontos e, talvez, os 150 mil pontos".

A consolidação do cenário de redução nas taxas de juros americanas a partir de setembro, porém, não foi suficiente para impedir uma nova valorização do dólar no mercado doméstico. As incertezas em torno da política cambial do Japão voltaram a penalizar o "carry-trade", o que pesou contra o real. Além disso, os ruídos fiscais seguem no radar dos agentes do mercado antes da apresentação do relatório bimestral de receitas e despesas, na próxima segunda.

O dólar à vista fechou em alta de 1,00%, a R$ 5,4833. O movimento teve impacto no mercado de juros, onde as taxas voltaram a subir. A do DI para janeiro de 2026 passou de 11,10% para 11,205%; e a do DI para janeiro de 2029 subiu de 11,725% para 11,775%.

Para o chefe da mesa de operações da StoneX Banco de Câmbio, Marcio Riauba, o real já iniciou a sessão pressionado pelas declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em entrevista à TV Record veiculada anteontem, quando o mandatário afirmou que ainda precisava ser convencido de que será necessário um corte de gastos. O humor piorou com o avanço maior que o esperado do núcleo da inflação da zona do euro e do Reino Unido, além de relatos de que o governo dos EUA planeja endurecer restrições ao comércio de alta tecnologia com a China.

Na visão de Riauba, as moedas de países latino-americanos também sofreram com o forte avanço do iene ante o dólar, de mais de 1%. Como ocorreu na semana passada, a valorização da divisa japonesa provocou o desmonte de operações de "carry-trade" que beneficiam, em especial, o real e o peso mexicano, avaliou o executivo.

De qualquer forma, embora a pressão externa tenha conduzido boa parte do movimento do câmbio na sessão, o real ainda teve um desempenho pior que a maioria de suas moedas pares devido à incerteza com a política fiscal.

"Neste momento, as preocupações fiscais se tornaram mais um cenário base, sugerindo que poderá haver mais valorização [do real] com notícias positivas, caso elas se concretizem", dizem os estrategistas do banco espanhol BBVA.

129.450
foi o nível de fechamento do Ibovespa ontem

Falas de dirigentes do Fed consolidam visão de 1º corte de juros em setembro

Eduardo Magossi
De São Paulo

O tom mais suave ("dovish", no jargão do mercado) dos dirigentes do Federal Reserve (Fed) que participaram de eventos ontem deixou os rendimentos dos Treasuries voláteis e consolidou a opinião dos investidores de que o banco central americano deve iniciar seu ciclo de cortes de juros em setembro.

Entre os dirigentes que falaram ontem, o diretor Christopher Waller disse que está chegando a hora do início do afrouxamento monetário, mas acrescentou que ainda precisa de mais evidências de que a inflação caminha para a meta de 2% de forma sustentável.

"Os dados recentes são consistentes com um pouso suave [da economia]. O momento exato do corte não importa muito. Terminamos nosso trabalho com os juros elevados", disse, reiterando que se mantém dependente de dados, principalmente os referentes ao mercado de trabalho, que tem se mostrado uma preocupação adicional das autoridades. Waller disse que o mercado de trabalho está em um lugar confortável e que o Fed tem que se esforçar para mantê-lo lá.

Já o presidente do Fed de Nova York, John Williams, afirmou que a inflação está caindo de forma generalizada e que mais dados são necessários para iniciar os cortes. Williams praticamente descartou um corte na reunião de julho — o que o mercado já não esperava —, mas deixou os rendimentos de curto prazo um pouco mais sustentados.

Para Jan Hatzius, economista do Goldman Sachs, os dois comentários vistos juntos reforçam a visão de que o Fed vai entregar o primeiro corte em setembro.

AL DRAGO/BLOOMBERG

"Momento exato do corte não importa muito. Terminamos nosso trabalho com os juros elevados" *Christopher Waller*

Esta é a projeção do mercado, com 93% das apostas dos investidores. Um segundo corte em novembro é considerado por 58,2% do mercado, enquanto o terceiro corte em dezembro é visto por 54% dos operadores.

Apesar dos comentários mais dovish das autoridades do Fed, os rendimentos dos Treasuries registraram volatilidade na sessão e terminaram o dia no azul. A taxa da T-note de dois anos subiu a 4,446%, de 4,426% no fechamento anterior, e a da T-note de dez anos recuou para 4,162%, de 4,163%. Já o "yield" do título de 30 anos avançou a 4,379%, de 4,375% anteriormente. O índice DXY, que mede a relação do dólar com uma cesta de seis moedas fortes, recuou 0,50%, a 103,75 pontos, seu menor nível desde março.

O economista-chefe da Reag Investimentos, Marcelo Fonseca, afirma que o comportamento mais positivo dos rendimentos dos Treasuries de curto prazo mesmo com o Fed mais dovish deve-se ao fato de que o mercado já precificou mais cortes de juros este ano, e a partir de setembro. "A menos que sejamos muito surpreendidos pelos dados, há pouco espaço para redução adicional dos juros curtos", disse ele.

O Fed também divulgou ontem o Livro Bege da reunião de junho do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc), com comentários mais aprofundados sobre as discussões de economia ocorridas naquele encontro. No livro, as autoridades chegam à conclusão de que a economia americana está em um maior equilíbrio, com desaceleração de crescimento salarial e de atividade, em meio a um mercado de trabalho ainda aquecido, mas que está esfriando. Os participantes notaram que, em algumas regiões, começa a ocorrer uma maior disponibilidade de trabalhadores, o que aumenta a competição e reduz a necessidade de oferecer salários maiores.

'Trump trade' pode ter mais impacto nos negócios fora dos EUA

Análise

Katie Martin
Financial Times

Nos mercados financeiros, está em pleno vigor o chamado "Trump trade", levar em conta nas operações de compra e venda o que se espera de um governo Trump. O que se espera desse "fator Trump", porém, está um pouco sem rumo e bem confuso.

Há meses, a chance de que Donald Trump consiga voltar à Casa Branca tem sido um possível grande choque de mercado sobre o qual ninguém quer falar. Quando perguntados a respeito, investidores profissionais, em geral, balbuciam algo vago sobre impostos e gastos.

"Bem, os programas fiscais são mais ou menos os mesmos que os de Joe Biden, então não vemos muito impacto de um modo ou de outro e, você sabe, historicamente as eleições não importam tanto assim". Esse é o roteiro.

Isso sempre foi estranho. Por um lado, especialistas em política estão convencidos de que esta será a eleição de nosso tempo mais binária e com mais consequências e, por outro, os investidores dizem que não importa realmente quem vencerá.

Sem dúvida, nenhum dos candidatos tem feito muito alarde na defesa da redução dos déficits. Ainda assim, agora está ficando mais difícil manter a postura dos investidores de ficar em cima do muro (explicada em parte, suspeito eu, por uma relutância em irritar o vingativo candidato republicano caso ele, de fato, vença), uma vez que a plataforma de política econômica de Trump vai se tornando mais clara e que corretores e investidores viram a terrível tentativa de assassinato como um impulso para as chances de sucesso eleitoral dele.

O maior ponto de consenso entre os investidores é que o Donald Trump 2.0 é inflacionário. Um grande aumento nas tarifas de importação, uma série de cortes nos impostos para pessoas físicas ricas e pessoas jurídicas, a desregulamentação e uma repressão rigorosa à imigração são, sem dúvida, uma receita clara para a valorização das ações, mas também para uma inflação mais alta, o que é ruim para os preços dos títulos de dívida.

O mercado de ações está se atendo a esse roteiro. Continuam em alta, apesar de todas as preocupações habituais quanto ao alto valor relativo das cotações. O impacto da questão da inflação, porém, é muito mais intrincado.

Pegue, por exemplo, as variações dos mercados na segunda-feira — o primeiro dia de negócios após a tentativa de assassinato. De início, o preço dos títulos de longo prazo caiu, mas a queda não se manteve. Ao contrário, na verdade. Os rendimentos dos títulos de dez e de dois anos estão caindo para seu ponto mais baixo desde março, à medida que os preços dos papéis sobem, assim como a demanda por eles.

Isso toca no cerne das muitas contradições de uma possível segunda presidência de Trump que tornam tão difícil para os investidores saberem como lidar com isso. A ameaça inflacionária é real, mas entra em conflito com dados mostrando que, por enquanto, há desaceleração na alta dos preços, e entra em conflito com a postura populista, que Trump encarnou por completo com sua escolha de J. D. Vance como companheiro de chapa.

Para a Ucrânia, essa opção vice-presidencial "Estados Unidos em primeiro lugar" é um sinal amargo. Dadas as declarações anteriores de Vance sobre o conflito, a escolha sinaliza que o apoio à defesa do país se esfacelará, e rápido. Também indica uma longa retórica agressiva contra a China, que Vance descreveu em entrevista na segunda como a maior ameaça mundial aos EUA. Não é grande surpresa, portanto, que os investidores procurem segurança na forma de títulos do governo dos Estados Unidos — o ativo preferido em tempos de estresse geopolítico. Da mesma forma, Vance já declarou predileção por um dólar fraco, embora uma nova onda inflacionária, se as condições econômicas se mantiverem, teria impacto positivo no dólar.

Então, xeque-mate. O "Trump trade" torna-se, nas palavras de uma recente nota do Rabobank, um "Chump trade", uma operação "ingênua", que engana constantemente qualquer um em busca de uma narrativa limpa e clara.

Há dois pontos, no entanto, que estão claros. Primeiro, o impacto de uma segunda presidência de Trump — que, devemos lembrar, ainda não é uma certeza — deverá ser mais forte nos mercados financeiros fora dos EUA. Para muitos investidores internacionais, a China já é inviável para investir, mas, se um Trump e um Vance bem-sucedidos se ativerem à linha deles, isso poderá continuar assim por anos. E a preferência mundial por ações dos EUA em detrimento às da Europa provavelmente se estenderá, em especial se Trump retirar o apoio tanto à Ucrânia quanto à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental).

Segundo, os investidores precisam considerar como reagiriam se Trump cruzasse a mais vermelha das linhas vermelhas do mercado e interferisse na independência do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA). "Se ele tocar nisso, teremos incerteza e um tumulto nos mercados", disse Michael Strobaek, diretor de investimentos do Lombard Odier.

A credibilidade institucional é difícil de quantificar e de levar em conta nas cotações. Ela é, nas palavras de Salman Ahmed, chefe global de macroeconomia da Fidelity International, "um estado de espírito". No entanto, uma vez que ela se evapora, "os vigilantes dos títulos [sempre atentos para vendê-los] despertam".

Quantos décimos de ponto percentual de rendimento dos bônus valeria um Federal Reserve em versão "Maga" [acrônimo em inglês de um dos lemas de Trump, "Tornar os EUA Grandes de Novo"]? Como isso se contrabalançaria diante de uma provável busca por segurança entre gestores de fundos tensos? A longo prazo, são dúvidas cujas consequências seriam ainda maiores do que a de saber até que patamar as ações dos EUA podem subir se Trump cortasse os impostos das empresas.

É alarmante saber que os investidores sabem que não sabem as respostas. Ainda pior, eles sabem que há apenas uma maneira de descobrir. Ficar em cima do muro até lá pode, de fato, ser a melhor estratégia.

"Se Trump mexer na independência do Fed teremos incerteza e um tumulto nos mercados" *Michael Strobaek*

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 17/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.994,5892870	0,01	0,65	5,19
IRF-M	1+**	20.333,1173050	-0,14	1,74	1,96
IRF-M	Total	18.462,5800600	-0,09	1,37	2,90
IMA-B	5***	9.355,6093490	-0,03	0,87	4,22
IMA-B	5+****	11.391,8449600	-0,01	3,37	-1,84
IMA-B	Total	10.008,1848160	-0,02	2,14	1,02
IMA-S	Total	6.766,2902140	0,04	0,53	5,88
IMA-Geral	Total	8.237,6206060	-0,01	1,17	3,62

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	03/07	02/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	30,07	29,20	32,07	29,38	27,71	31,18
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,31	24,91	26,42	24,27	23,32	24,71
Conta garantida pré - a.a.	39,77	40,14	42,81	47,85	44,62	52,07
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,70	21,70	21,70	21,65	21,58	27,15
Vendor pré - a.a.	16,26	16,21	16,20	16,40	15,04	19,40
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,30	18,48	18,94	18,22	16,75	20,86
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,06	17,63	17,92	17,78	16,50	17,97
Conta garantida pós - a.a.	24,78	24,87	25,06	24,76	24,34	26,66
ACC pós - a.a.	8,33	8,56	8,51	8,34	8,48	8,26
Factoring - a.m.	3,26	3,26	3,27	3,27	3,32	3,54

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	17/07/24	16/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3500	5,3400	5,3300	5,3300	5,0600
1 mês	-	5,3421	5,3367	5,3364	5,3330	5,0679
3 meses	-	5,3566	5,3546	5,3533	5,3526	5,0429
6 meses	-	5,3881	5,3872	5,3873	5,3886	4,8567
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6620	3,6839	3,6560	3,6620	3,4000
1 mês	-	3,6676	3,6839	3,7869	3,8738	3,3644
3 meses	-	3,8334	3,8499	3,8829	3,9133	3,1695
6 meses	-	3,8984	3,9065	3,9227	3,9377	2,8109
1 ano	-	3,8976	3,8951	3,8863	3,8735	1,7768
Euribor ***						
1 mês	-	3,583	3,598	3,632	3,602	3,457
3 meses	-	3,674	3,704	3,711	3,711	3,685
6 meses	-	3,634	3,683	3,682	3,711	3,962
1 ano	-	3,506	3,602	3,578	3,628	4,150
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,34	5,36	5,33	5,37	5,34	5,31
T-Bill (3 meses)	5,34	5,34	5,37	5,36	5,37	5,41
T-Bill (6 meses)	5,19	5,18	5,29	5,32	5,34	5,48
T-Note (2 anos)	4,45	4,42	4,62	4,75	4,77	4,75
T-Note (5 anos)	4,08	4,07	4,24	4,38	4,30	4,02
T-Note (10 anos)	4,16	4,16	4,29	4,40	4,28	3,81
T-Bond (30 anos)	4,38	4,37	4,48	4,56	4,41	3,93

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	jul/24*	jun/24	mai/24 (Mês)	abr/24	mar/24	fev/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,51	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,75	11,68
CDI	0,51	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,75	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	1,37	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	2,90	7,89
IMA-B	2,14	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	1,02	3,07
IMA-S	0,53	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	5,88	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	4,47	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-3,53	4,93
Índice Small Cap	6,80	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-9,07	-11,96
IBrX 50	4,21	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-2,17	7,39
ISE	6,12	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,64	-5,90
IMOB	8,37	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-9,88	-8,32
IDIV	4,84	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	1,27	12,09
IFIX	1,22	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	2,32	6,09
Dólar Ptax (BC)	-1,65	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	12,92	15,35
Dólar Comercial (mercado)	-1,88	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	13,00	16,69
Euro (BC) (4)	0,38	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	11,70	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	0,20	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	11,68	14,54
Ouro (BC)	4,03	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	34,65	39,96
Inflação								
IPCA	-	0,21	0,46	0,38	0,16	0,83	2,48	4,23
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 17/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 12/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentab. nominal % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Captação líquida R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.566.863,95					2.187,76	53.848,80	248.251,34	221.439,24
RF Indexados (2)	146.999,95	0,04	1,11	3,35	8,31	-70,21	-1.539,49	-8.707,42	-12.686,49
RF Duração Baixa Soberano (2)	696.716,78	0,04	0,36	5,19	10,79	-1.424,57	25.250,98	55.468,63	43.330,70
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	863.544,97	0,04	0,42	5,91	12,31	1.822,81	12.466,91	64.047,05	73.255,38
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	182.787,52	0,04	0,05	5,97	12,38	446,12	3.003,60	75.807,94	80.942,31
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.291,83	0,04	0,56	4,82	9,47	-146,68	471,50	-2.749,42	-5.520,51
RF Duração Livre Soberano (2)	218.307,05	0,04	0,57	4,84	10,18	-123,95	4.759,51	-10.946,73	-29.645,98
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	642.990,11	0,06	0,53	5,29	11,04	592,69	867,68	-34.176,06	-54.496,57
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	366.748,54	0,04	0,74	5,26	11,69	415,18	2.877,28	80.752,60	129.091,79
Ações	629.512,73					90,78	-2.519,65	-2.263,27	38.288,11
Ações Indexados (2)	10.461,76	0,45	4,08	-3,86	9,24	100,38	-44,95	356,95	-736,17
Ações Índice Ativo (2)	31.908,05	0,37	4,61	-4,23	7,10	-10,14	-762,89	-4.504,67	-4.379,75
Ações Livre	229.737,05	0,27	4,49	-1,07	9,26	-10,08	-1.350,88	-44,36	-4.872,59
Fechados de Ações	126.206,15	0,19	1,68	-2,61	-1,86	0,11	139,22	-1.839,96	28.586,47
Multimercados	1.706.122,07					-363,60	-7.164,85	-84.130,56	-207.236,33
Multimercados Macro	147.335,73	0,11	1,26	1,94	7,13	-249,76	-3.170,49	-30.637,57	-53.172,66
Multimercados Livre	657.526,94	0,09	0,94	4,69	9,66	211,14	1.619,75	-1.330,64	-55.533,78
Multimercados Juros e Moedas	48.811,22	0,07	0,54	5,10	11,13	-76,33	-1.181,50	-9.072,03	-15.509,09
Multimercados Invest. no Exterior (2)	771.048,63	0,04	0,30	5,21	11,87	-239,33	-4.638,05	-44.155,17	-78.782,89
Cambial	6.128,38	-0,11	-2,45	15,40	19,38	10,14	-338,25	-686,75	-1.372,11
Previdência	1.444.762,84					152,69	1.245,11	19.969,51	41.173,26
ETF	44.636,32					13,23	-51,85	-1.847,14	-3.992,82
Demais Tipos	2.035.839,30					830,24	6.641,22	53.557,89	53.794,10
Total Fundos de Investimentos	**7.398.026,29**					**2.090,99**	**45.019,30**	**179.293,14**	**88.299,35**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.685.297,29**					**661,28**	**22.226,82**	**52.318,70**	**112.114,15**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**9.131.765,45**					**2.752,26**	**67.246,12**	**231.611,84**	**200.413,50**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	17/07/24	16/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,55
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9154
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	14,46
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,1317
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,46	10,45	10,44	10,49	10,45	13,28
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,64	10,60	10,54	10,72	10,66	12,75
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,42	10,41	10,42	10,42	13,48
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,43	10,42	10,44	10,44	13,37
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,47	10,45	10,44	10,49	10,47	13,26
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,52	10,48	10,47	10,55	10,52	13,11
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,63	10,59	10,53	10,72	10,66	12,71
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,96	10,88	10,82	11,18	11,00	11,60

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 17/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.568,97	10,402	51.768	10,402	10,406	10,406
Vencimento em set/24	98.710,37	10,420	36.980	10,418	10,434	10,424
Vencimento em out/24	97.892,68	10,450	89.388	10,436	10,460	10,458
Vencimento em nov/24	97.003,02	10,471	7.617	10,460	10,495	10,490
Vencimento em dez/24	96.256,52	10,534	1.629	10,520	10,555	10,555
Vencimento em jan/25	95.427,64	10,606	380.462	10,575	10,625	10,620
Vencimento em fev/25	94.562,76	10,667	68	10,645	10,680	10,660
Vencimento em mar/25	93.770,93	10,731	3.404	10,730	10,770	10,770
Vencimento em abr/25	93.020,98	10,785	159.382	10,740	10,810	10,805
Vencimento em mai/25	92.237,82	10,831	5.001	10,800	10,850	10,835
Vencimento em jun/25	91.417,05	10,878	1.178	10,845	10,860	10,855

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	5.492,35	0,99	226.865	5.443,00	5.499,00	5.498,00
Vencimento em set/24	5.509,86	0,99	2.735	5.503,50	5.524,00	5.524,00
Vencimento em out/24	5.526,11	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.544,82	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.560,17	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	6.010,14	1,36	10	6.015,00	6.015,00	6.015,00
Vencimento em set/24	6.038,33	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.064,97	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	130.338	0,13	79.575	129.680	130.590	130.350
Vencimento em out/24	132.444	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	134.544	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 17/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4664	5,4670	0,73	-1,65	12,92	13,18
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4827	5,4833	1,00	-1,88	13,00	14,08
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5130	5,6930	0,98	-1,76	12,79	13,88
Euro (BC) - (R$/€)	5,9759	5,9776	1,16	0,38	11,70	10,12
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,9960	5,9966	1,33	0,20	11,68	10,98
Euro Turismo (R$/€)	6,0603	6,2403	1,30	0,36	11,29	10,68
Euro (BC) - (US$/€)	1,0932	1,0934	0,43	2,07	-1,09	-2,71
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	432,8108	432,8583	0,73	4,03	34,65	42,58
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.458,49	-0,40	5,76	19,04	25,73
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.470,35	1,27	6,13	19,78	26,36

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	17/07/24	16/07/24	No fim de jun/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	167.153,80	165.524,51	158.096,12	173.997,89	0,98	5,73	-3,93
Valor-Coppead Mínima Variância	100.629,39	100.390,55	95.968,24	93.533,91	0,24	4,86	7,59

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 17/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 17/07/24

Índice	17/07/24	16/07/24	Em 28/06/24	Em 29/12/23	Em 17/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	186,30	190,53	183,93	165,54	158,08	-2,22	1,29	12,54	17,85
S&P BNY Emergentes	357,23	372,49	353,54	312,75	308,24	-4,10	1,04	14,22	15,89
S&P BNY América Latina	197,56	199,96	189,48	225,28	206,48	-1,20	4,26	-12,31	-4,32
S&P BNY Brasil	194,92	196,37	186,15	232,95	205,78	-0,74	4,71	-16,33	-5,27
S&P BNY México	309,82	315,75	294,86	331,67	327,53	-1,88	5,07	-6,59	-5,40
S&P BNY Argentina	218,70	226,62	230,09	178,27	159,69	-3,50	-4,95	22,68	36,95
S&P BNY Chile	144,08	147,37	137,44	162,12	184,28	-2,23	4,83	-11,12	-21,81
S&P BNY Índia	3.051,97	3.077,33	3.032,46	2.923,01	2.934,08	-0,82	0,64	4,41	4,02
S&P BNY Ásia	221,95	229,30	219,12	189,60	183,88	-3,21	1,29	17,06	20,70
S&P BNY China	310,85	317,19	302,10	336,11	346,50	-2,00	2,89	-7,52	-10,29
S&P BNY África do Sul	222,59	225,53	200,45	199,87	227,96	-1,30	11,05	11,37	-2,35
S&P BNY Turquia	38,13	38,54	34,29	22,45	19,28	-1,05	11,19	69,82	97,73

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
01/07 a 31/07	0,0703	0,5743	0,5743	0,8035
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744	0,5744	0,8407
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707	0,5707	0,8042
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672	0,5672	0,7703
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671	0,5671	0,7695
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709	0,5709	0,8063
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8448
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752	0,5752	0,8462
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8083
12/07 a 12/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7714
13/07 a 13/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
14/07 a 14/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
16/07 a 16/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8453

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 17/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	129.450	0,26	4,47	-3,53	9,50
IBrX	54.732	0,29	4,47	-3,04	10,17
IBrX 50	21.735	0,32	4,21	-2,17	11,57
IEE	92.459	0,08	4,72	-2,63	3,32
SMLL	2.140	0,19	6,80	-9,07	-4,78
ISE	3.589	0,29	6,12	-4,64	2,00
IMOB	911	0,09	8,37	-9,88	-2,16
IDIV	9.189	0,79	4,84	1,27	17,21
IFIX	3.388	0,15	1,22	2,32	6,46
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.678	-0,46	6,23	-14,57	-3,25
IBrX	10.011	-0,44	6,23	-14,14	-2,66
IBrX 50	3.976	-0,41	5,96	-13,37	-1,42
IEE	16.912	-0,65	6,48	-13,77	-8,71
SMLL	391	-0,54	8,59	-19,47	-15,87
ISE	656	-0,44	7,91	-15,55	-9,89
IMOB	167	-0,63	10,19	-20,19	-13,56
IDIV	1.681	0,06	6,60	-10,32	3,56
IFIX	620	-0,57	2,92	-9,39	-5,94

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 17/07/24	Spread 16/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	407	404	3,0	4,0	62,0
África do Sul	329	323	6,0	2,0	3,0
Argentina	1.594	1.584	10,0	139,0	-313,0
Brasil	230	226	4,0	-1,0	35,0
Colômbia	312	305	7,0	6,0	47,0
Filipinas	81	78	3,0	13,0	23,0
México	186	181	5,0	0,0	19,0
Peru	109	106	3,0	7,0	7,0
Turquia	246	252	-6,0	-7,0	-30,0
Venezuela	17.527	17.388	139,0	-1.042,0	-6.565,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	05/07/24	359.527
dez/23	355.034	08/07/24	359.546
jan/24	353.563	09/07/24	359.262
fev/24	352.705	10/07/24	359.695
mar/24	355.008	11/07/24	361.230
abr/24	351.599	12/07/24	361.413
mai/24	355.560	15/07/24	361.731
jun/24	357.827	16/07/24	361.913

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	17/07/24	16/07/24	15/07/24	12/07/24	11/07/24	10/07/24
Índice	2.132,27	2.133,99	2.131,39	2.133,39	2.133,93	2.132,66
Var. no dia	-0,08%	0,12%	-0,09%	-0,03%	0,06%	0,27%
Var. no mês	1,19%	1,28%	1,15%	1,25%	1,27%	1,21%
Var. no ano	3,25%	3,33%	3,21%	3,30%	3,33%	3,27%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 17/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	35,8900	35,9500	0,15210	0,15230
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4664	5,4670
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4147	36,5060	0,1497000	0,1501000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7798	0,7969
Colon (Costa Rica)	518,0000	523,0000	0,010450	0,010550
Coroa (Dinamarca)	6,8235	6,8239	0,8011	0,8012
Coroa (Islândia)	136,6000	136,9300	0,03992	0,04002
Coroa (Noruega)	10,7223	10,7270	0,5096	0,5099
Coroa (Rep. Tcheca)	23,1050	23,1150	0,2365	0,2366
Coroa (Suécia)	10,5444	10,5458	0,5183	0,5185
Dinar (Argélia)	133,8252	135,0433	0,04048	0,04085
Dinar (Kuwait)	0,3054	0,3056	17,8874	17,9011
Dinar (Líbia)	4,8195	4,8418	1,1290	1,1344
Direitos Especiais de Saque ***	1,3291	1,3291	7,2654	7,2662
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6728	3,6731	1,4882	1,4885
Dirham (Marrocos)	9,8340	9,8390	0,5556	0,5559
Dólar (Austrália)***	0,6726	0,6728	3,6767	3,6782
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4664	5,4670
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6886	2,7360
Dólar (Canadá)	1,3683	1,3687	3,9939	3,9955
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5466	6,6267
Dólar (Cingapura)	1,3409	1,3417	4,0742	4,0771
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4664	5,4670
Dólar (Hong Kong)	7,8067	7,8068	0,7002	0,7003
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6069	0,6073	3,3176	3,3201
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7122	6,8260	0,8008	0,8145
Euro (Comunidade Européia)***	1,0932	1,0934	5,9759	5,9776
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0035	3,0636
Franco (Suíça)	0,8845	0,8846	6,1795	6,1809
Guarani (Paraguai)	7547,2500	7549,1800	0,0007241	0,0007244
Hryvnia (Ucrânia)	41,4500	41,5500	0,1316	0,1319
Iene (Japão)	156,5500	156,5800	0,03491	0,03492
Lev (Bulgária)	1,7888	1,7897	3,0544	3,0562
Libra (Egito)	48,1500	48,2500	0,1133	0,1135
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3003	1,3007	7,1080	7,1109
Naira (Nigéria)	1555,0000	1635,0000	0,00334	0,00352
Lira (Turquia)	33,0940	33,1009	0,1651	0,1652
Novo Dólar (Taiwan)	32,5640	32,5940	0,16770	0,16790
Novo Sol (Peru)	3,7182	3,7202	1,4694	1,4703
Peso (Argentina)	922,5000	923,0000	0,00592	0,00593
Peso (Chile)	923,5700	924,0300	0,005916	0,005919
Peso (Colômbia)	4003,3500	4005,9500	0,001365	0,001366
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2278	0,2278
Peso (Filipinas)	58,2590	58,2790	0,09380	0,09384
Peso (México)	17,7460	17,7565	0,3079	0,3081
Peso (Rep. Dominicana)	58,9700	59,4700	0,09192	0,09271
Peso (Uruguai)	40,1400	40,1700	0,13610	0,13620
Rande (África do Sul)	18,2423	18,2522	0,2995	0,2997
Rial (Arábia Saudita)	3,7507	3,7509	1,4574	1,4576
Rial (Irã)	42000,0000	42105,0000	0,0001298	0,0001302
Ringgit (Malásia)	4,6600	4,6670	1,1713	1,1732
Rublo (Rússia)	88,5955	88,6045	0,06169	0,06171
Rúpia (Índia)	83,5490	83,6040	0,06538	0,06543
Rúpia (Indonésia)	16095,0000	16105,0000	0,0003394	0,0003397
Rúpia (Paquistão)	278,2500	278,9000	0,01960	0,01965
Shekel (Israel)	3,6329	3,6421	1,5009	1,5049
Won (Coréia do Sul)	1380,8100	1381,3400	0,003957	0,003959
Yuan Renminbi (China)	7,2607	7,2620	0,7527	0,7530
Zloty (Polônia)	3,9287	3,9329	1,3899	1,3916

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2462,69	0,01263	432,8108	432,8583

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	17/07/24	16/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	41.198,08	40.954,48	0,59	5,32	9,31	19,12	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.799,14	20.398,62	-2,94	0,59	17,67	26,00	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.996,93	18.509,34	-2,77	1,49	19,89	26,34	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.588,27	5.667,20	-1,39	2,34	17,16	23,56	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.851,17	22.995,39	-0,63	4,46	9,03	12,97	18.737,39	22.995,39
México	Cidade do México	IPC	53.744,78	54.368,00	-1,15	2,49	-6,35	0,23	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.366,24	1.373,74	-0,55	-1,06	14,31	17,77	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	86.848,63	88.761,46	-2,16	10,36	50,17	134,42	34.894,95	90.723,50
Chile	Santiago	IPSA	6.568,77	Feriado	0,04	2,41	5,99	6,00	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.825,90	29.864,35	-0,13	-0,23	14,89	29,88	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.524.496,22	1.526.268,10	-0,12	-5,39	63,98	233,70	441.515,67	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.493,35	1.511,04	-1,17	0,61	7,01	8,99	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.437,30	18.518,03	-0,44	1,11	10,06	14,74	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.570,81	7.580,03	-0,12	1,22	0,37	3,83	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.379,64	34.369,19	0,03	3,70	13,27	20,17	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.017,59	4.006,47	0,28	3,35	8,36	9,02	3.290,68	4.040,06
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.711,01	2.826,76	-4,09	-6,12	18,72	34,51	1.970,75	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.105,20	11.090,50	0,13	1,48	9,93	17,66	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.446,92	1.449,40	-0,17	3,04	11,89	10,98	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	916,54	933,47	-1,81	-0,79	16,49	18,50	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.539,74	72.294,66	0,34	0,62	19,66	39,58	51.971,31	72.730,44
Polônia	Varsóvia	WIG	85.141,13	85.965,15	-0,96	-3,92	8,52	20,46	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.765,92	6.775,93	-0,15	4,41	5,78	12,45	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.054,01	1.050,83	0,30	-9,05	-2,72	4,38	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.597,56	2.613,58	-0,61	1,09	8,31	15,80	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.333,93	12.260,93	0,60	2,84	10,74	12,37	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	11.134,08	11.139,34	-0,05	4,57	49,05	68,69	6.365,00	11.139,34
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.053,63	2.064,80	-0,54	5,45	9,48	11,84	1.608,42	2.064,80
África do Sul	Joanesburgo	All Share	80.452,56	81.124,06	-0,83	0,94	4,63	4,14	69.451,97	82.154,06
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	41.097,69	41.275,08	-0,43	3,83	22,81	26,88	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.303,50	8.243,30	0,73	3,62	6,05	10,54	6.960,20	8.303,50
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.599,29	1.611,80	-0,78	-1,16	-12,98	-21,90	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.962,85	2.976,30	-0,45	-0,15	-0,41	-7,69	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.843,29	2.866,09	-0,80	1,63	7,08	8,56	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.739,41	17.727,98	0,06	0,12	4,06	-8,62	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	Feriado	80.716,55	-	2,13	11,73	21,21	63.148,15	80.716,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.224,22	7.224,29	0,00	2,27	-0,67	5,20	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.319,79	1.321,31	-0,12	1,45	-6,78	-13,67	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	23.769,82	23.997,25	-0,95	3,20	32,56	37,13	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Supervisão Proposta de ampliar escopo de atuação de BC e CVM é bem recebida por especialistas

Super-regulador é 'padrão ouro', diz Fraga

Liane Thedim e Guilherme Pimenta
Do Rio e de Brasília

O projeto em discussão no Ministério da Fazenda que introduz no Brasil o chamado modelo "twin peaks" seria uma "evolução muito positiva e reconhecida como padrão ouro de arquitetura" do sistema regulatório e de fiscalização, na avaliação de Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central (BC). Pelo projeto, BC e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) se tornariam "superórgãos" reguladores, responsáveis por monitoramento, regulação e supervisão dos mercado financeiro, de capitais, além de seguros e previdência.

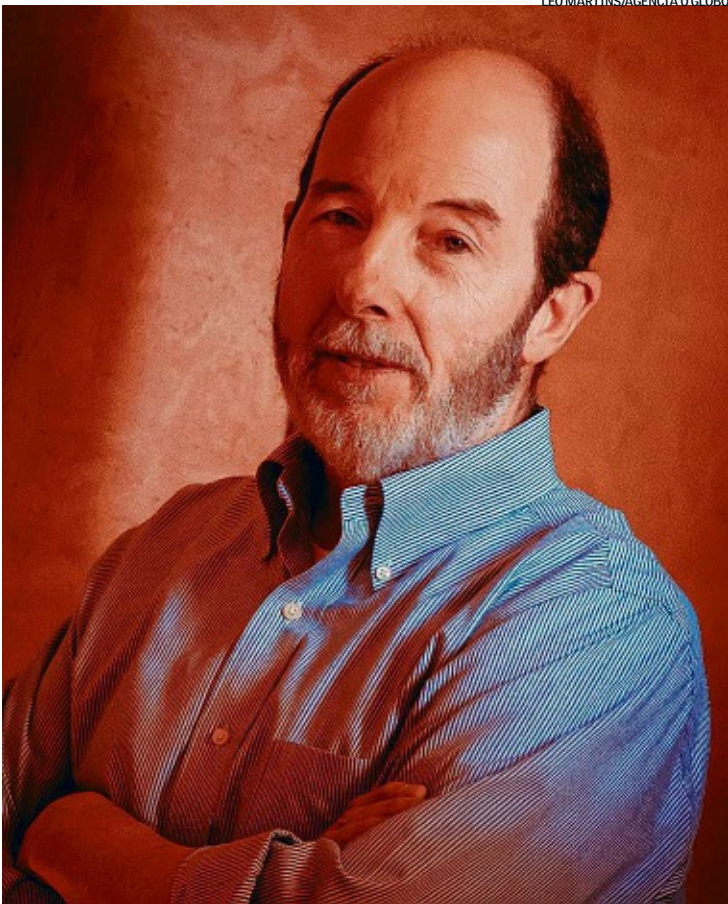
"A mudança faz todo o sentido num mundo onde tem tanta inovação, onde existem instituições financeiras em vários formatos, desde grandes conglomerados até fundos, e também levando em conta os grandes temas, a saúde sistêmica de um lado e, do outro, a proteção dos investidores e da integridade do mercado", diz Fraga. "A mim, parece ser excelente. Tem vantagem de trazer foco aos dois espaços regulatórios e fiscalizatórios." O ex-presidente do BC recorda que, durante sua gestão à frente da autoridade monetária, no governo Fernando Henrique, o assunto chegou a ser discutido e algumas medidas de transferência de funções para CVM e Susep até foram adotadas.

O modelo em discussão na Fazenda não mudaria a autonomia operacional do BC, já estabelecida em lei, e se espelha no formato do Reino Unido. Atualmente, no Brasil, BC, CVM e Superintendência de Seguros Privados (Susep) atuam em regulação e supervisão prudencial do mercado financeiro, de capitais e de seguros, e na supervisão de condutas e da proteção dos consumidores nesses mercados, o que, para especialistas, cria sobreposições de funções e impede uma atuação mais firme dos órgãos na supervisão sistêmica e no monitoramento de condutas irregulares.

Para tornar a divisão mais clara, a Fazenda estuda incorporar a Susep ao Banco Central. Em um segundo momento, a CVM ganharia atribuições que hoje são do BC, e a autoridade monetária, funções atualmente de competência da CVM. O Banco Central passaria a concentrar as atividades de regulação e supervisão prudencial do mercado financeiro e de capitais, bem como o comando da política monetária. E a CVM ficaria com regulação e supervisão de condutas dos dois mercados, incluindo o bancário. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) também pode entrar nesse redesenho.

A proposta, que seria implementada por meio de lei complementar, prevê que o BC passaria a dispor de autonomia financeira. Fraga afirma, porém, que é preciso discutir a questão com cuidado. Para ele, o ideal seria o orçamento de BC e CVM permanecerem dentro do federal, repensado numa reforma maior. Na ausência dessa discussão mais ampla, afirma, já seria um bom começo o debate de autonomia financeira em andamento. "A CVM vem sofrendo de fome extrema há muito tempo."

"A evidência empírica é recente e não muito ampla, mas é possível imaginar que seria um avanço"
Marcelo Barbosa

LEO MARTINS/AGÊNCIA O GLOBO

Fraga: vantagem por trazer foco aos espaços regulatórios e fiscalizatórios

Fraga, no entanto, prefere não propor um modelo porque, afirma, "não há uma solução mágica" e frisa que é preciso adotar regras de governança com mecanismos de controle sobre as decisões. "O BC não só tem preocupação de zelar pela saúde do sistema. Ele próprio precisa ter saúde econômico-financeira. Nesse mundo cada vez mais complexo, não é barato fazer supervisão do sistema de maneira adequada."

A possibilidade de o valor arrecadado com taxas e multas ficar nos próprios órgãos, em vez de ir para o Tesouro, como é hoje, também é vista por reservas por Fraga. Hoje, a CVM arrecada cerca de R$ 1 bilhão por ano somente com a cobrança de taxas dos regulados, mas seu orçamento discricionário está limitado a R$ 30 milhões. "Existem prós e contras. Essa solução traz risco de o governo pressionar agências por resultados para arrecadar. Há que se pensar em uma forma mais estruturada."

O ex-presidente do BC ressalta que o país sofre com falta de recursos para políticas públicas. "Não é trivial porque estamos falando de uma solução que tira um item do orçamento de um país carente, em que falta recurso para tudo quanto é lado. Por convicção, acredito que o orçamento do país deve ser um só, mas entendo que pode funcionar bem uma agência sob um outro regime jurídico desde que haja mecanismos de controle."

Marcelo Barbosa, que foi presidente da CVM de agosto de 2017 a julho de 2022, diz que a proposta, em tese, pode resultar em maior eficiência. "A evidência empírica dos casos de reformas semelhantes é recente e não muito ampla, mas é possível imaginar que seria um avanço." Ele faz questão de frisar que é favorável ao projeto, mas ressalta que será preciso mais que uma reorganização institucional com rearranjo de atribuições. Para ele, sem a efetiva autonomia financeira e a solução para a grave carência de pessoal, nenhum arranjo produzirá resultados satisfatórios. "Tanto no Reino Unido quanto na Austrália, que são os casos mais conhecidos de modelos em que o projeto se inspira, os reguladores contam com recursos humanos e financeiros adequados."

Barbosa defende que a questão financeira seja resolvida revertendo a arrecadação com a taxa de fiscalização ao financiamento do regulador. "Esses recursos vão para o Tesouro. O governo dará uma importante demonstração de suporte ao fortalecimento do mercado se corrigir essa disfunção." Segundo ele, resultaria em melhoria de infraestrutura, sistemas, treinamento e capacitação.

Para Hertz Leal, ex-diretor jurídico do SindCVM e servidor da autarquia, há apoio a medidas que modernizem e reorganizem os órgãos reguladores do mercado financeiro e de capitais, como a implementação do modelo "twin peaks". Ele disse entender ser importante "a participação dos servidores públicos, dos seus respectivos sindicatos e da sociedade". "Uma nova organização das autarquias também pode e deve dar suporte necessário para nossa atuação com mais eficiência e efetividade", considerou Leal.

Em sentido semelhante avaliou Fábio Faiad, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central. Para ele, o modelo pode ser positivo "desde que o debate não seja açodado como fizeram com a PEC do BC".

O professor de direito comercial da USP Carlos Portugal, que foi membro do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional ("Conselhinho"), acredita que o sistema não é necessariamente mais eficiente. Para ele, a eventual sobreposição de atribuições do BC e da CVM no Brasil traz uma visão dupla que ajuda a regular novos mercados. "A lógica de 'twin peaks' faz sentido em um ambiente em que as pessoas têm muita desconfiança do regulador. Acho que no Brasil não funcionaria, e esse é o problema de tentar importar um modelo para outro contexto", avalia.

Na avaliação de Flavio Rodrigues Bocater, especialista em previdência complementar fechada e sócio do Bocater Advogados, a possível agregação da Previc preocupa. "Vejo com olhos críticos essa proposta, uma vez que coloca no mesmo ambiente de regulação instituições que têm naturezas diferentes. Os bancos têm uma preocupação ligada à liquidez, o que não acontece com seguros e fundos de pensão". *(Colaborou Victoria Netto)*

SÚMULAS DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT, a Licença de Operação - LO nº 37145 com validade até 01/02/2034, para a LINHA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA TENSÃO 138 kV MANDAGUARI - SARANDI, instalada nos municípios de Mandaguari, Marialva e Sarandi, no Estado do PR.

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT, a Licença de Operação - LO nº 37165 com validade até 12/04/2030, para a LINHA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA TENSÃO 138 kV CHOPINZINHO - PATO BRANCO, instalada nos municípios de Chopinzinho, Bom Sucesso do Sul, Itapejara do Oeste, Coronel Vivida e Pato Branco, no Estado do PR.

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT, a Licença de Operação - LO nº 37164 com validade até 12/04/2030, para o SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA TENSÃO 138 KV PATO BRANCO - BELA VISTA - CLEVELÂNDIA, instalada nos municípios de Pato Branco, Mariópolis e Clevelândia, no Estado do PR.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 008529 com validade até 22/03/2029, para a LINHA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA TENSÃO 138 kV PIRAÍ DO SUL SECCIONAMENTO JAGUARIAÍVA - CASTRO, a ser instalada no município de Piraí do Sul, no Estado do PR.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT, a renovação da Autorização Florestal - AF nº 2041.4.2023.00624 com validade até 12/04/2025, para a LINHA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA TENSÃO 138 kV PIRAÍ DO SUL SECCIONAMENTO JAGUARIAÍVA - CASTRO, a ser instalada no município de Piraí do Sul, no Estado do PR.

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT, a renovação da Autorização Florestal - AF nº 2041.5.2021.33037 com validade até 31/07/2024, para a LINHA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTA TENSÃO 138 kV SABARÁ - VENDRAMI, a ser instalada no município de Ponta Grossa, no Estado do PR.

SUMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

A Copel Distribuição S.A, torna público que irá solicitar ao Instituto Água e Terra IAT, autorização florestal para o corte de araucárias para roçada alimentador Tunas do Paraná, no município de Tunas do Paraná – Paraná.

A Copel Distribuição S.A, torna público que irá solicitar ao Instituto Água e Terra IAT, autorização florestal para o corte de árvores para roçada no alimentador Ponte preta, no município de Terra Rica – Paraná A Copel Distribuição S.A, torna público que irá solicitar ao Instituto Água e Terra IAT, autorização florestal para o corte de árvores para roçada no alimentador Colomy, no município de Maringá – Paraná.

A Copel Distribuição S.A, torna público que irá solicitar ao Instituto Água e Terra IAT, autorização florestal para o corte de árvores para roçada no alimentador Pulinópolis, no município de Mandaguaçu – Paraná.

A Copel Distribuição S.A, torna público que irá solicitar ao Instituto Água e Terra IAT, autorização florestal para o corte de árvores para roçada no alimentador Marechal, no município de Barbosa Ferraz – Paraná.

SIMPLE WAY LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

C.N.P.J.M.F. nº 02.763.931/0001-77 - N.I.R.E. 3530064040-3

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

A Assembleia Geral Ordinária da SIMPLE WAY LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A., instalada com a Acionista representando a totalidade do capital social, independentemente de convocação, conforme faculta o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, presidida pelo Dr. Luis Fabiano Alves Penteado e secretariada pelo Dr. Luciano Soldera, realizou-se, às 18h30 do dia 30 de abril de 2024, na Rua Volkswagen, 291, Jabaquara, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04344-901. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas pela Acionista: **(i)** aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, documentos esses publicados no jornal "Valor Econômico" em 09 de abril de 2024 na página E3 do Caderno Finanças e na integra no endereço eletrônico: https://valor.globo.com/valor-ri/empresa/simple-way-locacoes-e-servicos-sa/, ficando, em consequência, exonerados de responsabilidade os administradores da Companhia e ratificados todos os atos praticados pela administração, no exercício de 2023; **(ii)** tomar conhecimento do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de **R$ 20.897.226,76** (vinte milhões, oitocentos e noventa e sete mil, duzentos e vinte e seis Reais e setenta e seis centavos) e aprovar a destinação para Reserva Legal no valor de **R$ 1.044.861,33** (um milhão, quarenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e um Reais e trinta e três centavos) e ratificar a destinação do excedente para a rubrica Reserva Especial de Lucros no valor de R$ **19.852.365,42** (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e sessenta e cinco Reais e quarenta e dois centavos); **(iii)** eleger o Sr. **LUIS FABIANO ALVES PENTEADO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 23.694.268-2-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 267.985.798-41, com endereço na Rua Volkswagen, 291, 6º andar, Cidade e Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor da Sociedade; **(iv)** reeleger os membros da Diretoria da Sociedade, a saber: Sr. **RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade RG nº M 4.951.830/SSP-MG, inscrito no C.P.F./M.F. sob o nº 045.950.856-30, PRESIDENTE; e, **PIETER GRIEP**, holandês, casado, administrador, portador do RNM nº F666862E, inscrito no CPF/M.F. sob nº 900.958.828-98 DIRETOR, todos com endereço comercial na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Volkswagen, 291, 6º andar, Jabaquara, CEP 04344-901. Os Diretores ora (re)eleitos tomarão posse nesta data e terão prazo de mandato até 30 de abril de 2026. Ficam ratificados todos os atos, porventura, já praticados pelos Diretores ora reeleitos; e, **(v)** tomar conhecimento da expressa renúncia manifesta pelos Diretores ao direito de recebimento de remuneração mensal. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo, 30 de abril de 2024. LUIS FABIANO ALVES PENTEADO - Presidente da Mesa - O.A.B./S.P. nº 230.097 e LUCIANO SOLDERA - Secretário da Mesa. **ACIONISTA:** VOLKSWAGEN FINANCE OVERSEAS B.V. p.p. Luis Fabiano Alves Penteado e Luciano Soldera. JUCESP nº 264.143/24-3 em 11.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
Secretaria Executiva de Gestão Integrada
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Planejamento, Licitações e Compras Diretas

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2024

PROCESSO SEI-GDF: 00050-00000478/2024-39. TIPO: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto. OBJETO: Registro de preço para futura Contratação de empresa para prestação de serviços de montagem teatral e produção de adereços (bonecos para vestir) para apresentações cênicas, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência e de seus anexos. VALOR ESTIMADO: R$ SIGILOSO. DOTAÇÃO: UO 24.101 PRAZO: Vigência do contrato: 24 (vinte e quatro) meses a partir da assinatura, da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses a partir da assinatura. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 01/08/2024, às 10h, no https://www.gov.br/compras/pt-br/. UASG 450107. Edital está disponível no endereço acima e no portal http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes/.

Brasília/DF, 17 de julho de 2024.

ADRIANA MELO SANTIAGO
Pregoeira

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

ERRATA - AVISO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 08/2024
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de Curso de formação de Instrutor e Examinador de Trânsito.
AUTORIZAÇÃO: Sr. Adriano Furtado – Diretor Presidente do Detran/PR, em 05/07/2023 – Protocolo nº 21.854.886-5.
SESSÃO PÚBLICA - DISPUTA: 01 de agosto de 2024, 09h00min.
VALOR MÁXIMO: R$ 223.848,90 (duzentos e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e oito reais e noventa centavos).
LOCAL da DISPUTA e EDITAL: Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp).
Informações Complementares: Compras Paraná (www.administracao.pr.gov.br/compras) e Portal da Transparência do Estado do Paraná (www.transparencia.pr.gov.br).

aes Brasil

AES BRASIL ENERGIA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 37.663.076/0001-07 - NIRE 35.300.552-644

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 15 de Maio de 2024

1. Data, Hora, Local: No dia 15 de maio de 2024, às 16h, por videoconferência, conforme o disposto no Estatuto Social da **AES Brasil Energia S.A.** ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Convocação realizada nos termos do Estatuto Social, presentes a totalidade dos membros do conselho, Sras. Denise Duarte Damiani, Madelka Mitzuri McCalla Molinar e María Paz Teresa Cerda Herreros; os Srs. Charles Lenzi, Eduardo Klingelhoefer de Sá, Francisco Jose Morandi Lopez, Franklin Lee Feder, Mauro Gentile Rodrigues da Cunha e, por procuração, os Srs. Bernerd Raymond Da Santos Ávila, Jeffrey Kenneth MacKay e Juan Ignacio Rubiolo. Participou, ainda, o Sr. Pedro Testa, assessor legal do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Francisco Jose Morandi Lopez e secretariados pelo Sr. Carlos Pompermaier. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a celebração do *Business Combination Agreement* pela Companhia, bem como dos demais documentos necessários à implementação da combinação de negócios com Auren Energia S.A. ("Operação"). **5. Deliberações:** Após atualização e apresentação sobre a estrutura da operação de combinação de negócios entre a Companhia e a Auren Energia S.A. ("Operação"), nos termos do *Business Combination Agreement,* e considerando, principalmente, **(i)** a relação de substituição de ações estar respaldada em *fairness opinion* elaborada pelo BBI Bradesco, atestando os potenciais benefícios da Operação, a razoabilidade da relação de troca e dos seus termos econômicos; **(ii)** ter havido um processo organizado de M&A conduzido pelo acionista controlador; e *(b)* os termos e condições do *Business Combination Agreement* serem o resultado de uma negociação independente entre Auren e a AES Corp; e **(iii)** o fato de que será assegurado à totalidade dos acionistas as mesmas três opções de relação de troca, inclusive opção 100% em moeda corrente; **(iv)** que o prazo esperado entre a data final do período de escolha das Opções pelos acionistas da Companhia e o fechamento da Operação deve ser bastante exíguo; e **(v)** o fato de que o acionista controlador AHB abriu mão dos seus direitos relacionados ao Contrato de Cessão de Direitos de Capitalização - BNDES, bem como que qualquer ajuste negociado da relação de troca de que tratam as Cláusulas 2.3.2 (vii) e (viii) e 2.4.2 (vi) e (vii) seriam imateriais, mantendo a relação de troca dentro do intervalo de valor apresentado na *fairness opinion;* os conselheiros, por unanimidade e sem ressalvas, concluíram que a Operação atende aos interesses da Companhia e aprovaram a celebração, pela Companhia, do Business Combination Agreement, assim como todos os seus documentos acessórios, inclusive o protocolo da incorporação de ações, que deverá refletir os termos do *Business Combination Agreement,* autorizando a administração da Companhia a tomar todas as providências necessárias. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pela totalidade dos membros do conselho. Assinaturas: Mesa: Francisco Jose Morandi Lopez - Presidente e Carlos Pompermaier - Secretário. Membros do Conselho de Administração: Bernerd Raymond Da Santos Ávila, Charles Lenzi, Denise Duarte Damiani, Eduardo Klingelhoefer de Sá, Francisco Jose Morandi Lopez, Franklin Lee Feder, Madelka Mitzuri McCalla Molinar, María Paz Teresa Cerda Herreros, Mauro Gentile Rodrigues da Cunha, Jeffrey Kenneth MacKay e Juan Ignacio Rubiolo. ***Confere com a ata lavrada em livro próprio.*** São Paulo/SP, 15 de maio de 2024. **Francisco Jose Morandi Lopez -** Presidente do Conselho de Administração e da Mesa; **Carlos Pompermaier -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 264.068/24-5 em 11/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Renda fixa puxa captação recorde no 1º semestre

Mariana Ribeiro
De São Paulo

As empresas brasileiras captaram R$ 337,9 bilhões no mercado de capitais doméstico no primeiro semestre, valor recorde para o período e que representa um aumento de 119% sobre os primeiros seis meses do ano passado. Os dados foram divulgados ontem pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). A renda fixa dominou os volumes e representou quase 90% do total. A renda variável, por sua vez, seguiu a passos lentos.

Ao todo, foram emitidos R$ 305 bilhões em diferentes instrumentos de renda fixa, avanço de 138% sobre o primeiro semestre de 2023, quando o mercado ficou quase parado durante alguns meses por causa das crises da Americanas e da Light.

No caso da renda variável, as emissões somaram R$ 4,9 bilhões, queda de 64% na mesma comparação. Os instrumentos híbridos, por sua vez, totalizaram R$ 28 bilhões no período, alta de 122%.

O presidente do fórum de estruturação de mercado de capitais da Anbima, Guilherme Maranhão, afirma que, no primeiro semestre, foram registradas emissões fortes em diversos instrumentos, o que dá "confiança de que o mercado vai continuar forte" ao longo do ano. Ele se mostrou ainda otimista em relação à possível estreia de uma empresa na bolsa brasileira neste ano — algo que não acontece desde 2021.

Renda fixa domina
Emissões no mercado de capitais no 1º semestre batem recorde

Emissões - em R$ bi	1º sem/2023	1º sem/2024	Variação (%)
Renda fixa	128,1	305,0	**138**
Renda variável	13,5	4,9	**-64**
Híbridos	12,6	28,0	**122**
Total	**154,2**	**337,9**	**119**

Fonte: Anbima

As emissões de debêntures registraram o maior volume da série histórica para o período, ao ficarem em R$ 206,7 bilhões. Foram 289 emissões no primeiro semestre e, dessas, 73 superaram R$ 1 bilhão. O prazo médio das ofertas foi de 7,5 anos. Os setores de infraestrutura (energia elétrica, transporte, logística e saneamento) representam 43,7% do volume. As debêntures incentivadas, especificamente, movimentaram R$ 64,4 bilhões de janeiro a junho, valor também recorde.

Outras máximas foram registradas nas operações de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agronegócio (CRA), que somaram R$ 31,4 bilhões e R$ 19,4 bilhões, respectivamente, e nas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), que ficaram em R$ 34,3 bilhões.

Maranhão afirma que, com o mercado muito aquecido, ainda não foi possível identificar qual foi o efeito das limitações à emissão de títulos incentivados, estabelecidas em fevereiro pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), sobre CRIs e CRAs. "Vamos precisar de mais tempo e de um mercado mais normal para avaliar", disse. Os instrumentos híbridos, comentou ainda, "continuam surpreendendo, o que mostra que o mercado também têm buscado diversificação".

Sobre as ofertas de ações, Maranhão diz que as incertezas quanto à situação fiscal no país e ao ritmo de corte de juros nos Estados Unidos têm postergado a retomada das ofertas. "Mas é bem possível que a gente tenha IPOs [oferta inicial de ações] ainda este ano. Se as companhias enxergarem janela, vão aproveitar, não tem por que não", afirma.

Em relação às perspectivas para as emissões no mercado externo, Maranhão disse que as eleições nos Estados Unidos podem trazer alguma volatilidade, mas que espera também "janelas" de captação para "bonds" no segundo semestre. Nos primeiro seis meses do ano, foram 14 emissões no mercado externo, que somaram US$ 13,7 bilhões.

Investimentos Ex-sócios da Pacífico Wealth e da Leste Private lideram negócio de R$ 15 bi

Opportunity Auster une gestão de fortunas e alternativos

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Rodenburg e Ramos Neto, da Opportunity Auster: sinergias ao colocar classe de alternativos a serviço do negócio de gestão de fortunas

Adriana Cotias
De São Paulo

O grupo Opportunity tem um novo filhote na indústria de investimentos, a Opportunity Auster, negócio que abrange um braço de gestão de patrimônio e outro de ativos alternativos. A iniciativa reúne, de um lado, Murilo Ramos Neto, que liderava o multifamily office (MFO) da Pacífico — a parte que ficou fora do acordo que transferiu os fundos da rebatizada P8 Gestão para o BTG Pactual no ano passado —, e, de outro, Bernardo Dantas Rodenburg, ex-sócio da Leste Private Equity.

A operação combinada já começa grande, com cerca de R$ 15 bilhões pela integralização da carteira da Pacífico (40%), com a do próprio Opportunity (60%), incluindo nesta fatia os investimentos dos fundos de participações que ficaram com Rodenburg quando ele deixou a Leste, do ex-BTG Emmanuel Hermann.

São nomes conhecidos na gestão de capital proprietário e que se cruzam em várias transações.

Ramos Neto é, por exemplo, presidente do conselho de administração independente da Qualicorp e Rodenburg é membro independente da empresa. O Opportunity, de Daniel Dantas, enfileira uma série de investimentos ligados à economia real.

"Eu trabalho com gestão de patrimônio há 20 anos, o último projeto foi na Pacífico, e a gente começou a discutir a ideia de juntar nossas operações porque há bastante sinergia com a classe de alternativos", diz Ramos Neto. Como gestor, ele afirma que sempre foi cliente do Opportunity, cultivando um relacionamento de longa data com Dantas, a irmã dele, Verônica (mãe de Rodenburg), e Dório Ferman, o nome à frente do renomado fundo de ações Lógica.

Pelo reconhecimento da placa, ele diz que fez questão de manter o nome Opportunity, dono de 50%, na sociedade. Debaixo da holding estão as duas gestoras: a Opportunity Auster Wealth Management e a Auster Capital, de alternativos.

"Foi um casamento bom", diz Rodenburg. "Para o Opportunity, o wealth não era o 'core', embora em termos financeiros seja importante. E para ser bem servido numa operação dessas, ter escala faz diferença. É essa a gênese do negócio."

Ramos Neto acrescenta que o tripé da atividade de gestão de fortunas é a independência para gerir recursos e prestar serviços sem conflito de interesses, uma estrutura robusta de planejamento, envolvendo a parte fiscal e sucessória, além do acesso a boas oportunidades de investimentos. "E para ter eficiência é preciso ter tamanho. Se não tem gestora, não tem poder de negociação com os bancos", diz. "E funciona bem quando o alternativo é utilizado a serviço do wealth e não o contrário." As equipes são, contudo, separadas.

> "Para ser bem servido numa operação dessas, ter escala faz diferença. É essa a gênese do negócio"
> *B. D. Rodenburg*

A cisão da carteira criada na Leste foi feita no segundo semestre do ano passado e soma cerca de R$ 1,2 bilhão, com mais de 50 investimentos realizados. O portfólio inclui Santos Brasil, Petro Recôncavo, a Bemissa, de ativos minerais, e a Agro SB.

"Queremos crescer no private equity no que já vínhamos fazendo, e um pouco mais em alternativos ilíquidos em geral, com originação proprietária", diz Rodenburg, acrescentando que isso inclui ativos estressados ou em situações especiais.

Apesar de o segmento de private equity passar por uma fase ruim, o gestor diz que, paradoxalmente, este é um bom momento para buscar oportunidades. "A gente não ignora a dificuldade de investir no Brasil, mas isso faz pouca diferença. Fazemos fundos 'deal a deal', o que torna o mandato mais flexível para entrada e saída."

Rodenburg diz não ter uma cabeça muito setorial, buscando negócios simples, que entende como bons em várias etapas do ciclo econômico, com boa governança para carregar "independentemente da janela de saída", já que no Brasil é difícil prever quando estará de fato reaberta uma nova temporada de ofertas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês). A originação pode ser local ou no exterior.

O viés internacional também combina com o de Ramos Neto, já que 75% dos ativos sob gestão estão alocados fora do Brasil, até pelo fato de o "cliente 'ultra-high' [ultrarrico] ter seus negócios aqui, com bastante exposição via propriedades, faz sentido ter grande parte da poupança lá fora".

O executivo não esconde a ambição de fazer da Opportunity Auster Wealth uma das maiores do segmento de gestão de fortunas independente no Brasil. Conta que na Pacífico nem comercial tinha e que agora ganha uma estrutura mais robusta para pensar na expansão, preservando a boa relação de longo prazo que construiu. Tem clientes na sua carteira há mais de dez anos.

"Quando o modelo é alinhado ao business de serviços contratados de forma independente, ele gera valor para as partes. Se é de longo prazo, não pode desviar desses pilares, não tem atalho nem caminho fácil." Ele conta que não cobra performance. A fidelidade do cliente vem pelo retorno composto ao longo dos anos e pela criação de riqueza.

O potencial da renda fixa com gestão ativa

Palavra do gestor

Carlos Eduardo Eichhorn

A indústria de fundos no Brasil se destaca no cenário global, ocupando a terceira posição mundial em quantidade de fundos abertos, a liderança em fundos fechados, e posições de destaque em volume de ativos — 7º lugar para fundos abertos e 4º para fundos fechados. Esses dados, divulgados pelo "Investments Funds Statistics Report" da Organização Internacional das Comissões de Valores (Iosco), refletem a dimensão e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, capaz de impulsionar o crescimento econômico e atender às diversas demandas de financiamento público e privado no país.

Embora nosso mercado de capitais seja robusto, há uma percepção comum de que a alocação em fundos de renda fixa no Brasil é desproporcionalmente alta em comparação com outros países. No entanto, ao comparar os dados da Iosco sobre fundos de renda fixa com o boletim de fundos de investimentos da Anbima, observamos um equilíbrio surpreendente: 36,7% versus 37,7% de alocação, respectivamente. Isso revela que, apesar das peculiaridades locais, a distribuição dos investimentos em renda fixa no Brasil está alinhada com as tendências globais, refletindo uma abordagem balanceada.

Adicionalmente, os efeitos do pós-pandemia impactaram a inflação e geraram mudanças significativas na condução da política monetária, principalmente nas economias centrais. Isso sinaliza uma fase incomum nos últimos 20 anos, em que o portfólio de renda fixa volta a ter uma relevância destacada nas economias centrais e, consequentemente, nas taxas de retorno requeridas das economias emergentes.

Neste contexto, ao se avaliar a evolução da indústria de fundos em 2023 pelo relatório da Anbima, apesar da captação líquida negativa, a classe de renda fixa segue como a maior da indústria (37,7%) e a tendência de manutenção de taxas de juros mais elevadas nas economias centrais segue favorecendo a classe no Brasil.

Há que se considerar que, além das tradicionais classes de fundos de investimentos destinados ao público em geral, o mercado de capitais brasileiro oferece diversos títulos e valores mobiliários para alocação direta ao investidor, com diferentes características de liquidez, indicadores, prazos, riscos e incentivos fiscais. Analisando o relatório de distribuição da Anbima, nota-se que a alocação direta nesta modalidade representa mais de três vezes o total alocado em fundos de renda fixa tradicional.

Será que, mesmo assim, há potencial para o crescimento da classe de renda fixa com gestão ativa? A gestão ativa se caracteriza por oferecer um grau de sofisticação diferenciado ao da alocação direta, com mais agilidade em posicionamentos táticos, o uso estratégico de instrumentos financeiros e derivativos para sintetização de posições, além da gestão combinada de riscos de mercado, crédito privado corporativo e bancário, e títulos públicos variados em termos de indexação e prazos com o objetivo de superar diversos "benchmarks".

Importante destacar que, no Brasil, a classe de fundos renda fixa encontra grande concorrência tributária em diversos instrumentos isentos de impostos e com garantia do FGC. Apesar disso, há uma infinidade de operações em que os grandes beneficiários do ponto de vista tributário são os fundos. Em operações de crédito bancário com prazo inferior a um mês, a alocação direta exigiria uma taxa muito alta para compensar impostos como o IR de 22,50% e o IOF regressivo. Em contraste, investindo por meio de fundos, não há incidência de impostos até o resgate, quando o cliente é tributado conforme o período de permanência. Além disso, os posicionamentos em derivativos dentro dos fundos não são tributados, independentemente do prazo. Até mesmo operações compromissadas de um dia em títulos públicos, que mantêm a liquidez para todos os cotistas, são viáveis somente dentro da estrutura dos fundos de investimento.

Os dados nos levam a concluir que há um espaço importante de crescimento para a classe de fundos de renda fixa ativa, tanto na visão da demanda do cliente que busca diversificar seus investimentos quanto na diversidade de oferta pelas gestoras de recursos. Há que se destacar ainda o papel das plataformas on-line de investimentos, que realizam uma curadoria especializada na oferta de produtos com risco, liquidez e objetivo de investimento aderentes ao perfil de risco de cada investidor. O valor deste trabalho, talvez pouco percebido pelo cliente, gera um valor adicionado relevante na decisão da escolha do investidor em uma indústria que conta, somente na classe de fundos renda fixa, com 3.400 opções entre as mais de 900 gestoras de recursos do país.

Carlos Eduardo Eichhorn é diretor de gestão de recursos da Mapfre Investimentos
E-mail ceichhorn@mapfre.com.br

Valor E
Quinta-feira, 18 de julho de 2024

Legislação & Tributos SP

Tributário Câmara Superior entendeu que abatimentos podem ser realizados em anos posteriores

Bradesco vence no Carf discussão sobre dedução no IR de perdas por inadimplência

Beatriz Olivon
De Brasília

A Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) entendeu que o contribuinte pode deduzir, do Imposto de Renda (IRPJ), perdas por inadimplência em período posterior ao do reconhecimento da redução do crédito. A decisão é da 1ª Turma e foi dada em recurso do Banco Bradesco.

A instituição financeira foi autuada por não seguir o entendimento da Receita Federal. Para o órgão, a dedução e consequente redução do IRPJ só pode ser feita no período (ano) em que os requisitos previstos em lei para o reconhecimento de perdas por inadimplência forem cumpridos.

Na autuação fiscal, a Receita aponta que o Bradesco excluiu do lucro real um total de R$ 7,7 bilhões a título de "Perdas Dedutíveis em Operações de Créditos", reduzindo a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. A cobrança se refere ao ano-calendário de 2012.

O banco tentou, na Câmara Superior, emplacar uma tese geral sobre a possibilidade de dedução fiscal de perdas depois de cinco anos do vencimento, mas esse ponto não foi analisado por falta de paradigma — decisão em sentido contrário, necessária para haver julgamento pela última instância do Carf.

> "É facultado ao sujeito passivo provisionar esta perda posteriormente"
> *Edeli Pereira Bessa*

DENIO SIMOES/VALOR

Leandro Cabral: decisão é positiva por reconhecer a possibilidade de dedução em período posterior, inclusive por não haver vedação legal e não prejudicar a arrecadação

Mas os conselheiros defenderam que, se não forem cumpridas as exigências da Lei nº 9.430, de 1996, são indedutíveis, na apuração do lucro real, as perdas no recebimento de créditos lançadas como despesas, ainda que se tenham passados cinco anos do vencimento do crédito.

Foi julgada pelos conselheiros da 1ª Turma, e aceita, a possibilidade de postergação dessas deduções, sem delimitação de tempo. No caso do Bradesco, os abatimentos, feitos em 2012, eram referentes ao período de 2008 a 2010.

De acordo com a Receita Federal, essas deduções não deveriam ter sido feitas naquele ano. Já o Bradesco alegou que o abatimento é uma faculdade e poderia ser realizado depois de implementados os requisitos legais.

No voto vencedor, a conselheira Edeli Pereira Bessa, representante da Fazenda, aponta que, caso as deduções tivessem sido efetuadas no prazo estabelecido pela Receita, não teria havido nenhum efeito financeiro imediato na apuração de resultado dos anos-calendários 2008, 2009 e 2010 — ocorreria aumento do estoque de prejuízos fiscais acumulados, para compensação em períodos subsequentes. Por outro lado, acrescenta, no ano-calendário de 2012, período em que se apurou resultados positivos, a dedução das perdas em questão se daria na forma de compensação de prejuízos do período anterior.

A conselheira afirma, no voto, que a Lei nº 9.430, de 1996, permite o registro, como perda, dos créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica em momento posterior ao prazo pós-vencimento estipulado em lei, ou mesmo depois de iniciada a cobrança administrativa ou judicial. "A forma como permitido o registro das perdas impõe concluir que é facultado ao sujeito passivo provisionar esta perda posteriormente, desde que permaneça atendendo aos requisitos legais em razão do valor do crédito e da existência, ou não, de garantia", diz.

Ainda segundo o voto, se não há determinação legal de registro dessa perda provisória em momento específico, não é possível afirmar a existência de redução indevida do lucro real por inexatidão quanto ao período-base de escrituração, no caso, da dedução correspondente a esta perda. Nesse ponto, a decisão foi unânime (processo nº 16327.720979/2017-40).

O tributarista Leandro Cabral, sócio do Velloza Advogados, destaca que a decisão é positiva por reconhecer a possibilidade de dedução em período posterior, inclusive por não haver vedação legal e por não prejudicar a arrecadação fiscal. Ainda segundo Cabral, essa é a primeira decisão da Câmara Superior que enfrenta o tema de forma completa e confere segurança ao tratamento de perdas.

O advogado lembra que a Lei nº 14.467, de 2022, que produzirá efeitos a partir de janeiro de 2025, vai alterar a forma da dedução de perdas no recebimento de créditos no que diz respeito às instituições financeiras. A norma passa a tratar as perdas no momento de sua ocorrência (90 dias após a inadimplência) e obrigando seu registro nesse exato momento.

"A lei não altera o passado", afirma o tributarista. A norma traz uma novidade para as financeiras e um movimento no mercado de revisão de procedimentos para apuração a partir de janeiro de 2025, acrescenta Cabral.

No caso, das duas teses em questão, o Carf julgou apenas a segunda, sobre a possibilidade de deduzir a perda fora do período em que ocorreu. Mas o primeiro tema — a dedutibilidade da perda depois de cinco anos, independentemente do cumprimento dos requisitos previstos em lei —, que não foi julgado, também é relevante, de acordo com o advogado.

Procurado pelo **Valor**, o Banco Bradesco informou que não iria comentar a decisão. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não deu retorno até o fechamento da edição.

Tribunal livra bancos do pagamento de ISS

Marcela Villar e Laura Ignacio
De São Paulo

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) livrou o Banco Alfa e o Bradesco do pagamento de um valor total milionário de ISS ao município de São Paulo. As instituições financeiras foram duas das dezenas de prestadoras de serviços autuadas pela Prefeitura da capital para o recolhimento do imposto referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2018.

Apesar de proferidas com base em questões processuais, ambas as decisões são precedentes para quem discute o tema no Judiciário ou na esfera administrativa. O valor exigido do Banco Alfa é de cerca de R$ 60 mil. No caso do Bradesco, o valor da causa é de R$ 4,8 milhões.

Como há outros bancos, gestoras de fundos de investimento e operadoras de saúde com cobranças semelhantes, o montante total em jogo é significativo. A ofensiva da prefeitura ocorreu no fim do ano de 2023. O alvo foram quase 120 prestadores de serviços que não recolheram o ISS para o município no período em discussão.

O cerne da discussão é a Lei Complementar nº 157, de 2016. A norma deslocou a competência para a cobrança do ISS do município do prestador do serviço para o do tomador. A nova legislação entrou em vigor em janeiro de 2018. Porém, os dispositivos que instituíram essa mudança de competência foram suspensos em março pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Não estaria claro o conceito de "tomador de serviços". Nasceu, então, a dúvida sobre qual regra valeria em janeiro e fevereiro de 2018.

A juíza Lais Helena Bresser Lang, da 2ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, proferiu a sentença favorável ao Banco Alfa. Para ela, "a autora providenciou o recolhimento no município do tomador, corretamente, baseando-se na alteração legislativa vigente à época, não podendo subsistir o auto de infração imposto pelo município de São Paulo, pois a LC nº 157/2016 é a lei que deve reger o presente caso concreto" (processo nº 1059165-30.2022.8.26.0053).

A Prefeitura de São Paulo apelou ao TJSP, que não chegou a analisar o recurso. De acordo com o relator, o desembargador Henrique Harris Júnior, da 18ª Câmara de Direito Público, o órgão "deixou de impugnar especificamente os fundamentos jurídicos da sentença".

No voto, porém, Harris Júnior antecipa a análise sobre o mérito, em sentido favorável ao banco: "Ademais, ainda que assim não fosse, não se vislumbra a regularidade da exigência porquanto cabalmente demonstrado que os recolhimentos efetuados pelo contribuinte observaram o regramento e o entendimento vigente à época", declara ele, no voto, seguido por unanimidade.

Nesse caso, a prefeitura já propôs embargos, mas o recurso ainda não foi analisado. Especialistas indicam que há outras duas possibilidades: um recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou um recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF).

"O TJSP analisou a questão processual que levantamos e ganhamos", afirma o advogado Ricardo Godoi, fundador do RGodoi Advogados e representante do Banco Alfa no processo. "Em tese, entendemos que não seria possível a prefeitura levar o mérito desta ação ao STJ ou STF, pois nada foi prequestionado pela prefeitura nos autos."

Segundo Vinicius Caccavali, do escritório VBSO Advogados, o não conhecimento do recurso "prejudica o acesso do município de São Paulo aos tribunais superiores porque vão ter que, primeiro, modificar essa decisão". Na prática, acrescenta, "o grande problema é que o município de São Paulo passou a cobrar algo que já foi pago a outros municípios, obrigando o contribuinte a pagar duas vezes".

> "Precedentes começam a fazer coro contra a prefeitura"
> *Rafael Vega*

Para o advogado Guilherme Yamahaki, sócio do escritório Schneider Pugliesi, "a decisão indica que, ao analisar o mérito, o TJSP vai validar a boa-fé do contribuinte que recolheu o ISS em janeiro e fevereiro de 2018 ao município do cotista dos fundos [tomador de serviço], com base na lei então vigente". O advogado também aponta a decisão como um bom precedente para casos ainda em andamento na primeira instância do Judiciário ou na esfera administrativa.

A decisão favorável ao Bradesco, proferida pela 15ª Câmara de Direito Público do TJSP, também foi unânime. Os desembargadores analisaram um agravo de instrumento da instituição financeira contra tutela antecipada (espécie de liminar) da primeira instância que havia afastado apenas o pagamento de juros e multa da autuação fiscal aplicada (agravo de instrumento nº 2086976-39.2024.8.26.0000).

Ao analisar os argumentos do Bradesco, o TJSP não entrou no mérito, mas decidiu "suspender a exigibilidade da totalidade do débito". Para os desembargadores da Corte é preciso que, primeiro, seja esclarecida a questão da decadência do direito do Fisco de cobrar o tributo. Isso porque o auto de infração que exige o pagamento do ISS de janeiro e fevereiro do ano de 2018 foi aplicado ao Bradesco em dezembro de 2023. O prazo decadencial seria de cinco anos, a contar do fato gerador.

Na primeira instância há ao menos outras duas sentenças favoráveis ao contribuinte concedidas até agora. Recentemente, uma sentença que beneficiou uma gestora de fundos foi dada pela 15ª Vara da Fazenda Pública. Ela anulou um auto de infração de R$ 840 mil (processo nº 1018717-44.2024.8.26.0053). Já outra foi dada pela 6ª Vara de Fazenda Pública (processo nº 1018717-44.2024.8.26.0053).

Segundo Rafael Vega, do Cascione Advogados, que atuou por uma das empresas, os precedentes judiciais "começam a fazer coro contra a posição da prefeitura". "Tinha ainda um posicionamento da própria prefeitura dizendo para seguir a lei, então é uma tempestade perfeita contra ela". Ele lembra da norma nº 42, do Departamento de Tributação e Julgamento da Secretaria da Fazenda do município de São Paulo. Também atuou no caso o advogado Anderson Mainates, do mesmo escritório.

DIVULGAÇÃO

> "São Paulo passou a cobrar valores já pagos a outros municípios"
> *Vinicius Caccavali*

Procurados pelo **Valor**, a Prefeitura de São Paulo e o Banco Bradesco informaram que não se pronunciariam sobre a questão.

Exclusão dos créditos de IPI do cálculo do PIS e da Cofins

Opinião Jurídica

Juliana Camargo Amaro e Júlia Abdala Pulz

Em 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu uma decisão emblemática sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins, conhecida como a “tese do século”, firmando que o ICMS a ser excluído das contribuições é o valor destacado na nota fiscal emitida pelo contribuinte.

Para tanto, partiu-se da premissa de que as contribuições sociais PIS e Cofins incidem sobre a receita ou o faturamento das empresas, conforme estipulado no artigo 195, I, “b” da Constituição Federal, podendo seguir o regime cumulativo, nos termos da Lei 9.718/98, ou não cumulativo, conforme definido nas Leis nº 10.637/02 (PIS) e nº 10.833/03 (Cofins). Por outro lado, o ICMS é um imposto relacionado à circulação de mercadorias e determinadas prestações de serviços, que opera sob o princípio da não cumulatividade, permitindo a compensação do montante devido em cada operação com valores cobrados em operações anteriores.

O STF fundamentou sua decisão na ideia de que o ICMS representa um ingresso transitório para as empresas, sendo repassado posteriormente aos Estados arrecadadores. Portanto, não deve ser considerado como parte do faturamento ou da receita bruta das empresas, e, por conseguinte, não está sujeito à incidência do PIS e da Cofins.

A decisão teve um impacto significativo nos tributos calculados com base no faturamento, e com ela, surgiram diversas teses “filhotes”, todas com enorme relevância no âmbito tributário. Um exemplo recente é a decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida em 19 de dezembro de 2023, que determinou que os créditos presumidos de IPI concedidos às empresas exportadoras não devem ser incluídos na base de cálculo do PIS e da Cofins.

Na oportunidade, a União contestou a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que considerava que os créditos recebidos por uma empresa agrícola, oriundos da aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem no mercado interno, não são tributáveis pelo PIS e Cofins quando empregados na fabricação de produtos destinados à exportação. No entanto, por unanimidade, o recurso da Fazenda foi negado pelo STF.

O entendimento que encerrou a discussão foi apresentado pelo ministro Luís Roberto Barroso e seguido pelos demais ministros presentes. Em seu voto, destacou que, apesar de representar um ingresso de receita, o crédito presumido de IPI não se enquadra no conceito de faturamento, uma vez que esse crédito não decorre da alienação de bens ou da prestação de serviços, mas sim de um estímulo fiscal destinado a impulsionar as exportações.

O julgamento do Tema 504 fundamentou-se primordialmente no argumento central consolidado na “tese do século”, fortalecendo ainda mais o conceito de faturamento firmado pelo Supremo para efeitos da incidência das contribuições ao PIS e a Cofins.

Outro tema relevante é a exclusão do ICMS-ST das bases de cálculo do PIS e da Cofins devidos pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária progressiva, recentemente deliberado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Tema Repetitivo nº 1.125. Os ministros compreenderam que a mesma razão de decidir no precedente firmado pelo STF no RE 574.706 (Tema 69) no tocante ao ICMS próprio deveria ser aplicada ao ICMS-ST.

Além disso, há a discussão sobre a exclusão do PIS e da Cofins de suas próprias bases de cálculo, abordada pelo STF no Tema nº 1.067, bem como a temática sobre a exclusão do ISSQN das bases de cálculo do PIS e da Cofins, abordada no Tema nº 118 do STF sob a sistemática da repercussão geral. Essas discussões seguem a mesma linha da “tese do século”, defendendo que apenas valores que representam riqueza nova e que efetivamente se incorporam ao patrimônio do contribuinte devem ser incluídos na base de cálculo do PIS e da Cofins.

Outro tema pendente refere-se à legalidade da inclusão do PIS e da Cofins na base de cálculo do ICMS, discutido sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.223) no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Em que pese não se trate de tributo calculado com base no faturamento, argumenta-se que, as razões de decidir do Tema 69 merecem ser aplicadas ao caso, tendo em vista que o ICMS, sendo um imposto estadual, não deveria incluir em sua base de cálculo os valores das contribuições, uma vez que estas são de competência da União e apenas passam pela contabilidade das empresas envolvidas nas operações de circulação de mercadorias.

Conforme vê-se, o julgamento da “tese do século” provocou impactos profundos e imprevistos no panorama tributário, repercutindo não apenas nos tributos calculados sobre o faturamento, mas também em outros que incluem tributos variados em suas bases de cálculo. Os desdobramentos recentes nos Temas 504 do STF e 1.125 do STJ refletem uma tendência nos tribunais, indicando um alinhamento com os fundamentos estabelecidos no julgamento realizado pelo STF.

Aos juristas, cabe agora a árdua tarefa de analisar se os tribunais superiores manterão a coerência e os princípios estabelecidos no emblemático julgamento da “tese do século” em suas próximas decisões.

Juliana Camargo Amaro e Júlia Abdala Pulz são, respectivamente, sócia da área tributária do escritório Finocchio & Ustra Sociedade de Advogados; e advogada da área tributária do escritório Finocchio & Ustra Sociedade de Advogados

CCR S.A.

CNPJ/MF Nº. 02.846.056/0001-97 - NIRE Nº. 35.300.158.334 - COMPANHIA ABERTA

COMUNICAÇÃO DE RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CCR S.A.

A CCR S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta na categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04.551-065, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 02.846.056/0001-97, (“CCR” ou “Emissora”) neste ato representada por seus representantes legais, vem por meio deste, comunicar aos senhores Debenturistas da 1ª Série da Décima Sexta Emissão de Debêntures da Emissora (“Debenturistas”), que pretende realizar em 23 de julho de 2024, o Resgate Antecipado Facultativo da Totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração aplicável e com pagamento de prêmio, calculados com base nos termos previstos no INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CCR S.A. (“Escritura de Emissão”). Os termos aqui utilizados em letra maiúscula e não definidos terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão.

ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A.

(Subsidiária Integral)

CNPJ 01.378.407/0001-10 - NIRE 3530038149-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 03 de junho de 2024, às 20h30, na sede da **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A.** (“Companhia” ou “ABS”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000. **PRESENÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n. º 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”). **MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Amauri Aguiar de Vasconcelos, que convidou a Sr. Juan Carlos Lanau Arilla para exercer a função de secretário. **ORDEM DO DIA:** **(i)** deliberar sobre alteração na Diretoria; **(ii)** deliberar sobre a eleição de membro da Diretoria da Companhia; **(iii)** deliberar sobre a readequação e ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”). **DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(i)** Aprovar a destituição do Sr. Julien Clausse do cargo de Diretor Financeiro, a partir da presente data. **(ii)** Eleger, com efeitos a partir de 04 de junho de 2024, com base na (i) dispensa de Consulta Prévia na Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”), nos termos do parágrafo 2º do art. 43 da Res. 422/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”); e (ii) na orientação de voto proferida pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de junho de 2024 às 19h30, **a eleição do Sr. Ivan Paraskevopoulos Silva**, brasileiro, contador, casado, portador da cédula de identidade 29.195.113-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 297.528.638-41, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP: 04794-000, **ao cargo de Diretor Financeiro** da Companhia, designado pela acionista MAPFRE Brasil Participações S.A., para cumprir mandato complementar até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2026, em substituição ao **Sr. Julien Clausse.** O Diretor ora eleito, toma posse nesta data mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio arquivado na sede da Companhia, aceita o cargo e declara, sob as penas da lei, que: **(a)** preenche as condições previstas na Resolução CNSP nº. 422/2021; e, **(b)** não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedades mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco está impedido, por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possa impedi-lo de exercer atividades mercantis, em conformidade com o disposto no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Em virtude das alterações ora aprovadas, a Diretoria da Companhia fica, a partir desta data, assim composta:

Membros	Cargos	Mandato	
		Início	Término
Amauri Aguiar de Vasconcelos	Diretor Presidente	12/07/2023	AGO DE 2026
Glaucio Nery Henrique	Diretor de Riscos e Controles Internos	12/07/2023	AGO DE 2026
Pablo da Silva Ricoldy	Diretor de Negócios	12/07/2023	AGO DE 2026
Ivan Paraskevopoulos Silva	**Diretor Financeiro**	**04/06/2024**	**AGO DE 2026**
Tiago de Freitas Vieira	Diretor de Operações	31/03/2023	AGO DE 2026
Juan Carlos Lanau Arilla	Diretor Vice-Presidente e Diretor Técnico	31/03/2023	AGO DE 2026

(iii) Readequar e ratificar, a partir desta data, as designações específicas dos Diretores, nos termos da Resolução CNSP nº. 422/2021, a saber:

Funções de Caráter Executivo / Operacional	
Diretor Responsável	**Designações Específicas**
Pablo da Silva Ricoldy	Diretor responsável pela política institucional de conduta de acordo com a Resolução CNSP nº 382/2020, de acordo com o artigo 12.
	Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, de acordo com o art. 22 da Resolução CNSP n° 431/2021.
Ivan Paraskevopoulos Silva	**Diretor responsável pelas relações com a SUSEP, de acordo com o art. 1, inciso I, da Circular SUSEP nº 234/2003;**
	Diretor responsável administrativo-financeiro, de acordo com o art. 1º, inciso III, da Circular SUSEP nº 234/2003; e
	Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, de acordo com o art. 3º, inciso III, da Resolução CNSP nº 432/2021.
Juan Carlos Lanau Arilla	Diretor responsável pelo Sistema de Registro de Operações de acordo com o art. 13 da Resolução CNSP nº 383/2020;
	Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/2005 (Registro de apólice, endosso e cosseguro aceitos), para fins cadastrais até a atualização do Formulário de Informação Periódica - FIP;
	Diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais, previstos nas normas em vigor, além de outras atribuições previstas em normas específicas, conforme previsto no art. 3º, inciso II, da Resolução CNSP nº 432/2021; e
	Diretor responsável técnico pela supervisão das atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos, de acordo com o art. 1°, inciso II, da Circular SUSEP nº 234/2003.
Tiago de Freitas Vieira	Diretor responsável pelo Compartilhamento de acordo com o art. 31 da Resolução CNSP nº 415/2021.

Funções de caráter de fiscalização ou controle	
Diretor Responsável	**Designações Específicas**
Glaucio Nery Henrique	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/1998, conforme art. 1º, inciso IV, da Circular SUSEP nº 234/2003 e art. 12 da Circular SUSEP nº 612/2020; e
	Diretor responsável pelos controles internos, de acordo com o art. 9º da Resolução CNSP nº 416/2021.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **MESA: Amauri Aguiar de Vasconcelos -** Presidente; **Juan Carlos Lanau Arilla -** Secretário. **ACIONISTA: BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A. - Amauri Aguiar de Vasconcelos -** Diretor Presidente; **Juan Carlos Lanau Arilla -** Diretor Vice-Presidente. **JUCESP nº 224.956/24-3 em 19/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

PECINI LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 29/07/2024 às 11h45 | 2º Público Leilão: 31/07/2024 às 11h45

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **GOLDFARB 38 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.** - CNPJ nº 11.444.235/0001-99, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos. 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 175, 17º PAVIMENTO, TORRE 2, INTEGRANTE DO “RESIDENCIAL DUO”**, situado à Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, nº 2.820, 31º Subdistrito Pirituba, São Paulo/SP. Áreas: Privativa: 49,1800m²; Comum: 35,1050m² (coberta de 17,1300m² + descoberta de 17,9750m²) já incluído o direito ao uso de 01 vaga de veículo na garagem coletiva do edifício; Total: 84,2850m²; FIT: 0,004349716; Total Edificada: 66,3100m². Matrícula nº 159.752 do 16º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal: 078.443.0351-4. Consolidação da Propriedade em 24/06/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 468.975,40. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 914.749,88**. **Ônus do Arrematante: i)** pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** quitação dos débitos de IPTU e condomínio vencidos antes e após os leilões; **iv)** consta **penhora** averbada sob nº 08 na matrícula, a qual não impede a realização dos leilões, cuja baixa ficará a cargo do arrematante, bem como todas as despesas com o ato; **v) IMÓVEL OCUPADO.** Desocupação e todas as despesas com o ato. Ficam os Fiduciantes **HELLEN DA SILVA VERÍSSIMO –** CPF: 263.277.578-71 e **LUCIANO VERÍSSIMO –** CPF: 115.594.968-43, comunicados e intimados das datas dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontra em local ignorado, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação disponíveis no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A.

(Subsidiária Integral)

CNPJ/MF 01.378.407/0001-10 - NIRE 3530038149-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 28 de março de 2024, às 14h00, na sede da **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A.** (“Companhia” ou “ABS”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000. **PRESENÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”). **MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Amauri Aguiar de Vasconcelos, que convidou o Sr. Juan Carlos Lanau Arilla para exercer a função de secretário. **PUBLICAÇÕES**: O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Atuários Independentes, referentes ao Exercício Social findo em 31.12.2023, foram publicados nos jornais “Valor Econômico”, edição de 22.02.2024, páginas E17 a E20. **ORDEM DO DIA -** deliberar sobre: **(i)** o exame, discussão e aprovação das contas da Diretoria, do Relatório da Administração da Companhia, das Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Atuários Independentes, referentes ao Exercício Social findo em 31.12.2023; **(ii)** a destinação do lucro líquido apurado no Exercício Social findo em 31.12.2023; **(iii)** o exame, discussão e aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia; **(iv)** a readequação e ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”); e **(v)** o Plano de Negócios. **DELIBERAÇÕES:** a acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: (i) aprovar integralmente e sem reservas, nos termos do art. 8, incisos I e II do Estatuto Social da ABS, conforme orientação de voto do Conselho de Administração da *Holding* BB Mapfre Participações S.A. em reunião realizada em 01.02.2024, as contas da Diretoria, o Relatório da Administração, as respectivas Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Atuários Independentes, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023. (ii) aprovar, nos termos do art. 8, inciso III do Estatuto Social da ABS, conforme orientação de voto do Conselho de Administração da *Holding* BB Mapfre Participações S.A. em reunião realizada em 27.03.2024, a destinação do lucro líquido apurado no Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023, no valor total de **R$ 19.903.502,02** (dezenove milhões, novecentos e três mil, quinhentos e dois reais e dois centavos) para a reserva de investimentos, haja vista que a acionista única da Aliança do Brasil Seguros S.A., a *Holding* BB MAPFRE Participações S.A., renunciou ao recebimento dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme deliberação em assembleia geral extraordinária realizada em 31.01.2024. (iii) Nos termos do art. 8, inciso IV do Estatuto Social da ABS, conforme orientação de voto do Conselho de Administração da *Holding* BB Mapfre Participações S.A. em reunião realizada em 27.03.2024, não prever remuneração global, incluindo-se os benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, aos Diretores da Companhia para o exercício social de 2024, compreendido entre 01.01.2024 e 31.12.2024., considerando que os Diretores recebem a remuneração pela Brasilseg Companhia de Seguros. (iv) Aprovar, nos termos do art. 11 dos Estatuto Social da ABS e em observância à Resolução nº. 422/2021 do CNSP e à Circular SUSEP 526/2016, conforme orientação de voto do Conselho de Administração da *Holding* BB Mapfre Participações S.A. em reunião realizada em 27.03.2024, a readequação e a ratificação das designações específicas dos Diretores da Companhia perante a SUSEP, nos seguintes moldes:

Funções de Caráter Executivo / Operacional	
Diretor Responsável	**Designações Específicas**
Pablo da Silva Ricoldy	**Diretor responsável pela política institucional de conduta de acordo com a Resolução CNSP nº 382/2020, de acordo com o artigo 12.**
	Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, de acordo com o art. 22 da Resolução CNSP n° 431/2021;
Julien Clausse	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP, de acordo com o art. 1, inciso I, da Circular SUSEP nº 234/2003;
	Diretor responsável administrativo-financeiro, de acordo com o art. 1º, inciso III, da Circular SUSEP nº 234/2003; e
	Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, de acordo com o art. 3º, inciso III, da Resolução CNSP nº 432/2021.
Juan Carlos Lanau Arilla	Diretor responsável pelo Sistema de Registro de Operações de acordo com o art. 13 da Resolução CNSP nº 383/2020;
	Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/2005 (Registro de apólice, endosso e cosseguro aceitos), para fins cadastrais até a atualização do Formulário de Informação Periódica - FIP;
	Diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais, previstos nas normas em vigor, além de outras atribuições previstas em normas específicas, conforme previsto no art. 3º, inciso II, da Resolução CNSP nº 432/2021; e
	Diretor responsável técnico pela supervisão das atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos, de acordo com o art. 1°, inciso II, da Circular SUSEP nº 234/2003.
Tiago de Freitas Vieira	Diretor responsável pelo Compartilhamento de acordo com o art. 31 da Resolução CNSP nº 415/2021.

Funções de caráter de fiscalização ou controle	
Diretor Responsável	**Designações Específicas**
Glaucio Nery Henrique	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/1998, conforme art. 1º, inciso IV, da Circular SUSEP nº 234/2003 e art. 12 da Circular SUSEP nº 612/2020; e
	Diretor responsável pelos controles internos, de acordo com o art. 9º da Resolução CNSP nº 416/2021.

(v) Aprovar, nos termos do art. 9, inciso XXV do Estatuto Social da ABS e em observância à Circular SUSEP 311/2005, a aprovação da Diretoria da ABS em 07.02.2024 e, conforme orientação de voto do Conselho de Administração da *Holding* BB Mapfre Participações S.A. em reunião realizada em 22.02.2024, o plano de negócios da Companhia para o período de 2024 a 2026. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **MESA: Amauri Aguiar de Vasconcelos -** Presidente; **Juan Carlos Lanau Arilla -** Secretário. **ACIONISTA: BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A. - Amauri Aguiar de Vasconcelos -** Diretor Presidente; **Juan Carlos Lanau Arilla -** Diretor Vice-Presidente. **JUCESP nº 225.879/24-4 em 19/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/MF nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 35.300.411.838

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 10/06/2024:

Data, Hora e Local: 10/06/2024, às 9h, na sede em São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Todos os membros do Conselho estavam presentes, dispensando a convocação formal. **Mesa:** Presidente: Maurizio Billi; Secretário: Marco Billi. **Ordem do Dia e Deliberações: 1.** Aprovação da renúncia de Marco Billi como Diretor de Relações com Investidores. **2.** Eleição de Edmar Prado Lopes Neto para o cargo, com mandato até 22/11/2024. **3.** Nova composição da Diretoria: Marco Billi como Diretor-Presidente, Maurizio Billi e Maira Billi como Diretores sem Designação Específica, e Edmar Prado Lopes Neto como Diretor de Relações com Investidores. **4.** Autorização para a Diretoria tomar as medidas necessárias para implementar as decisões. **Encerramento:** Sem mais assuntos, a reunião foi encerrada e a ata assinada por todos os presentes. Registrada na JUCESP 264.098/24-9 em 12/07/2024 e sua versão na íntegra encontra-se disponível no website: https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/.

BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS S.A.

(Subsidiária Integral)

CNPJ/MF 28.196.889/0001-43 - NIRE 3530018226-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 09 de maio de 2024, às 14h00, na sede da **BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS** (“Companhia” ou “BRASILSEG”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000. **PRESENÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”). **MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Amauri Aguiar de Vasconcelos, que convidou o Sr. Juan Carlos Lanau Arilla para exercer a função de secretário. **ORDEM DO DIA:** **(i)** Deliberar sobre a doação de R$ 700 mil à Fundação Banco do Brasil (“Fundação BB”), parte relacionada. **DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(i)** Aprovar, nos termos do Artigo 9, inciso xi, do Estatuto Social da Companhia, a doação de R$ 700 mil à Fundação Banco do Brasil (“Fundação BB”), parte relacionada, que intermediará o auxílio às vítimas da catástrofe climática ocorrida no Rio Grande Sul. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **MESA: Amauri Aguiar de Vasconcelos -** Presidente; **Juan Carlos Lanau Arilla -** Secretário. **ACIONISTA: BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A. - Amauri Aguiar de Vasconcelos -** Diretor Presidente; **Juan Carlos Lanau Arilla -** Diretor Vice-Presidente. **JUCESP nº 226.944/24-4 em 20/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

ORIZON MEIO AMBIENTE S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30 / NIRE nº 35.300.592.531

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho de 2024, às 11:00 horas, realizada de forma digital e presencial, na sede da Orizon Meio Ambiente S.A. (“Companhia”), localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 8º andar, Sala A, Torre Oeste, bairro Brooklin Paulista, CEP 04578-910, na Cidade e Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia consoante o disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), em razão da presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, a **Orizon Valorização de Resíduos S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.421.994/0001-36 e com sede na Avenida Nações Unidades, nº 12.901, Torre Oeste, 8º andar, Sala B, Centro Empresarial Nações Unidas, bairro Brooklin Paulista, CEP 04578-910, na Cidade e Estado de São Paulo, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença da Companhia e nesta ata. **3. Composição da Mesa:** Assumiu a presidência da mesa o Sr. Ismar Machado Assaly, que convidou o Sr. Milton Pilão Júnior secretariá-lo. **4.1. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a prestação, pela Companhia, de garantia fidejussória, sob a forma de aval (“Aval”), conforme abaixo definido, para as obrigações assumidas pela Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A., sociedade por ações de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 07.085.695/0001-09 (“CTR-NI”), no âmbito do financiamento a ser concedido pelo **Banco do Brasil S.A.**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91 e com sede em Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, CEP 70.040-912, na Cidade de Brasília, no Distrito Federal (“BB”), mediante a emissão de Cédula de Crédito Bancário, no montante de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e com prazo de 36 (trinta e seis) meses, com início em 26/06/2024 e término em 10/06/2027 (“CCB”); e **(ii)** a delegação de poderes à Diretoria da Companhia, ou procuradores constituídos pela Companhia, para praticar todos e quaisquer atos, tomar providências e adotar medidas necessárias ao efetivo cumprimento das deliberações aqui tomadas. **5. Deliberações:** Preliminarmente, a única acionista da Companhia aprovou a lavratura desta ata em formato de sumário, conforme facultado pelo §1° do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. Passando ao exame das matérias constantes da ordem do dia a única acionista deliberou, integralmente e sem quaisquer emendas ou ressalvas, o quanto segue: **5.1.** Aprovar a prestação, pela Companhia, de Aval pelas obrigações assumidas pela CTR-NI na CCB, obrigando-se, solidariamente com a CTR-NI, em caráter incondicional, irrevogável e irretratável, perante o BB, na qualidade de avalista, por todas as obrigações assumidas pela CTR-NI na CCB, ficando, ainda, aprovado o cumprimento dos demais termos e condições aplicáveis ao Aval, conforme estipulado na CCB. **5.2.** A autorização para a Diretoria da Companhia, ou procuradores constituídos pela Companhia, a negociar e acordar todos e quaisquer documentos relacionados à prestação das garantias acima descritas, podendo discutir, negociar, definir termos e condições, e a firmar, em nome da Companhia, a CCB, e assinar todos e quaisquer contratos, notificações, procurações, certificados, certidões, instrumentos e demais documentos relativos a CCB, ficando ratificados todos os atos praticados pelos diretores e/ou procuradores em nome da Companhia até a presente data que, direta ou indiretamente, estejam relacionados à CCB e a garantia fidejussória ora aprovada, e eventuais aditamentos a seus respectivos instrumentos. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata na forma sumária que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. São Paulo/SP, 21 de junho de 2024. **Mesa:** Ismar Machado Assaly - **Presidente;** Milton Pilão Júnior - **Secretário. Acionista: Orizon Valorização de Resíduos S.A.:** Por: Leonardo Roberto Pereira dos Santos e o Dalton Assumção Canelhas Filho. Cargos: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor Operacional. Registro na JUCESP sob o nº 261.622/24-9 em 04/07/2024 - Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00338770412024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90010/2024.

Nº Processo: 024.00042486/2024-51.

Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.

Total de Itens Licitados: 09 (nove).

Valor Total da Licitação: Sigiloso.

Disponibilidade do Edital: 18/07/2024.

Horário: Das 08h00 às 18h00.

Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.

Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Entrega das Propostas: A partir de 19/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.

Abertura das Propostas: 01/08/2024 às 09h30 no site: www.gov.br/compras.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00338757212024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90013/2024.
Nº Processo: 024.00042499/2024-21.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 10 (dez).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 18/07/2024.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 19/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 01/08/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

DESPACHO DO SENHOR COORDENADOR DA CGA DIA 17/07/2024

Nº do Processo: 024.00098492/2024-63.
Interessado: Grupo CODES de Atendimento Técnico.
Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOME CARE - AJ.

Trata-se da contratação de empresa para prestação de serviços de atendimento domiciliar em saúde (Home-Care) em atendimento à demanda judicial, conforme solicitação do Grupo CODES de Atendimento Técnico - docs. 0030544171 e 0030544837.

À vista das manifestações constantes dos autos, especialmente a Informação 0033729079 e, considerando o valor estimado da contratação pretendida, AUTORIZO a **DISPENSA DE LICITAÇÃO,** em caráter emergencial de acordo com o inciso VIII do artigo 75 da Lei 14.133/2021 e atualizações, bem como a Contratação da empresa **LABI EXAMES S/A,** no valor total de **R$ 369.504,00 (trezentos e sessenta e nove mil quinhentos e quatro reais)** para o período de 12 (doze) meses.

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 280 LOTES - DIA: 19.07.2024 - 10h00 - 6ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 19.07.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 935035GVYLB526490 - 9BFZH55LXF8269252 - 9BGRP48F0FG102990 - 9BHBG41CAFP441094 - 8AP359A1DKU036363 - 9BGKL48U0LB136504 - 9BFZH54J8J8144999 - 3GNCJ8EW2EL201177 - WAUHF28P49A137218 - 93YBSR8VKCJ952018 - 9BWAG4123FT529236 - 8AGSU19F0FR144059 - WAUHF68P4AA178721 - 935SUN6AYCB516244 - 93XHTGK1WLCL00374 - 98867512WJKH59919 - 93YBSR7RHAJ443254 - 9BFZE12N748552096 - 9C2KC08207R019989 - 9BGXD75N09C191801 - 93XLRH77W8C723242 - 9C6KG0650F0027534 - 9BD373184D5018390 - 93HGD17405Z117250 - 9BFZE12N558629825 - 9BWDA05UXAT083422 - 9C2KC2200KR075024 - 99KPCKGMKRM105469 - 9C2KC2200NR267487 - 9C6RM0920G0001905 - 9C6RG7710R0035400 - 93HES15503Z108358 - 9BWKB05Z264091659 - 9BGJB75Z0DB290501 - 98861110XKK219790 - 9C2KC2500KR030136 - 9BD13531CD2237990 - 9BWAA45ZXE4102704 - 9BFZF55A9D8443524 - 93Y5SRF84JJ195301 - 98861110XKK232156 - 9BHBG51CAGP550551 - 9BHBH41DBEP078574 - 94TT41353KH400319 - 9BWAL45Z5F4017801 - 9C2KF3410MR006437 - 96PERSD15PFS00127 - 9C2JC4830NR049730 - 9C2KC2200PR217295 - 99KPCK7LKRM104478 - 9C2KC2500PR008529 - 9C2KC2500MR042306 - 9C6RE2140N0026294 - 9BD17122ZH7612226 - 9BHBG51CAGP615127 - 9BFZH55L0G8325832 - 8A1BB8215DL373274 - 9C2KC2500PR007661 - 9BD195A4ZG0763791 - 93Y5SRF84KJ419377 - 9BGAB69C0AB273948 - 9BWAA05ZXD4096975 - 93Y4SRZ85LJ169422 - 9BRBLWHE0G0056414 - 9BD341A5XLY618934 - 93YRBB004RJ800109 - 93YHSRAF5HJ540499 - 9BWAB45Z7K4024830 - 9BD1105BSG1574403 - 93Y4SRF84JJ088624 - 9BWAA45U3FP182464 - 9BGRX0810AG171951 - 9BWKB05U2DP188165REM - 9BD15844AA6370218 - 9BGTT75B03C103906 - 9BWAA05U7AT171413 - 9BFZB55P3E8912706 - KMHDC51EAAU203925 - 9BWAG412XFT561472 - 9BGRM69809G235030 - LVVDB11B0FD600994 - 93HFA65308Z268920 - 95PJN81EPEB067606 - 9BWKB05Z954059838 - 93YRBB008JJ157610 - 9BFZF55A0E8000308 - 8AD3DRFJ27G040860 - 9BGJB7520HB176247 - 9C2PC4820KR000529 - 935FCKFVY9B526634 - 9C2KC2200KR068138 - 3GNALHEV4AS664088 - 9C2KC2200RR606884 - 9BGKS48G0FG344129 - LJ12EKR19C4390557 - 8AGSU1920GR123915 - WBAVL3104CVS07573 - 9BD37417DJ5102826 - 9BWAA05U9BT084940 - 9BD17140G85279887 - 9BFZF20A788111965 - 9BD17106LB5726592 - 9362AN6A98B061824 - 9C6RG2310G0009524 - 9BFZH55L5L8443305 - 9C6SG5910N0025318 - 9BFZH55L2J8120634 - 9C2KC2500RR034847 - 9BWAA05U2BP124333 - 9BFZE16P878870339 - 9BFZB55H8F8997570 - 9C2KC2200RR203823 - 9BD195A4NH0792396 - 9C2KC2210RR002617 - 9BFZH55L2L8434447 - 9BD17164G85031201 - 9BGSU19F0EB132732 - 9BD196263E2192683 - WV1DB42HXDA062873 - 9BD196272D2149045 - 8A1LZBW2TBL642268 - 9BGXL80P0AC249374 - 9BWAB01J1B4003609 - 9BD17206LA3520493 - 9BFZF54A7B8142507 - 8AP17202LA2084428 - 935FCKFVYAB508815 - 9BG138SU09C429857 - 9BWDB05U2CT183420 - 9BGRZ08909G128928 - 8BCLCN6BYAG542010 - 9BGAB69W08B256006 - 8AGSA19909R100420 - 3N1AB61D68L601109 - 8ATM2ARH09X067685 - 9BFZF20A188119169 - 8BCLDRFJ28G527386 - 9BD13531682072822 - 9BWEB05W46P058230 - 9BHBH51DADP036535 - 9BWDB05WX6T060857 - 93YBSR76HDJ445219 - 9BRK19BT6G2057022 - 3VW4E6BU3LM010011 - 9BD195102C0310542 - 9BGRJ69808G111697 - 9BWAG4122GT513689 - 93HFB2530EZ175351 - KMHDC81EACU123109 - 94DFFUK13GB101620 - 935SUN6AYCB502553 - 9C6SEB520M0016862 - 93HGM2610BZ119184 - 94DFCAP15LB215169 - 8AGSN19909R133805 - 3GNCJ8CZ9KL199940 - 9BGRD08X04G138045 - 98M3B1006F4A18780 - 9C2KD0810LR053385 - 97ND44G74RMBP4007 - 9C6SG5920R0013157 - 9C6RG3150L0017796 - 9BD15802774912861 - 95PJN81EPHB102478 - 9BGJB75Z0EB218312 - 9BD135019D2221067 - 95PJN81BPBB000428 - 9BWBH6BF3N4045980 - 9BGJE7520HB149084 - 9BGJC6920KB154883 - 93ZC35B01E8459863 - 9BWDB05U3DT181256 - 9BD57814UGB105519 - 9BD255049B8887437 - 9BGKT69R0GG282205 - 9BGSU19F0BB105190 - 93HGD38805Z100630 - 95V3V8A5HHM000158 - 9BFZF10A388291813 - 93HGM2510BZ212717 - 9BFZB55S8J8682126 - 93HFC2630MZ115468 - 98867515WKKJ24430 - 9BGKS69V0JG290182 - 9BFZH55L7J8001459 - 93Y4SRFH4JJ081893 - 8AFSZZFHCGJ356504 - 93XXTGA2WFCE16767 - 93YLSR7UHBJ503889 - 9BFZF55AXA8008071 - 9BD17201M93490951 - 9BGRX08909G116512 - 9BFZF10B468383566 - 94DFFUK13GB201327 - 99Z0B2902PZ919218 - 8AJFY29G7F8591063 - WBA41EE08P5W09254 - 93YLSR7RHDJ474896 - 9BGJP7520PB124750 - 9BWAG45U4LT075148 - 9BFZH55L8F8166458 - 9BRBB48E595048810 - 8AJKA3CD1L3083798 - 94DVCGD40DJ441542 - 95PZBN7KPMB089251 - 9BFZH54S6L8456136 - 3VVHJ65N3KM192782 - 3C3AFFAR6ET697756 - 93YBSR46HDJ643153 - 93YLSR6RHDJ526846 - 9BRBD48E7E2618277 - 9BFZH55L8L8456890 - 9BWAG45U2MT068524 - 9BD358A1NMYL16845 - 93YRBB005PJ216556 - 9BRKA9F3XN5036955 - 93YRBB003LJ086853 - 9BD358A1NNYL70021 - 9BHBG51CAKP953098 - 9BGEP69H0LG156507 - 9BWAB45Z0K4036611 - 93HGK5840JZ115599 - 93HGM6670HZ206394 - 9BGJC7520JB229244 - 9BFZD55J6FB814182 - 9BWAG45U9HT001540 - 93HRV2870GZ155433 - 9BGKS48G0FG364945 - 9C6KG0270A0015329 - 9BGCA80X0EB211950 - 9BD17106G85055222 - 93HGE8890DZ209847 - 93YLB8E257J829628 - 3VWHJ6BU2JM506251 - 98861112XJK147690 - 9BD358ACNNYL93351 - 9BGKR48G0GG186481 - 9C2KD0520AR084584 - 9BGRM69409G273916 - 9BGKL48U0JB274104 - 9C2NC6110RR001634 - 9C2KC2200PR205812 - 96PEXHA16DFS00114 - 93HFA16807Z115999 - 8AGCN48X0ER121741 - WDD3F4GW3KJ070396 - 93HRV2850MK237953 - 9C2MC4400JR017244 - 93HGM6650FZ108116 - 93HGD17407Z102406 - 96PERSD17NFS00711 - 9BRK29BT1E0024242 - 9BGAJ48W08B241837 - VF7UDRFJWCJ502599.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

natura

NATURA COSMÉTICOS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME 71.673.990/0001-77 - NIRE 35.300.143.183

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2024

I. Data, Hora e Local: 27 de junho de 2024, às 08h00, por conferência telefônica. **II. Convocação:** Dispensada, em face da presença, por conferência telefônica, de todos os membros do Conselho de Administração, nos termos do §2° do artigo 12 do Estatuto Social da Natura Cosméticos S.A. ("Companhia"). **III. Quórum:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Itamar Gaino Filho; João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira e Guilherme Strano Castellan. Presente ainda a Sra. Daniela Anversa, secretária da reunião. **IV. Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Itamar Gaino Filho, que convidou a Sra. Daniela Anversa para secretariar os trabalhos. **V. Ordem do Dia:** Analisar e deliberar a aprovação da proposta da Diretoria da Companhia de distribuição de juros sobre o capital próprio, referentes ao período de 14 de março de 2024 a 7 de abril de 2024, nos termos dos arts. 15, inciso XIX, e 23, §5° do Estatuto Social da Companhia. **VI. Deliberações:** Após as discussões relacionadas à matéria constante da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, a distribuição de juros sobre o capital próprio, referentes ao período de 14 de março de 2024 a 7 de abril de 2024, nos termos dos arts. 15, inciso XIX, e 23, §5° do Estatuto Social da Companhia, com o crédito em 7 de abril de 2024 em favor da única acionista da Companhia, Natura &Co Holding S.A., a débito da conta de lucros acumulados, conforme balanço patrimonial em 31 de maio de 2024, no valor total de R$30.594.060,91 (trinta milhões, quinhentos e noventa e quatro mil e sessenta reais e noventa e um centavos), correspondendo a R$0,03 (três centavos) por ação, com retenção de 15% (quinze por cento) de Imposto de Renda na Fonte, resultando em juros sobre o capital próprio líquidos de R$26.004.95 I ,77 (vinte e seis milhões, quatro mil novecentos e cinquenta e um reais e setenta e sete centavos), correspondendo a R$0,02 (dois centavos) por ação, a serem pagos até 31 de julho de 2024, sem qualquer atualização monetária ou remuneração correspondente entre a presente data e a data do efetivo pagamento. **VII. Encerramento:** O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos. suspendendo antes a reunião para que se lavrasse a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada pela mesa e pelos conselheiros presents. Confere com ata original lavrada em livro próprio. São Paulo, 27 de junho de 2024. Daniela Anversa - Secretária. JUCESP n° 263.822/24-2 em 11/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Progressistas, Órgão Municipal de São Paulo

Edital de Convocação da Convenção Municipal

O Presidente do Órgão Municipal do **Progressistas de São Paulo,** nos termos dos artigos 9, I , 10, § 1º e § 2º e 15, § 3º, sem prejuízo de outros do Estatuto Partidário, vem convocar os convencionais com direito a voto para comparecerem à **Convenção Municipal** para a eleição de 2024, a ser realizada em 22 de Julho de 2024 às 20:00 horas, de forma presencial, na Rua Groelândia, nº 352, Bairro Jardim América, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 13339-410, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) escolha do candidato para concorrer aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito; 2) deliberação sobre formação de coligação para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito; 3) deliberação sobre o nome da coligação; 4) deliberação sobre o representante e os delegados da coligação; 5) escolha das candidatas e dos candidatos a vereadores; 6) outros assuntos referentes ao pleito eleitoral; e 7) outros assuntos de ordem legal e estatutária. São Paulo, 17 de Julho de 2024. **Fausto Ruy Pinato -** Presidente.

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/MF nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 35.300.411.838

Ata de Reunião de Diretoria Realizada em 03/07/2024

Data, Hora e Local: 03/07/2024, às 9h, na sede em São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Todos os membros da Diretoria estavam presentes, dispensando a convocação conforme o Estatuto Social da Companhia. **Mesa**: Presidida por Marco Billi e secretariada por Maurizio Billi. **Ordem do Dia e Deliberações:** Aprovada por unanimidade a contratação do financiamento de R$ 500.000.000,00, com prazo total de 180 meses, junto ao BNDES, dentro do "Programa BNDES Mais Inovação", destinado ao plano de inovação da empresa. **Encerramento:** Sem mais assuntos, a reunião foi encerrada e a ata assinada por todos os presentes. Registrada na JUCESP 264.613/24-7 em 12/07/2024 e sua versão na íntegra encontra-se disponível no website: https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/.

BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS

(Subsidiária Integral)

CNPJ/MF 28.196.889/0001-43 - NIRE 3530018226-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 03 de junho de 2024, às 20h00, na sede da **BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS** ("Companhia" ou "BRASILSEG"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000. **PRESENÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Amauri Aguiar de Vasconcelos, que convidou a Sr. Juan Carlos Lanau Arilla para exercer a função de secretário. **ORDEM DO DIA:** **(i)** deliberar sobre alteração na Diretoria; **(ii)** deliberar sobre condições de saída de executivo; **(iii)** deliberar sobre a eleição de membro da Diretoria da Companhia; **(iv)** deliberar sobre a readequação e ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(i)** Aprovar a destituição do Sr. Julien Clausse do cargo de Diretor Financeiro, a partir da presente data. **(ii)** Aprovar as condições de saída do executivo **Sr. Julien Clausse,** cujo prazo de gestão se encerrou nesta data, conforme descrito no "Termo de saída e quitação", que será arquivado digitalmente pela Companhia. **(iii)** Eleger, com efeitos a partir de 04 de junho de 2024, com base na (i) dispensa de Consulta Prévia na Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), nos termos do parágrafo 2º do art. 43 da res. 422/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"); e (ii) na orientação de voto proferida pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de junho de 2024 às 19h30, **a eleição do Sr. Ivan Paraskevopoulos Silva,** brasileiro, contador, casado, portador da cédula de identidade 29.195.113-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 297.528.638-41, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP: 04794-000, **ao cargo de Diretor Financeiro** da Companhia, designado pela acionista MAPFRE Brasil Participações S.A., para cumprir mandato complementar até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2026, em substituição ao **Sr. Julien Clausse.** O Diretor ora eleito, toma posse nesta data mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio arquivado na sede da Companhia, aceita o cargo e declara, sob as penas da lei, que: **(a)** preenche as condições previstas na Resolução CNSP nº. 422/2021; e, **(b)** não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedades mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco está impedido, por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possa impedi-lo de exercer atividades mercantis, em conformidade com o disposto no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Em virtude das alterações ora aprovadas, a Diretoria da Companhia fica, a partir desta data, assim composta:

Membros	Cargos	Mandato	
		Início	Término
Amauri Aguiar de Vasconcelos	Diretor Presidente	12/07/2023	AGO DE 2026
Glaucio Nery Henrique	Diretor de Riscos e Controles Internos	12/07/2023	AGO DE 2026
Pablo da Silva Ricoldy	Diretor de Negócios	12/07/2023	AGO DE 2026
Ivan Paraskevopoulos Silva	**Diretor Financeiro**	**04/06/2024**	**AGO DE 2026**
Tiago de Freitas Vieira	Diretor de Operações	31/03/2023	AGO DE 2026
Juan Carlos Lanau Arilla	Diretor Vice-Presidente e Diretor Técnico	31/03/2023	AGO DE 2026

(iv) Readequar e ratificar, a partir desta data, as designações específicas dos Diretores, nos termos da Resolução CNSP nº. 422/2021, a saber:

Funções de Caráter Executivo / Operacional	
Diretor Responsável	**Designações Específicas**
Pablo da Silva Ricoldy	Diretor responsável pela política institucional de conduta de acordo com a Resolução CNSP nº 382/2020, de acordo com o artigo 12.
	Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, de acordo com o art. 22 da Resolução CNSP nº 431/2021.
Ivan Paraskevopoulos Silva	**Diretor responsável pelas relações com a SUSEP, de acordo com o art. 1, inciso I, da Circular SUSEP nº 234/2003;**
	Diretor responsável administrativo-financeiro, de acordo com o art. 1º, inciso III, da Circular SUSEP nº 234/2003; e
	Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, de acordo com o art. 3º, inciso III, da Resolução CNSP nº 432/2021.
Juan Carlos Lanau Arilla	Diretor responsável pelo Sistema de Registro de Operações de acordo com o art. 13 da Resolução CNSP nº 383/2020;
	Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/2005 (Registro de apólice, endosso e cosseguro aceitos), para fins cadastrais até a atualização do Formulário de Informação Periódica - FIP;
	Diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais, previstos nas normas em vigor, além de outras atribuições previstas em normas específicas, conforme previsto no art. 3º, inciso II, da Resolução CNSP nº 432/2021; e
	Diretor responsável técnico pela supervisão das atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos, de acordo com o art. 1°, inciso II, da Circular SUSEP nº 234/2003.
Tiago de Freitas Vieira	Diretor responsável pelo Compartilhamento de acordo com o art. 31 da Resolução CNSP nº 415/2021.

Funções de caráter de fiscalização ou controle	
Diretor Responsável	**Designações Específicas**
Glaucio Nery Henrique	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/1998, conforme art. 1º, inciso IV, da Circular SUSEP nº 234/2003 e art. 12 da Circular SUSEP nº 612/2020; e
	Diretor responsável pelos controles internos, de acordo com o art. 9º da Resolução CNSP nº 416/2021.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **MESA: Amauri Aguiar de Vasconcelos -** Presidente; **Juan Carlos Lanau Arilla -** Secretário. **ACIONISTA: BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A. - Amauri Aguiar de Vasconcelos -** Diretor Presidente; **Juan Carlos Lanau Arilla -** Diretor Vice-Presidente. **JUCESP nº 226.942/24-7 em 20/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

INÊS 249